

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Jussielli de Oliveira

Apropriação dos resultados das avaliações educacionais:
estratégias para a melhoria da utilização dos resultados do SAEP nas redes
municipais do Paraná

Juiz de Fora
2026

Jussielli de Oliveira

Apropriação dos resultados das avaliações educacionais:
estratégias para a melhoria da utilização dos resultados do SAEP nas redes
municipais do Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Silveira Rezende

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Jussielli de.

Apropriação dos resultados das avaliações educacionais : estratégias para a melhoria da utilização dos resultados do SAEP nas redes municipais do Paraná / Jussielli de Oliveira. -- 2026. 169 p.

Orientador: Wagner Silveira Rezende

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2026.

1. Avaliação educacional. 2. Apropriação de resultados. 3. Gestão educacional. 4. Políticas públicas. 5. SAEP. I. Silveira Rezende, Wagner, orient. II. Título.

Jussielli de Oliveira

Apropriação dos resultados das avaliações educacionais: estratégias para a melhoria da utilização dos resultados do SAEP nas redes municipais do Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 24 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a)Dr(a) Wagner Silveira Rezende - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a)Dr(a). Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Puc Rio

Prof.(a)Dr(a). Michel Mott Machado

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS)

Juiz de Fora, 25/05/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Silveira Rezende, Professor(a)**, em 02/07/2026, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michel Mott Machado, Usuário Externo**, em 03/07/2026, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Tadeu Baumann Burgos, Usuário Externo**, em 03/07/2026, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3000656** e o código CRC **13EB8819**.

AGRADECIMENTOS

Há trabalhos que escrevemos. Outros, nós vivemos antes de escrever. Esta dissertação nasce desse segundo lugar. Ela foi sendo construída no meio do caminho: entre reuniões, viagens, escutas, dúvidas, planilhas, cafés frios e mensagens respondidas tarde da noite. Dizem que uma dissertação é um trabalho acadêmico. Talvez seja. Mas esta também foi feita de encontros, de mãos estendidas e de pessoas que dividiram comigo o peso e a beleza deste percurso.

Sozinha eu não teria chegado até aqui. Nenhuma página deste texto foi construída sozinha. Por isso, antes de qualquer formalidade, meu primeiro agradecimento é a todos aqueles que, de alguma maneira, caminharam comigo nesta travessia.

Mostrar quem não aprendeu é um importante ganho, mas é preciso ir além do resultado e contextualizá-lo. Eu espero dar à sociedade a ideia de que os números são pessoas. Eu quero que a criança aprenda, mas eu quero verificar de que forma ela aprendeu. Essa é a ideia da avaliação. Eu posso perceber quais as crianças que não estão aprendendo. Se não há aprendizado, não há qualidade (Soares, 2014).

RESUMO

Esta pesquisa investiga o processo de apropriação dos resultados das avaliações educacionais externas realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) nas redes municipais do estado. Avaliações como a Prova Paraná Mais produzem dados relevantes sobre o desempenho dos estudantes e subsidiam a formulação de políticas educacionais, o planejamento pedagógico e o acompanhamento dos indicadores de aprendizagem. Nesse processo, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) disponibiliza os resultados das avaliações externas às redes públicas de ensino, buscando ampliar as possibilidades de análise e utilização dessas informações pelas equipes educacionais. No entanto, o mero acesso a esses dados não é suficiente. O verdadeiro desafio reside na sua apropriação pedagógica, entendida como a capacidade das redes e unidades escolares de interpretar, contextualizar e integrar essas informações ao planejamento e às práticas educacionais, transformando os dados produzidos pelas avaliações em ações voltadas à melhoria da aprendizagem (Boudett; City; Murnane, 2020). Mais do que garantir o acesso à informação, é fundamental desenvolver uma cultura de uso pedagógico dos dados, na qual os resultados das avaliações externas sejam efetivamente utilizados como ferramentas para a promoção da equidade educacional e para a melhoria da aprendizagem. Considerando o papel da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) na coordenação das avaliações estaduais em larga escala e nas ações de cooperação desenvolvidas junto às redes municipais de ensino, a pesquisa busca responder: Quais ações podem ser realizadas pela SEED para apoiar as redes municipais no processo de apropriação dos resultados das avaliações estaduais em larga escala? O estudo analisa os desafios enfrentados pelas equipes municipais no uso dos dados, considerando aspectos como a necessidade de formações específicas, a ausência de estratégias estruturadas para a análise dos resultados e a fragilidade na integração entre as avaliações e o planejamento pedagógico. O objetivo geral é compreender como as redes municipais do Paraná se apropriam dos resultados do SAEP e propor estratégias para aprimorar esse processo. Como objetivos específicos, pretende-se analisar as estratégias atuais de divulgação, identificar obstáculos no uso dos dados e desenvolver diretrizes que incentivem o uso pedagógico qualificado das informações geradas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando análise documental, entrevistas

semiestruturadas e aplicação de questionários. Os participantes são gestores das Secretarias Municipais de Educação (SME), técnicos pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação (NRE) e profissionais do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios (NCPM), vinculado à SEED. Como desdobramento da pesquisa, será proposto um Plano de Ação Educacional (PAE) com estratégias voltadas ao fortalecimento da apropriação dos resultados das avaliações externas pelas redes municipais do Paraná, considerando ações de formação, mediação institucional e uso pedagógico dos dados.

Palavras-chave: Avaliação educacional; Apropriação de resultados; Gestão educacional; Políticas públicas; SAEP.

ABSTRACT

This research investigates how municipal education systems in the state of Paraná appropriate and pedagogically use the results of external assessments conducted by the Paraná Basic Education Assessment System (SAEP). Large scale assessments, such as Prova Paraná Mais, generate information on student performance and provide evidence for educational policymaking, pedagogical planning, and the monitoring of learning outcomes. In this context, the Paraná State Department of Education (SEED) makes assessment results available to public education systems in order to expand opportunities for data analysis. However, access to information alone does not ensure its effective use. A major challenge is helping education systems and schools interpret, contextualize, and incorporate assessment data into planning and decision making processes that contribute to student learning and educational equity. Considering SEED's role in coordinating state assessments and supporting cooperation with municipalities, this study seeks to answer the following research question: What actions can SEED develop to support municipal education systems in the appropriation and pedagogical use of large scale assessment results? To address this question, the study examines challenges faced by municipal education teams, including the need for specialized training, the lack of systematic strategies for data analysis, and difficulties in integrating assessment results into pedagogical planning. The main objective is to understand how municipal education systems appropriate SAEP results and to propose strategies that strengthen this process. Adopting a qualitative approach, the research employs document analysis, semi structured interviews, and questionnaires with managers from Municipal Departments of Education, pedagogical advisors from Regional Education Centers, and professionals from SEED's Center for Pedagogical Cooperation with Municipalities. As an outcome, an Educational Action Plan (EAP) will be developed to strengthen the pedagogical use of external assessment results through professional development initiatives, institutional mediation, and educational practices informed by data.

Keywords: Educational assessment; Data appropriation; Educational management; Public policies; SAEP.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações realizadas pela SEED para divulgação e apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais	33
Quadro 2 – Níveis das Escalas de Proficiência	Erro! Indicador não definido.
Quadro 3 – Padrões de Desempenho do SAEP	Erro! Indicador não definido.
Quadro 4 – Articulação entre achados empíricos da pesquisa e proposições do Plano de Ação Educacional.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 5 – Estrutura geral do Plano de Ação Educacional para o fortalecimento da apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais pelas redes municipais do Paraná	122
Quadro 6 – Relação entre as ações do Plano de Ação Educacional e o ciclo de uso de dados do modelo Data Wise	Erro! Indicador não definido.
Quadro 7 – Ação 1: Implementação de trilha formativa continuada para interpretação pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais	Erro! Indicador não definido.
Quadro 8 – Ação 2: Instituição de protocolo regional de mediação pedagógica do uso dos resultados da Prova Paraná Mais pelos NRES	Erro! Indicador não definido.
Quadro 9 – Ação 3: Institucionalização de ciclos municipais de análise pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 10 – Ação 4: Implementação de mecanismos institucionais de monitoramento contínuo do uso dos resultados da Prova Paraná Mais	Erro! Indicador não definido.
Quadro 11 – Ação 5: Produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos da Prova Paraná Mais	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Questionário NRES: Frequência de utilização dos recursos da Prova Paraná Mais nas atividades técnicas	104
Gráfico 2 – Questionário NRES: Principais dificuldades na interpretação das escalas de proficiência.....	105
Gráfico 3 – Questionário SMES: Existência de treinamento específico para interpretação dos relatórios e escalas de proficiência	106
Gráfico 4 – Questionário SMES: Avaliação do nível de compreensão dos dados apresentados nos relatórios da Prova Paraná Mais	107
Gráfico 5 – Questionário SMES: Canais utilizados para divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais.....	109
Gráfico 6 – Questionário SMES: Avaliação sobre clareza e acessibilidade dos materiais informativos da Prova Paraná Mais	110
Gráfico 7 – Questionário SMES: Utilização dos dados da Prova Paraná Mais no planejamento pedagógico	112
Gráfico 8 – Questionário SMES: Principais desafios para a apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais	113
Gráfico 9 – Questionário SMES: Monitoramento das ações pedagógicas baseadas nos resultados da Prova Paraná Mais.....	115
Gráfico 10– Questionário NRES: Mecanismos de monitoramento considerados mais efetivos pelos NRES	116
Gráfico 11 – Questionário SMES: Formas de recolhimento e utilização do feedback sobre a Prova Paraná Mais.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios com maiores notas padronizadas	52
Tabela 2 – Proficiência Média em Língua Portuguesa	54
Tabela 3 – Proficiência Média em Matemática	58
Tabela 4 – Padrões de Desempenho em Língua Portuguesa	63
Tabela 5 – Distribuição Percentual nos Padrões de Desempenho em Língua Portuguesa	66
Tabela 6 – Padrões de Desempenho em Matemática	69
Tabela 7 – Distribuição Percentual nos Padrões de Desempenho em Matemática ..	72
Tabela 8 – Percentual de Participação na Prova Paraná Mais (2022–2024)	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEs	Arranjos de Desenvolvimento da Educação
AVA	Programa de Avaliação do Rendimento Escolar do Paraná
BIB	Blocos Incompletos Balanceados
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAV	Coordenação de Avaliação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNCA	Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fundeb	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEPR	Índice de Desempenho Escolar do Paraná
IEA	International Association for the Evaluation of Education Achievement
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPM	Índice de Participação dos Municípios
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NCPM	Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios
NRE	Núcleos Regionais de Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAE	Plano de Ação Educacional
PAIC	Programa de Alfabetização na Idade Certa
PIRLS	Progress in International Reading Literacy Study
Pisa	Programme for International Student Assessment
PNE	Plano Nacional de Educação
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEP	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
Serçe	Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo
SERE	Sistema Estadual de Registro Escolar
SME	Secretarias Municipais de Educação
TCT	Teoria Clássica dos Testes
TIMSS	Trends in International Mathematics and Science Study
TRI	Teoria da Resposta ao Item
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO SAEP NAS REDES MUNICIPAIS DO PARANÁ: DESCRIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	23
2.1 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM LARGA ESCALA NO BRASIL	25
2.2 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ (SAEP)...	28
2.3 A PROVA PARANÁ MAIS: OBJETIVOS, ESTRUTURA E INSTRUMENTOS	36
2.4 O PAPEL DA SEED, DOS NRES E DAS SMES NA GESTÃO DAS AVALIAÇÕES	39
2.5 A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SAEP PELAS REDES MUNICIPAIS: EVIDÊNCIAS E LIMITAÇÕES.....	44
2.6 PRÁTICAS DE USO DOS DADOS: ENTRE NORMATIVOS, FORMAÇÕES E REALIDADES LOCAIS	46
2.7 PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A EFETIVA UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS ..	47
2.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DO CASO E NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO	49
3 DO DIAGNÓSTICO À AÇÃO: REFERENCIAIS ANALÍTICOS E CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA COMPREENDER A UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO SAEP.....	80
3.1 GERENCIALISMO, ACCOUNTABILITY E A AVALIAÇÃO EXTERNA NA POLÍTICA EDUCACIONAL	81
3.2 O REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL PARANENSE.....	84
3.3 AVALIAÇÃO EXTERNA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E EQUIDADE ...	87
3.4 A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES: CONCEITOS E PRÁTICAS	90
3.5 GESTÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: O USO PEDAGÓGICO DOS DADOS ..	92
3.6 BARREIRAS E ESTRATÉGIAS PARA USO EFETIVO DOS DADOS NAS REDES PÚBLICAS.....	93
3.7 ABORDAGEM METODOLÓGICA	95
3.8 CONTEXTO DA PESQUISA E DEFINIÇÃO DOS PARTICIPANTES	98
3.8.1 Critérios de inclusão e exclusão dos participantes	99

3.8.2 Produção dos dados empíricos	99
3.8.3 Técnicas de análise dos dados	101
3.9 ANÁLISE INTEGRADA DOS DADOS EMPÍRICOS.....	103
3.9.1 Capacidade técnica e formação para interpretação dos resultados	103
3.9.2 Estratégias de disseminação e mediação dos resultados	108
3.9.3 Apropriação pedagógica dos resultados pelas redes municipais	111
3.9.4 Monitoramento, feedback e institucionalização do uso dos resultados	115
4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA	
APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SAEP PELAS REDES MUNICIPAIS DO	
PARANÁ.....	119
4.1 Organização geral do Plano de Ação Educacional	121
4.1.1 Ação 1 – Implementação de trilha formativa continuada para interpretação pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais	126
4.1.2 Ação 2 – Instituição de protocolo regional de mediação pedagógica do uso dos resultados da Prova Paraná Mais pelos NRES	128
4.1.3 Ação 3 – Institucionalização de ciclos municipais de análise pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais	129
4.1.4 Ação 4 – Implementação de mecanismos institucionais de monitoramento contínuo do uso dos resultados da Prova Paraná Mais.....	131
4.1.5 Ação 5 – Produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos da Prova Paraná Mais	134
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	142
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada para a chefe do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios (NCPM).....	149
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA TÉCNICOS PEDAGÓGICOS DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO (NRES)	151
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA TÉCNICOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (SMES)	157
APÊNDICE D - PROTOCOLO DE MONITORAMENTO DO USO DOS RESULTADOS DA PROVA PARANÁ MAIS PELAS REDES MUNICIPAIS.....	161
ANEXO A - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA A CHEFE DO NÚCLEO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM OS MUNICÍPIOS (NCPM).....	164

1 INTRODUÇÃO

As avaliações educacionais externas têm um papel essencial para a mensuração da qualidade do ensino, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões pedagógicas fundamentadas. Segundo Brooke e Cunha (2015), as avaliações permitem um olhar detalhado sobre o desempenho dos estudantes, tornando-se instrumentos estratégicos para gestores educacionais e professores que buscam aprimorar o ensino-aprendizagem e promover a equidade educacional.

Nesse sentido, para discutir a qualidade do ensino-aprendizagem é necessário considerar também a equidade educacional como princípio orientador das políticas e das práticas de avaliação. De acordo com a OCDE (2012), a equidade pressupõe que condições pessoais ou socioeconômicas não constituam obstáculos para que os estudantes desenvolvam seu potencial, o que exige ações que ofereçam oportunidades de aprendizagem adequadas às necessidades de cada grupo. Essa perspectiva é reforçada no Plano Nacional de Educação (PNE), ao estabelecer a superação das desigualdades educacionais como diretriz central para o sistema educacional brasileiro. Assim, ao produzir evidências sobre o desempenho dos estudantes, as avaliações externas contribuem não apenas para monitorar a qualidade, mas também para identificar desigualdades e orientar estratégias que promovam uma educação mais justa.

Contudo, para que os resultados dessas avaliações se tornem, de fato, ferramentas eficazes para a melhoria da aprendizagem, é necessário um processo estruturado de apropriação e análise dos dados coletados. Boudett, City e Murnane (2020), afirmam que o uso dos dados como base para a aprendizagem fortalece a eficácia da escola e apoia a melhoria constante do seu desempenho. Cabe trazer aqui o que se entende por escola eficaz. De acordo com Murillo Torrecilla (2005), uma escola eficaz é aquela que promove, de forma duradoura, o desenvolvimento global de todos os seus estudantes, para além do que seria esperado considerando suas condições prévias, ao mesmo tempo em que favorece o desenvolvimento da comunidade educativa.

Percebe-se, no entanto, que a apropriação desses resultados ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de compreensão sobre os indicadores

educacionais, a ausência de diretrizes claras para seu uso pedagógico e a carência de ações estruturadas que integrem esses dados à gestão escolar. Para Soares (2015, p. 351), "a função pedagógica de um sistema de avaliação é a mais importante, mas também a mais difícil", pois requer que professores e gestores educacionais estejam capacitados para interpretar e utilizar os dados de forma adequada, transformando as informações em ações pedagógicas que promovam a melhoria contínua da aprendizagem.

Esta pesquisa investiga quais ações podem ser realizadas pela SEED para auxiliar as redes municipais no processo de apropriação dos resultados das avaliações estaduais em larga escala. Para tanto, tem como objetivo geral compreender como ocorre o processo de divulgação e apropriação dos resultados das avaliações estaduais em larga escala pelas escolas das redes municipais de educação do Estado do Paraná, com vistas a identificar oportunidades e estratégias que possam ser implementadas para aprimorar esse processo e, assim, contribuir para a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Para isso, foram selecionados 80 municípios que, entre os 399 existentes no Paraná, apresentaram avanços ou conseguiram manter os resultados da Prova Paraná Mais nos últimos anos. Adotou-se essa amostra intencional para verificar como os dados têm sido usados pedagogicamente e analisar se os avanços podem indicar experiências exitosas no processo de ensino-aprendizagem. Conforme Martins e Calderón (2016), as experiências exitosas podem ser entendidas como ações de intervenção desenvolvidas pelas escolas, que colaboram, direta ou indiretamente, para o alcance dos objetivos educacionais e para a melhoria do desempenho escolar. A partir da análise desses casos, busca-se compreender como os dados das avaliações têm sido usados na rotina pedagógica das redes, ampliando o alcance e a efetividade das ações da SEED no fortalecimento de uma cultura de avaliação e no uso qualificado dos resultados para a melhoria da aprendizagem.

Para alcançar esse propósito, definem-se como objetivos específicos: (I) descrever o SAEP, a implementação e o processo de apropriação dos resultados nas redes municipais de educação; (II) analisar as formas de divulgação e apropriação dos resultados das avaliações do SAEP utilizadas até o momento; (III) desenvolver e implementar estratégias de divulgação e apropriação dos resultados das avaliações externas que compõem o SAEP, a fim de fortalecer o uso desses dados pelas escolas

municipais do Estado do Paraná e promover a melhoria contínua da aprendizagem dos estudantes. Para aprofundar a análise, este estudo se baseia em três conceitos centrais: avaliação externa, gestão educacional e políticas públicas.

A avaliação externa permite uma visão ampla e objetiva do desempenho escolar, auxiliando na identificação de padrões de aprendizagem e lacunas persistentes no ensino. Brooke (2012, p. 395) enfatiza que “o esforço deveria ser reduzir as disparidades de modo que as diferenças nos resultados reflitam somente as diferenças na capacidade de aprendizagem do aluno”, reforçando a importância de utilizar os dados das avaliações como ferramenta de equidade educacional. No Paraná, o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) cumpre essa função por meio da Prova Paraná Mais, por exemplo, fornecendo indicadores que podem embasar o planejamento pedagógico e orientar políticas públicas voltadas para a melhoria da aprendizagem.

Atualmente, o SAEP agrega diferentes ações e realiza avaliações de aprendizagem com objetivos e características distintas. A Prova Paraná, avaliação diagnóstica (formativa), até o ano de 2024 era aplicada em três edições anuais, utilizando a Teoria Clássica dos Testes (TCT), de forma censitária, em vários componentes curriculares, do 5.º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais até a 3.ª série do Ensino Médio, atendendo às redes públicas municipais e estadual, com resultados apresentados a partir de percentuais de acertos gerais, por componente e por descritor. Na TCT, o resultado do estudante é determinado pelo número total de acertos. Assim, a nota corresponde simplesmente à soma dos itens respondidos corretamente. Essa lógica se aproxima daquela usada nas avaliações internas, em que o professor atribui notas com base no valor de cada questão. Entretanto, por depender diretamente do conjunto específico de itens, a TCT não permite comparações entre diferentes aplicações, já que variações na dificuldade dos testes e no perfil dos respondentes afetam os resultados.

A Matriz de Referência dessas avaliações baseia-se no recorte do Referencial Curricular Paranaense previsto para o ano/série para o trimestre em que a edição é realizada. A partir de 2025, além da inclusão da aplicação para estudantes do 2.º ano, com itens de leitura e resposta construída em Língua Portuguesa, do Ensino Fundamental, a periodicidade passa a ser de apenas duas edições anuais, focadas nas habilidades do trimestre anterior à sua aplicação.

Já a Prova Paraná Mais, avaliação somativa, com base na Teoria da Resposta ao Item (TRI), é aplicada de forma censitária, para estudantes de 2.º, 5.º e 9.º anos do Ensino Fundamental e 3.ª séries do Ensino Médio. Os resultados são divulgados dentro de uma escala de proficiência que permite acompanhar a evolução da rede e da escola ao longo do tempo e realizar comparações entre as edições aplicadas. Na TRI, o desempenho dos estudantes é expresso em uma medida de proficiência, e não pela simples soma de acertos. A metodologia utiliza um modelo estatístico que atribui pesos diferentes a cada item, permitindo estimar o nível de habilidade demonstrado pelo estudante a partir dos itens que respondeu corretamente. Para isso, a TRI considera três parâmetros: (a) discriminação — a capacidade de o item diferenciar estudantes com maior ou menor domínio da habilidade; (b) dificuldade — o nível de exigência necessário para acertá-lo; e (c) acerto ao acaso — a probabilidade de que um item tenha sido acertado por chute. Esses parâmetros tornam o cálculo da proficiência mais preciso e evitam que acertos aleatórios influenciem o resultado final.

Complementando o sistema, há ainda a Avaliação de Fluência em Leitura, aplicada em diferentes momentos do ano letivo com caráter diagnóstico, formativo e somativo, dependendo do período do ano em que é realizada, para estudantes do 2.º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

No entanto, percebe-se que, apesar da produção de um volume considerável de dados por todo o SAEP, os resultados não são utilizados de maneira eficiente e constante por todas as instituições e redes de ensino envolvidas. Essa percepção fundamenta-se nas análises produzidas pela Coordenação de Avaliação (CAV), que identificam dificuldades recorrentes na apropriação dos resultados pelas redes municipais, bem como na observação direta da pesquisadora, decorrente da sua experiência como gestora na SEED.

Embora a SEED desenvolva várias ações para divulgação e apropriação dos resultados, tais como eventos para divulgação com palestras e oficinas sobre o processo de leitura dos dados, reuniões técnicas com os profissionais envolvidos nas ações tanto da rede estadual quanto das redes municipais, cursos *online* e palestras virtuais para profissionais de ambas as redes sobre a temática, além de grupos de estudo, tais iniciativas ainda não se traduzem plenamente em uso sistemático e integrado dos dados para o planejamento pedagógico.

Observa-se, a partir da análise dos resultados das próprias avaliações e da falta de engajamento das Secretarias Municipais de Educação na realização das aplicações, que as instituições de ensino não incorporam os resultados das avaliações no planejamento de suas ações, por não atribuírem importância a esse processo nem às avaliações externas. Observa-se, ainda, que muitos profissionais desconhecem até mesmo os termos específicos dessas avaliações como, por exemplo, o que são os descritores de uma matriz de referência e como interpretar seus resultados para melhorar o trabalho pedagógico.

A situação-problema do estudo é justamente a subutilização dos resultados das avaliações externas realizadas pelo SAEP nas redes municipais do Paraná, mais especificamente os resultados da Prova Paraná Mais. Apesar da disponibilidade de dados abrangentes sobre o desempenho dos estudantes nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, percebe-se que esses resultados não são usados de forma eficiente pelas instituições educacionais para diagnóstico, planejamento e intervenção pedagógica.

O momento de implementação e ampliação do SAEP já está consolidado. Agora, passa-se ao ponto de definir estratégias para que esses resultados sejam efetivamente utilizados para nortear o trabalho pedagógico, principalmente pensando na alfabetização dos estudantes paranaenses.

A ausência de documentos ou relatórios públicos que detalham como os resultados das avaliações são utilizados para ajustar práticas pedagógicas nas redes municipais motiva a presente pesquisa para entender como esse processo vem transcorrendo.

Para que esses dados tenham impacto real, precisam ser adequadamente incorporados à gestão educacional. A utilização dos resultados das avaliações externas pode subsidiar práticas pedagógicas baseadas em evidências, orientar formações continuadas e permitir um acompanhamento mais preciso da evolução dos estudantes. Como afirmam Boudett, City e Murnane (2020), os dados não devem ser vistos como um fim em si mesmos, mas como uma ferramenta essencial que favorece a colaboração entre educadores, com o objetivo de garantir o progresso de todos os estudantes. Dessa forma, os gestores escolares e das redes desempenham um papel crucial nesse processo, devendo promover um ambiente onde professores e técnicos

pedagógicos possam se apropriar dessas informações e traduzi-las em ações concretas para a melhoria do ensino.

No que se refere às políticas públicas, a apropriação dos resultados das avaliações externas está diretamente ligada à implementação de estratégias eficazes para garantir que esses dados sejam utilizados de maneira intencional e transformadora. Brooke e Cunha (2015, p. 359) destacam que "a preocupação com a qualidade da educação básica está no cerne dos programas subnacionais de avaliação", evidenciando que esses sistemas devem ser estruturados não apenas para monitorar a qualidade do ensino, mas também para fornecer subsídios que ajudem os professores a superarem as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Ainda assim, há desafios na comunicação desses resultados às redes escolares, conforme alertam os mesmos autores: "se não fosse pela dificuldade em comunicar os resultados da avaliação aos professores, o progresso na definição dos currículos estaduais teria sido menor" (Brooke; Cunha, 2015, p. 364).

O presente trabalho constitui-se em cinco capítulos. O primeiro deles, a introdução, busca dar um panorama sobre todo o percurso da dissertação. O segundo capítulo, "A Utilização dos Resultados do SAEP nas Redes Municipais do Paraná: Descrição do Problema de Pesquisa", contextualizará a avaliação educacional no Brasil e o percurso de construção do SAEP, delineando a Prova Paraná Mais com seus objetivos, sua estrutura e seus instrumentos e o papel desempenhado pelos principais atores envolvidos, como a Secretaria Estadual e Municipais de Educação, os gestores escolares e os técnicos responsáveis pela avaliação e formação continuada.

No terceiro capítulo, "Do Diagnóstico à Ação: Referenciais Analíticos e Caminhos Metodológicos para Compreender a Utilização dos Resultados do SAEP". O capítulo será dividido em duas grandes partes, que se complementam e direcionarão o percurso da pesquisa. Na primeira parte, serão apresentados os referenciais analíticos que sustentam a compreensão do fenômeno investigado. Inicialmente, discute-se a avaliação externa como instrumento de gestão e promoção de equidade educacional, mostrando como as avaliações externas podem fornecer dados fundamentais para tomada de decisão e promoção de uma educação mais igualitária e de qualidade. Em seguida, o capítulo apresentará uma análise sobre a apropriação dos resultados das avaliações externas, esclarecendo conceitos teóricos

importantes e destacando práticas concretas relacionadas ao uso desses dados pelas instituições educacionais.

A discussão proposta buscará aprofundar o tema da gestão baseada em evidências, destacando como os dados obtidos nas avaliações podem orientar práticas pedagógicas mais eficazes, contribuindo diretamente para melhorias na aprendizagem dos estudantes. Posteriormente, serão abordados os elementos relacionados à cultura avaliativa e à formação de professores, destacando-se como esses fatores influenciam diretamente a capacidade das escolas e redes educacionais de utilizar sistematicamente os resultados das avaliações externas em suas rotinas pedagógicas.

Encerrando a primeira parte deste capítulo, serão abordadas as principais barreiras enfrentadas pelas redes públicas na apropriação eficaz dos resultados, bem como estratégias já consolidadas e recomendadas para superar esses desafios, proporcionando uma análise crítica e embasada teoricamente sobre o uso efetivo dos dados de avaliação na gestão educacional.

Na segunda parte do capítulo, será apresentada a proposta metodológica delineada para a pesquisa de campo. Inicialmente, detalha-se a abordagem metodológica adotada, com a explicitação da natureza qualitativa do estudo e a justificativa de sua adequação ao problema investigado. Em seguida, descreve-se o contexto da pesquisa e seus sujeitos, esclarecendo quem são os participantes envolvidos e as razões de sua escolha. Também são apresentados os critérios específicos de inclusão e exclusão dos participantes, o que garante clareza e rigor na seleção do público-alvo.

Os instrumentos de coleta de dados escolhidos para o estudo serão apresentados especificando suas finalidades e o modo como serão aplicados. Além de como será feita a análise dos dados coletados, a técnica utilizada e a justificativa de sua pertinência ao estudo proposto. Finalmente, serão apresentados os aspectos éticos da pesquisa, garantindo transparência e rigor metodológico, além de um cronograma detalhado com as etapas e prazos previstos para a execução do estudo.

Ao compreender os desafios e as práticas associadas ao uso dos dados educacionais, o estudo busca contribuir para o fortalecimento da cultura de análise das avaliações externas, promovendo uma gestão escolar mais qualificada e uma formulação de políticas públicas mais eficaz. Assim, espera-se que os resultados

obtidos possam, de fato, influenciar positivamente a qualidade da educação e garantir que mais alunos tenham acesso a um ensino equitativo e de excelência.

No debate contemporâneo sobre qualidade da educação, esse conceito tem sido compreendido de forma abrangente, envolvendo condições de oferta, processos pedagógicos, equidade e garantia do direito à aprendizagem. Dourado e Oliveira (2009) ressaltam que a qualidade requer a articulação entre dimensões estruturais, culturais e pedagógicas, superando perspectivas restritas centradas apenas nos resultados. No campo da avaliação externa, Silvestre, Fialho e Cid (2014) destacam que os resultados podem contribuir para a melhoria da qualidade quando utilizados para orientar práticas pedagógicas, promover ajustes no processo de ensino e apoiar a tomada de decisões nos diferentes níveis de gestão. Assim, a qualidade passa a ser entendida como um processo contínuo, que integra políticas, práticas e evidências educacionais.

Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa envolvendo análise documental e coleta de dados via entrevistas semiestruturadas e questionários. O estudo foi realizado no estado do Paraná e abrangeu 80 redes municipais e 26 Núcleos Regionais de Educação (NRES), com foco nos profissionais diretamente envolvidos no processo de apropriação dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP). Os participantes incluem a chefia do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios (NCPM) da Secretaria da Educação do Paraná (SEED), técnicos pedagógicos dos NRES e gestores das Secretarias Municipais de Educação (SME).

A coleta de dados ocorreu no período de novembro a dezembro de 2025, envolvendo a realização de entrevistas registradas em áudio e armazenadas de forma sigilosa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

No que se refere às etapas metodológicas, estas contemplaram o levantamento bibliográfico e a análise documental, com base na consulta a normativas, relatórios institucionais e dados públicos relativos à Prova Paraná Mais.

A produção de dados primários deu-se por meio de entrevista com a chefia do NCPM, bem como pela aplicação de questionários a técnicos pedagógicos dos NRES e das SMES. Posteriormente, procedeu-se à análise e interpretação dos dados coletados, adotando-se uma estratégia de triangulação das informações provenientes

dos documentos analisados, das entrevistas e dos questionários, com o objetivo de subsidiar a elaboração de diretrizes voltadas ao fortalecimento do uso dos resultados das avaliações externas no planejamento pedagógico das redes municipais. A utilização dessa abordagem tem por objetivo garantir uma compreensão aprofundada dos desafios e oportunidades relacionados à apropriação dos dados das avaliações educacionais, reduzindo inconsistências metodológicas e reforçando a validade dos achados da pesquisa.

2 A UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO SAEP NAS REDES MUNICIPAIS DO PARANÁ: DESCRIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Esta pesquisa busca compreender, na situação-problema, os principais desafios enfrentados para a efetiva utilização pedagógica das avaliações externas realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) pelas redes municipais e estadual, contribuindo para a proposição de estratégias que fortaleçam esse processo. A produção e disponibilização de dados sobre o desempenho dos estudantes, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, pelas avaliações externas aplicadas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) e publicadas em conjunto pelo CAEd e pela SEED são bastante abrangentes. No entanto, ainda não há registros do uso desses resultados pelas instituições educacionais como ferramenta estratégica para diagnóstico, planejamento e intervenções pedagógicas.

Este capítulo tem como objetivo examinar o contexto, os fundamentos e as práticas relacionadas à utilização dos resultados das avaliações externas em larga escala no Estado do Paraná, com ênfase na Prova Paraná Mais e nos processos de apropriação dos dados pelas redes municipais.

Na seção 2.1, discorre-se sobre o desenvolvimento da avaliação educacional no Brasil, desde seus marcos legais e institucionais até os objetivos das principais avaliações em larga escala conduzidas em âmbito nacional e internacional. Essa seção proporciona um panorama necessário para compreender a inserção das avaliações estaduais no cenário das políticas voltadas à qualidade da educação.

A seção 2.2 apresenta o SAEP, sistema criado pela SEED, destacando seus objetivos, componentes, organização metodológica e o papel que desempenha como instrumento de gestão e monitoramento educacional no estado.

Na seção 2.3, detalha-se a Prova Paraná Mais, principal avaliação externa censitária do SAEP, aplicada aos estudantes da rede pública estadual e das redes públicas municipais. São abordados os objetivos da avaliação, sua estrutura, os instrumentos de aplicação, as etapas atendidas e a metodologia de elaboração dos testes com ênfase na vinculação à matriz de referência e à Teoria da Resposta ao Item (TRI) e a utilização dos resultados dessa avaliação.

Na continuidade, na seção 2.4, aprofunda-se o papel desempenhado pela SEED, pelos NRES e pelas SMES na gestão e no acompanhamento das avaliações em larga escala. Essa análise permite compreender como as instâncias administrativas se articulam no processo de mobilização, aplicação, leitura e uso dos resultados da Prova Paraná Mais.

Na seção 2.5, concentra-se especificamente a análise da apropriação dos resultados do SAEP pelas redes municipais do Paraná, destacando avanços, fragilidades, os principais desafios enfrentados por essas redes para transformar os dados das avaliações em ações concretas de intervenção pedagógica e os usos já feitos desses resultados por algumas redes.

Na seção 2.6, apresentam-se as práticas de uso e cultura dos dados nas redes municipais paranaenses, as condições institucionais e técnicas que sustentam a apropriação dos resultados do SAEP e os fatores que favorecem ou dificultam sua utilização no planejamento educacional. A discussão distingue a divulgação dos resultados de seu uso formativo pelas equipes escolares e pelas Secretarias Municipais de Educação, com atenção aos arranjos de gestão que tornam o dado avaliativo um insumo efetivo para a decisão pedagógica.

A seção 2.7 trata dos principais desafios relacionados ao uso dos resultados das avaliações externas pelas redes municipais. Sistematizam-se os entraves identificados ao longo da pesquisa nas dimensões técnica, institucional e política.

Por fim, a seção 2.8 apresenta uma análise preliminar de dados educacionais das redes municipais paranaenses que compõem a amostra da pesquisa. A partir de indicadores como a nota padronizada de proficiência e a taxa de participação nas edições da Prova Paraná Mais, apresentam-se dados dos últimos ciclos avaliativos, constituindo-se em evidências de ações que implicam qualidade da educação ofertada por essas redes.

Apesar da ampliação progressiva das avaliações externas no Paraná e da crescente participação das redes municipais no SAEP, ainda permanecem desafios relacionados à utilização pedagógica dos resultados produzidos. Ao longo dos últimos anos, o sistema consolidou-se como uma importante fonte de informações sobre o desempenho dos estudantes, disponibilizando dados que podem subsidiar o planejamento pedagógico, o monitoramento das aprendizagens e a formulação de políticas educacionais. No entanto, a existência desses dados, por si só, não garante

sua incorporação aos processos de tomada de decisão nas escolas e nas redes de ensino.

Embora a participação dos municípios nas avaliações tenha sido ampliada por diferentes iniciativas e normativas, observa-se que ainda são escassos os estudos e os registros institucionais que permitam compreender de forma mais aprofundada como os resultados dessas avaliações vêm sendo apropriados pelas equipes municipais e transformados em ações voltadas à melhoria da aprendizagem. A ausência de informações sistematizadas sobre esse processo evidencia uma lacuna importante tanto para a gestão educacional quanto para a produção acadêmica na área.

Nesse contexto, a presente pesquisa parte do pressuposto de que o potencial das avaliações externas não está apenas na produção de diagnósticos sobre o desempenho dos estudantes, mas sobretudo na capacidade de transformar essas evidências em ações pedagógicas e estratégias de gestão orientadas para a melhoria da qualidade e da equidade educacional. Compreender como os resultados são interpretados, utilizados e incorporados ao planejamento das redes municipais torna-se, portanto, condição fundamental para fortalecer a cultura de uso dos dados educacionais e ampliar a efetividade das políticas públicas de avaliação. É a partir dessa problemática que se desenvolvem as discussões apresentadas nas seções seguintes deste capítulo.

2.1 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM LARGA ESCALA NO BRASIL

O início das discussões sobre avaliação externa no Brasil remonta ao final da década de 1980, período marcado pela redemocratização e pela promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa nova carta constitucional reconheceu a educação como direito de todos e dever do Estado, estabelecendo as bases para uma reorganização federativa que atribuiu aos municípios maior autonomia na gestão de seus sistemas de ensino. Como consequência, o país passou a contar com milhares de redes educacionais autônomas, o que gerou a necessidade de criação de políticas nacionais capazes de garantir coesão, equidade e qualidade educacional em escala nacional (Gomes, 2016).

Nesse contexto, a avaliação externa começou a ser concebida como instrumento de monitoramento da aprendizagem e de orientação das políticas públicas. Sua emergência se insere em um cenário internacional de reformas educacionais guiadas por princípios neoliberais, como descentralização, responsabilização e meritocracia, especialmente após a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, promovida por organizações multilaterais como UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial (Brooke, 2012).

Esse evento representou um marco nas políticas educacionais globais ao lançar a Declaração de Jomtien, que estabeleceu como prioridade internacional o acesso universal à educação básica de qualidade. O documento reforçou a responsabilidade dos Estados em garantir o direito à educação e defendeu a implementação de mecanismos de acompanhamento da aprendizagem e dos sistemas escolares como estratégia para alcançar metas educacionais. A partir desse marco, países como o Brasil passaram a adotar políticas públicas inspiradas nas recomendações internacionais, entre elas a adoção de sistemas de avaliação em larga escala para subsidiar o planejamento e o monitoramento educacional.

Inseridas nesse contexto, as avaliações externas foram fortemente influenciadas pelo conceito de *accountability*, ou responsabilização, que pressupõe que gestores, escolas e professores devem responder pelos resultados obtidos pelos estudantes. Conforme destacam Brooke e Cunha (2016), essa noção se consolidou como princípio central das reformas educacionais dos anos 1990, especialmente nas políticas incentivadas por organismos internacionais. No Brasil, a responsabilização expressou-se na criação de sistemas de avaliação com foco em resultados, visando a promover eficiência, controle e transparência na gestão educacional. No entanto, como ressaltam Gomes (2016) e Minhoto (2016), essa abordagem também trouxe desafios, como o risco de reduzir a complexidade do processo educacional a métricas quantitativas, exigindo uma reflexão crítica sobre o uso pedagógico dos dados gerados.

Dessa forma, ainda na década de 1990 iniciam os primeiros processos de avaliação como forma de estudos internacionais em que se buscava estabelecer padrões e comparações entre os desempenhos obtidos por estudantes de diferentes países quando participantes de um mesmo teste. Entre estes estudos podemos citar

o Programme for International Student Assessment (Pisa), coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Trends in International Mathematics and Science Study (TIMSS) e o Progress in International Reading Literacy Study (PIRLS), ambos coordenados pela International Association for the Evaluation of Education Achievement (IEA).

Na mesma década vários países da América Latina buscaram criar seus sistemas nacionais de avaliação da aprendizagem, influenciados por movimentos surgidos nos Estados Unidos ainda na década de 1960.” As participações do Brasil em avaliações como o Pisa e o Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Serce) contribuíram para fortalecer no país a cultura de avaliação e o compromisso com o monitoramento das políticas educacionais” (Castro, 2016, p. 87).

O marco inaugural da avaliação externa no Brasil ocorreu mais precisamente em 1994, com a Portaria n.º 1.795, assinada pelo então ministro da Educação, Murílio Hingel. A portaria criava o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) como um processo nacional de avaliação. Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), inicialmente aplicado em caráter amostral, o Saeb tinha por objetivo medir o rendimento dos estudantes da rede pública e privada, fornecendo informações estratégicas para os formuladores de políticas (Castro, 2016). A partir de 1995, durante a gestão do Ministério da Educação por Maria Helena Guimarães de Castro, o sistema passou por uma ampla reestruturação, assumindo papel central no planejamento e monitoramento da política educacional federal (Castro, 2016).

A consolidação da avaliação externa foi reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que, em seu artigo 9º, estabeleceu como responsabilidade da União a avaliação da qualidade da educação e do rendimento escolar. Nos anos seguintes, novos instrumentos complementaram essa política, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 1998, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), em 2001, e a Prova Brasil, instituída em 2005 como avaliação censitária dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental nas redes públicas.

Ao longo do tempo, a avaliação externa foi incorporada à lógica de regulação do sistema educacional, orientando tanto a formulação quanto a implementação de políticas públicas. Conforme ressaltam Brooke e Cunha (2016), os dados provenientes

dessas avaliações passaram a desempenhar papel central, orientando a gestão escolar, o planejamento pedagógico, a definição de metas e até mesmo a distribuição de recursos.

Embora existam críticas sobre os efeitos das avaliações em larga escala, como o risco de estreitamento curricular ou a ênfase excessiva em resultados numéricos, elas se consolidaram como um dos pilares da política educacional brasileira. Mais do que um mecanismo de controle, a avaliação externa representa, hoje, uma ferramenta estratégica para o monitoramento da aprendizagem e a busca por maior equidade educacional.

2.2 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ (SAEP)

A partir da década de 1990, sob forte influência dos organismos internacionais financiadores, especialmente o Banco Mundial, as avaliações educacionais em larga escala consolidaram-se no Brasil como um dos principais mecanismos de regulação da educação, permitindo monitorar o desempenho dos estudantes e identificar áreas que demandam intervenções pedagógicas.

Nesse contexto, diversos governos estaduais passaram a desenvolver sistemas próprios de avaliação, buscando um diagnóstico mais acurado de suas realidades educacionais específicas. Além de avaliar o aprendizado dos estudantes, esses sistemas têm por objetivo fornecer subsídios essenciais para a formulação de políticas públicas e decisões pedagógicas.

No estado do Paraná, o primeiro sistema próprio de avaliação foi o Programa de Avaliação do Rendimento Escolar do Paraná (AVA), instituído em 1995 para estudantes das 4.^a e 8.^a séries do Ensino Fundamental. Em 2000, o AVA adotou a Teoria de Resposta ao Item (TRI), o que permitiu maior precisão, comparabilidade e confiabilidade aos resultados obtidos. Com adaptações frequentes em sua estrutura, o AVA foi substituído, em 2012, pelo atual Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação com base nas Diretrizes Curriculares Estaduais. Segundo Soares (2015), o SAEP buscou assegurar o alinhamento das práticas educativas com os objetivos educacionais estabelecidos pelo estado, visando, sobretudo, a fomentar mudanças que promovessem uma educação de qualidade.

A criação do SAEP se insere em um cenário internacional marcado pela expansão de reformas educacionais com forte orientação neoliberal. Muniz (2020) ressalta que, na década de 1990, reformas educacionais globais passaram a enfatizar a descentralização, a autonomia escolar e a meritocracia, conceitos alinhados às lógicas de mercado propostas pelo Consenso de Washington. Instituído em 1989 por instituições financeiras internacionais, esse conjunto de políticas econômicas neoliberais condicionou empréstimos e apoio técnico à implantação de avaliações educacionais como ferramentas de regulação e monitoramento.

No Brasil, as influências dessas reformas globais se materializaram especialmente na criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), implementado pelo Inep em 1990 de modo experimental. Inicialmente voltado para o monitoramento de políticas públicas, o Saeb passou a desempenhar um papel central na regulação do sistema educacional brasileiro, sendo progressivamente incorporado como referência para políticas de responsabilização e financiamento. A partir de 1995, com o apoio financeiro do Banco Mundial, o escopo do sistema se ampliou e consolidou. Como destaca Iijima (2021), o financiamento externo não apenas viabilizou a expansão das avaliações, mas também condicionou sua estrutura a diretrizes internacionais, especialmente no que diz respeito à mensuração de resultados e ao uso de rankings. Essa trajetória influenciou diretamente a criação de sistemas estaduais e municipais de avaliação, como o SAEP no Paraná, que se alinharam às diretrizes nacionais e internacionais de monitoramento e responsabilização.

No Paraná, apesar da existência do AVA desde 1995, foi somente em 2015 que o SAEP passou a ter reconhecimento legal, com a aprovação do Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE-PR), por meio da Lei n.º 18.492, de 24 de junho de 2015. Essa legislação foi elaborada para atender ao disposto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece em sua Meta 7 a necessidade de fortalecer os sistemas de avaliação estaduais, articulados ao sistema nacional, para orientar políticas públicas e práticas pedagógicas com base em dados confiáveis (Brasil, 2014). O PEE-PR determina que o estado organize seu sistema de avaliação em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), assegurando a produção regular de indicadores de rendimento escolar a partir de exames estaduais e nacionais, bem

como dos dados do Censo Escolar (Paraná, 2015). Essa integração é essencial para garantir que os resultados das avaliações reflitam com precisão o desempenho dos estudantes, promovendo diagnósticos mais robustos e estratégias pedagógicas mais eficazes, alinhadas ao compromisso nacional de melhoria da qualidade da educação.

Segundo Záttera (2018), um dos principais motivadores para o Paraná implementar seu sistema próprio de avaliação foi garantir a rápida disponibilização dos resultados às escolas. Com essas informações, as equipes pedagógicas poderiam identificar dificuldades específicas dos estudantes e propor intervenções imediatas. Além disso, o Estado teria condições de utilizar tais resultados como evidências sólidas para fundamentar decisões sobre financiamento e direcionamento das políticas educacionais.

A partir dessas intenções, os resultados do sistema anual de avaliação foram utilizados para desenvolver, com base nas fragilidades e potencialidades dos estudantes da rede, cursos de formação continuada para professores, conforme apresenta Soares (2015).

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 13.005/2014, determinou que estados e municípios elaborassem ou adequassem seus planos educacionais às diretrizes nacionais em até um ano após sua publicação. No Paraná, esse processo envolveu a criação de um Comitê Gestor e um Grupo Técnico de Apoio, responsáveis por sistematizar as contribuições oriundas das audiências públicas realizadas nos 32 Núcleos Regionais de Educação, culminando no documento aprovado como Plano Estadual de Educação¹.

Entre as metas definidas pelo PNE, destaca-se a estratégia 7.23, que prevê o fortalecimento dos sistemas estaduais de avaliação, articulados ao sistema nacional e com participação facultativa das redes municipais, visando a orientar políticas públicas e práticas pedagógicas. Atendendo a essa orientação, o PEE-PR determinou formalmente a organização do SAEP, assegurando a participação mínima de 80% dos estudantes em avaliações periódicas e estabelecendo compatibilidade metodológica com sistemas municipais próprios.

¹ Conforme descrito no documento de elaboração do Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE-PR), o processo de construção do plano contou com a criação de um Comitê Gestor e de um Grupo Técnico de Apoio, além da realização de audiências públicas nos 32 Núcleos Regionais de Educação (Paraná, 2015).

Desde então, o SAEP tornou-se uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento educacional do Paraná. Sua aplicação permite um diagnóstico preciso sobre a realidade educacional local, possibilitando acompanhar longitudinalmente o desempenho dos estudantes e avaliar a eficácia das políticas públicas educacionais implementadas. A formulação, reformulação e implementação de políticas e programas, envolvendo a comunidade escolar e a sociedade civil, têm se tornado um compromisso constante da Secretaria da Educação do Estado.

Os resultados da Prova Paraná Mais apresentam a série histórica desde 2012, por meio das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática, em anos alternados às avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, promovido pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”). O conjunto de avaliações externas em larga escala desse sistema permite mensurar a qualidade da educação básica brasileira e os fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

Entre 2012 e 2018, o SAEP foi aplicado em diferentes formatos e frequências, ora para séries de entrada (6.º ano e 1.ª série do Ensino Médio), ora para séries de saída (9.º ano do Ensino Fundamental e 3.ª série do Ensino Médio), da rede estadual. Somente em 2019 o sistema foi expandido para incluir o 5.º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, sobretudo das redes municipais. A partir desse mesmo ano, o SAEP passou a realizar avaliações formativas e somativas, sendo as principais: a Prova Paraná (diagnóstica trimestral) e a Prova Paraná Mais (avaliação de desempenho por etapa), abrangendo redes estaduais e municipais por adesão.

A consolidação da participação das redes municipais ocorreu de forma progressiva e ganhou força a partir de 2023, com a entrada em vigor do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto n.º 11.556, de 12 de junho de 2023, e regulamentado pela Portaria n.º 351, de 4 de agosto de 2023. Essa política nacional estabeleceu que as avaliações aplicadas ao 2.º ano do Ensino Fundamental pelos sistemas estaduais deveriam atuar de forma complementar ao Saeb, garantindo compatibilidade metodológica nos instrumentos de avaliação, especialmente no que se refere aos conteúdos e às escalas de proficiência. O objetivo central foi fortalecer o monitoramento da aprendizagem das crianças em fase de alfabetização e garantir que sejam alfabetizadas na idade certa (Brasil, 2023).

Em resposta a essas orientações, o Paraná ampliou o alcance de suas avaliações externas. Em 2023, todos os 399 municípios paranaenses participaram das avaliações do SAEP, totalizando 121.931 estudantes do 2.º ano e 113.758 do 5.º ano avaliados. Essa tendência foi mantida em 2024, com 120.268 estudantes do 2.º ano e 117.711 do 5.º ano, com taxas de participação de 85% e 90%, respectivamente. Esses resultados evidenciam o avanço do Estado na institucionalização das avaliações como ferramenta para acompanhamento da alfabetização e das aprendizagens nos anos iniciais.

Soma-se a isso o fato de que normativas estaduais também impulsionaram essa ampliação. A Resolução n.º 01, de 27 de julho de 2022, da Comissão Intergovernamental do Fundeb, e a Lei Complementar n.º 249, de 23 de agosto de 2022, estabeleceram que os dados de desempenho apurados pelas avaliações externas da SEED passariam a compor parte da cota-parte do Índice de Participação dos Municípios (IPM), em 10%. Esse vínculo entre desempenho educacional e retorno financeiro representou um incentivo adicional à adesão das redes municipais ao SAEP, fortalecendo a articulação entre avaliação e gestão intergovernamental da educação.

Esses fatores revelam que, para além da finalidade pedagógica, as avaliações externas no Paraná passaram a ocupar um lugar central tanto na gestão educacional quanto na política de cooperação federativa. Sua ampliação e institucionalização 71refletem a convergência entre metas educacionais nacionais, estratégias estaduais e mecanismos de responsabilização e incentivo que visam a garantir o direito à alfabetização na idade certa e ampliam o alcance e a importância dos sistemas estaduais de avaliação no contexto da educação básica.

Embora avanços tenham sido obtidos, um dos maiores desafios atuais refere-se à utilização consistente e eficiente dos dados gerados pelas avaliações. Apesar das ações realizadas pela SEED para divulgação e apropriação dos resultados das avaliações externas e de diversos esforços formativos, os dados ainda não têm sido devidamente utilizados pelas redes. Ainda não se tem consolidada uma cultura de apropriação, fato que se evidencia inclusive pela falta de informação sobre esse processo. Dessa forma, a implementação das avaliações não gerou os efeitos esperados na melhoria da qualidade e da equidade da educação básica no Paraná.

No quadro a seguir, apresentam-se algumas das ações institucionais realizadas.

Quadro 1 – Ações realizadas pela SEED para divulgação e apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais

Edição	Ação
2019	Divulgação dos resultados na plataforma online; Revistas do Gestor Escolar; Revista do Professor Língua Portuguesa e Matemática; Revista do Sistema.
2022	Divulgação dos resultados na plataforma online; Desenvolvimento Profissional em Análise e Apropriação de Resultados; Revistas do Gestor Escolar; Revista da Escola Língua Portuguesa e Matemática; Revista da Rede; Sumário Executivo.
2023	Divulgação dos resultados na plataforma online; Seminário de Divulgação e Apropriação dos Resultados; Revistas da Alfabetização; Relatório Consolidado.
2024	Divulgação dos resultados na plataforma online; Seminário de Divulgação e Apropriação dos Resultados; Desenvolvimento Profissional em Análise e Apropriação de Resultados; Revistas do Gestor Escolar; Revista do Professor Língua Portuguesa e Matemática; Revista do Sistema.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de ofícios da SEED, 2025.

Desde a primeira edição da Prova Paraná Mais, a SEED, por intermédio do CAEd, realiza ações para divulgação e apropriação dos resultados das avaliações.

Entende-se por divulgação:

A socialização dos resultados obtidos pelas escolas nas avaliações externas por meio de um processo organizado de divulgação. Nesse sentido, a divulgação dos resultados para as equipes escolares, além de necessária, deve ser acompanhada de ações que levem não só a compreensão, mas também ao processo de apropriação. A comunicação das proficiências dos alunos por si não é suficiente para que a escola reflita sobre o que tem de melhorar (Rodrigues, 2017, p. 48 apud Fortaleza, 2021, p. 88).

Compreendendo que somente divulgar não era suficiente, as ações foram ampliadas para promover discussões acerca dos resultados obtidos. Em 2019, a divulgação que ocorreu durante a pandemia de Covid-19 ficou restrita aos materiais contidos na plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Paraná. A partir de 2022, outras ações começaram a ser desenvolvidas, como cursos de desenvolvimento profissional realizados de modo remoto com carga horária prevista de 40 horas; seminários para divulgação dos resultados com a realização de palestras com profissionais e especialistas; e oficinas para leitura e interpretação dos resultados.

Embora diversas ações tenham sido realizadas para a rede estadual e para as redes municipais, inexistente um sistema estruturado de monitoramento do uso efetivo desses resultados por parte da SEED. Tal lacuna limita significativamente o potencial das avaliações externas para promover melhorias concretas na qualidade da educação paranaense.

Os resultados do SAEP, nas avaliações diagnósticas e de desempenho, são utilizados pela SEED como base para intervenções destinadas a garantir o direito do estudante a uma educação de qualidade. Nesse sentido, com os dados gerados a partir de suas aplicações, é possível proporcionar um diagnóstico mais preciso e rico da educação ofertada nas escolas do Estado. Além disso, os dados fornecem subsídios para formulação, reformulação e implementação de políticas, programas e projetos destinados, no âmbito das unidades escolares, a diretores, coordenadores pedagógicos, professores, estudantes, pais e à sociedade civil, para a revisão ou consolidação das ações definidas no Projeto Político Pedagógico da escola.

Essa utilização dos dados em nível local se articula com as estratégias mais amplas adotadas em âmbito estadual. Diante dos desafios educacionais diagnosticados pelas avaliações externas, o Estado do Paraná tem formulado ações com o objetivo de promover melhorias sustentadas na qualidade do ensino, com base nos resultados obtidos pela Prova Paraná Mais. Um dos principais focos dessas ações tem sido a recomposição das aprendizagens, especialmente a partir dos dados gerados pelas edições mais recentes (Paraná, [2025]b). Algumas das iniciativas que convergem para esse propósito são as ações formativas, os encontros técnicos e o incentivo à utilização da plataforma de devolutiva. No entanto, no ano de 2025, foi realizada também a entrega, por meio de parceria entre o Governo do Estado e as

administrações municipais, de materiais didáticos de apoio à aprendizagem para estudantes de 5.º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com foco nas habilidades essenciais que devem ser apropriadas pelos estudantes no final dessa etapa de escolaridade.

Essa atuação encontra respaldo no Decreto n.º 12.391, de 28 de fevereiro de 2025, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens por meio da cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Entre as estratégias previstas, destacam-se a identificação e a análise das insuficiências e defasagens de aprendizagem, ação fundamental para assegurar padrões adequados de desenvolvimento dos estudantes da educação básica.

Essa diretriz está alinhada à concepção de avaliação como ferramenta de diagnóstico pedagógico, capaz de orientar práticas educativas mais eficazes. Como observam Sousa e Oliveira (2010, p. 801), “[...] ao realizar determinado processo avaliativo, espera-se, explicitamente, verificar quão distante se está da situação desejável e, a partir daí, definir elementos para modificar a situação em direção ao padrão desejado”. Em síntese, a avaliação não deve ser compreendida apenas como um fim em si mesma, mas como um ponto de partida para a definição de estratégias pedagógicas que respondam às reais necessidades dos estudantes.

Para tanto, a leitura criteriosa dos padrões de desempenho e dos percentuais de acerto nas habilidades essenciais revela-se indispensável. Esses indicadores permitem identificar quais aprendizagens ainda não foram consolidadas e orientar ações pedagógicas centradas nas habilidades com menor domínio demonstrado. A análise da série histórica dos resultados contribui, ainda, para a identificação de padrões persistentes de defasagem, o que reforça a necessidade de intervenção planejada. Boudett, City e Murnane (2020) alertam para as lacunas persistentes nas habilidades acadêmicas médias de alguns estudantes em comparação com outros, fenômeno que exige intervenção específica. Nesse contexto, transformar os resultados das avaliações externas em elementos estruturantes da recomposição das aprendizagens é um passo decisivo para a promoção de uma educação mais equitativa e que responda às demandas dos estudantes.

Assim, o SAEP procura consolidar-se como um marco na busca contínua pela melhoria educacional no Estado. Soares (2015, p. 351) demonstra que “trata-se do uso da avaliação como instrumento para a melhoria do ensino e nossos sistemas de

avaliação estão apenas começando a entrar neste campo”, bem como as redes públicas de ensino ainda estão iniciando suas trajetórias para “usar sabiamente as evidências geradas na escola para melhorar o ensino e a aprendizagem” (Boudett; City; Murnane, 2020).

Contudo, o pleno potencial do SAEP somente será alcançado com o desenvolvimento de uma cultura institucional sólida e consistente de análise e apropriação dos dados, garantindo que as informações geradas possam efetivamente subsidiar políticas públicas e ações pedagógicas que elevem a qualidade da educação oferecida aos estudantes paranaenses. Como destacam Boudett, City e Murnane (2020), os dados não se referem somente a números, mas a todas as evidências de aprendizagem geradas na escola.

2.3 A PROVA PARANÁ MAIS: OBJETIVOS, ESTRUTURA E INSTRUMENTOS

A Prova Paraná Mais é uma avaliação em larga escala, de caráter somativo e censitário, inserida no SAEP visando disponibilizar informações relevantes sobre o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, descrevendo os conhecimentos desenvolvidos sobretudo em Língua Portuguesa e Matemática. É aplicada aos estudantes das diferentes etapas da Educação Básica: 2.º, 5.º e 9.º anos do Ensino Fundamental (etapa de alfabetização, anos iniciais e finais) e das 3.ª séries do Ensino Médio e da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio na rede pública estadual. Também contempla estudantes das redes municipais que aderem voluntariamente ao programa mediante a adesão ao Programa Educa Juntos, que tem como objetivo promover, por meio do regime de colaboração com os municípios, educação de qualidade para os estudantes da rede pública de ensino (Paraná, 2023).

A Prova Paraná Mais consolida-se como um dos principais instrumentos de diagnóstico educacional do Estado. Seu objetivo é monitorar o desempenho escolar dos estudantes paranaenses em Língua Portuguesa e Matemática, gerando subsídios para a formulação de políticas educacionais eficazes, o planejamento pedagógico e o fortalecimento de práticas baseadas em evidências. A avaliação é estruturada com base na Teoria da Resposta ao Item (TRI), que permite construir escalas de proficiência úteis para comparações entre edições, o acompanhamento da evolução

da rede ao longo do tempo e a identificação de padrões de aprendizagem, lacunas no ensino e oportunidades de intervenção pedagógica.

Na edição de 2024, por exemplo, participaram 120.268 estudantes do 2.º ano e 117.711 do 5.º ano, avaliados com testes padronizados de múltipla escolha em Matemática e Língua Portuguesa. Desse total avaliado, apenas 201 participantes da etapa do 2.º ano e 231 do 5.º ano estavam matriculados em escolas da rede estadual que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental. No 2.º ano, além dos itens objetivos, também foram aplicados itens de resposta construída, especialmente para aferição de habilidades de escrita. Na etapa dos anos finais do Ensino Fundamental, 111.117 estudantes de 9.º ano foram avaliados em Língua Portuguesa e Matemática com cadernos de testes com itens de resposta selecionada, atingindo 88% de participação.

No Ensino Médio, cerca de 73% dos estudantes da rede participaram da avaliação, segundo dados divulgados na Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Paraná. Essa edição trouxe um diferencial: além da avaliação de desempenho da rede, os estudantes da 3.ª série do Ensino Médio poderiam também utilizar os resultados para ingresso em um dos cursos de graduação de uma das sete universidades estaduais paranaenses. Essa ampliação na forma de utilização dos resultados da Prova Paraná Mais para os estudantes dessa etapa deu-se devido ao Decreto Estadual n.º 5.835, de 20 de maio de 2024, que a instituiu como meio de acesso às vagas ofertadas por essas universidades.

A aplicação das provas segue matrizes de referência específicas por etapa, alinhadas às avaliações nacionais, com instrumentos atualizados anualmente, porém com a presença de itens comuns para garantia da comparabilidade entre as edições aplicadas, incluindo os voltados à alfabetização e às etapas finais do Ensino Fundamental e Médio. Seus resultados são utilizados pela SEED e disponibilizados por meio de plataformas digitais, promovendo um ciclo contínuo de avaliação, reflexão e ação pedagógica. Com isso, segundo a Secretaria de Estado da Educação, a Prova Paraná Mais se configura como um mecanismo essencial para a melhoria dos indicadores educacionais e a garantia do direito à aprendizagem, com contribuição significativa para a equidade na educação pública paranaense (Paraná, 2024).

Os cadernos de testes seguem os mesmos modelos utilizados pelo Saeb, e mantêm a estrutura de componentes curriculares, número de itens por caderno,

metodologia de montagem e a aplicação dos testes para que possa haver comparação aproximada entre os resultados das duas avaliações.

Com o objetivo de aferir se os estudantes se apropriaram das habilidades consideradas essenciais, “são utilizadas provas elaboradas com um grande número de itens, de modo a abranger as competências e habilidades requeridas ao final de cada ciclo de aprendizagem” (Castro, 2015, p. 136), assim como no Saeb. Para garantir que os estudantes avaliados sejam expostos a toda a matriz de referência com as habilidades essenciais para cada etapa da Educação Básica dentro do componente avaliado, sem precisarem, no entanto, realizar provas excessivamente longas, adota-se uma metodologia específica de montagem dos testes. Sobre essa metodologia, Castro esclarece:

Os itens são distribuídos em diferentes cadernos de [...], o que permite uma ampla cobertura dos conteúdos, competências e das habilidades (com seus diferentes graus de complexidade), em todas as séries avaliadas (Castro, 2015, p. 136).

A estrutura dos cadernos de teste aplicados na Prova Paraná Mais utiliza 21 modelos diferentes de cadernos organizados com base na metodologia de Blocos Incompletos Balanceados (BIB), que adota uma amostragem matricial de conteúdos. Nesse modelo, os 77 itens são divididos em sete blocos de 11 itens cada, sendo dois blocos por caderno. Cada estudante responde a apenas um caderno, com um total de 44 itens, sendo 22 itens de Língua Portuguesa e 22 itens de Matemática, o que possibilita ampla cobertura da matriz de referência sem sobrecarregar os participantes da avaliação. Dessa forma, assegura-se que as habilidades previstas na matriz de referência sejam avaliadas em toda a população definida como público-alvo, sem que seja necessário que cada estudante responda individualmente a todos os itens disponíveis para cada habilidade. Essa estratégia assegura essa cobertura com economia de tempo e menor desgaste para os participantes, garantindo o levantamento de dados de modo eficiente.

Assim como no Saeb, na Prova Paraná Mais, “para garantir a comparabilidade com anos anteriores, mantêm-se alguns blocos e itens comuns aplicados nos diferentes ciclos de avaliação” (Locatelli, 2015, p. 179). Tal procedimento é fundamental para assegurar a continuidade e a coerência dos resultados ao longo do tempo, permitindo que a evolução do desempenho dos estudantes seja acompanhada com precisão entre diferentes edições da avaliação. Os itens comuns atuam como

âncoras estatísticas que tornam os escores obtidos comparáveis, mesmo que a composição dos cadernos varie a cada aplicação. Dessa forma, é possível monitorar tendências e identificar avanços ou retrocessos no processo de aprendizagem, sem que os ajustes nos instrumentos comprometam a consistência das análises.

2.4 O PAPEL DA SEED, DOS NRES E DAS SMES NA GESTÃO DAS AVALIAÇÕES

No Paraná, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) organiza sua atuação por meio dos Núcleos Regionais de Educação (NRES), que desempenham um papel essencial na articulação entre a secretaria e as escolas da rede estadual, além de serem importantes interlocutores das redes municipais, especialmente na implementação de políticas como o SAEP. O Estado conta com 32 NRES, distribuídos estrategicamente, para atender às diferentes regiões do Paraná. Esses núcleos são responsáveis por apoiar, acompanhar e oferecer suporte técnico e pedagógico aos 399 municípios paranaenses, que são organizados conforme a abrangência territorial de cada NRE.

Os Núcleos Regionais de Educação constituem a representação regional da Secretaria de Estado da Educação, com atribuições voltadas à orientação, ao acompanhamento e à avaliação da Educação Básica e suas modalidades. Dentro de cada NRE existem coordenações descentralizadas das demandas operacionalizadas pela SEED, como, por exemplo, a coordenação pedagógica que junto com os técnicos pedagógicos da avaliação e do NCPM são responsáveis pela execução das ações de logística e apropriação dos resultados das avaliações. Dessa forma também são responsáveis por acompanhar e apoiar as escolas em aspectos pedagógicos, administrativos e formativos, promovendo o diálogo entre as diretrizes da SEED e as práticas realizadas nas escolas. Também atuam no monitoramento dos indicadores educacionais e no suporte à execução de programas e projetos, contribuindo para que as políticas públicas alcancem seus propósitos (Paraná, 2024b).

No contexto da gestão das avaliações externas, os NRES cumprem um papel fundamental, tanto na mobilização e orientação das equipes escolares quanto no apoio à leitura e utilização dos dados gerados, realizando reuniões técnicas e formativas com SMES e escolas. São eles que, por meio dos técnicos pedagógicos

que atuam nas demandas das avaliações externas e com a demanda do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios, realizam ações para que as informações cheguem às escolas e possam ser traduzidas em ações pedagógicas coerentes com as necessidades locais, por meio de reuniões técnicas, encontros formativos, visitas às SMES e escolas. Seja por meio do repasse de informações, reuniões, encontros formativos, visitas técnicas e de orientação, realizam e encaminham as informações às SMES e muitas vezes diretamente às escolas consideradas prioritárias a partir dos resultados obtidos nas avaliações. Ao lado da SEED e das SMES, os NRES compõem uma engrenagem essencial para que os resultados das avaliações possam contribuir com a melhoria da aprendizagem dos estudantes (Paraná, 2024d). Cada um desses órgãos tem um papel próprio e complementar no planejamento, aplicação e, principalmente, na devolutiva e utilização dos resultados.

À SEED cabe a coordenação geral do sistema e o planejamento das avaliações, com apoio técnico do CAEd/UFJF, no caso da Prova Paraná Mais. É responsável pelo planejamento, pela coordenação e pela supervisão da execução de todas as atividades relacionadas à aplicação da Prova Paraná Mais. A secretaria define as matrizes de referência, organiza a aplicação e a logística, e é também responsável pela sistematização e publicação dos resultados, por meio da Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Paraná. Além disso, tem-se observado que a devolutiva dos resultados frequentemente é acompanhada por ações formativas promovidas pela secretaria, como seminários integrados, formações presenciais e on-line, reuniões técnicas e grupos de estudo com profissionais da rede estadual e das redes municipais. A partir de 2023, essa articulação foi fortalecida pelo lançamento do Programa Educa Juntos, regulamentado pelo Decreto n.º 2.435, de 7 de junho de 2023, que estabelece as diretrizes para cooperação entre Estado e municípios na melhoria da qualidade da educação básica.

Os NRES, por sua vez, atuam com a coordenação regional, sendo responsáveis pela administração e gestão da logística de aplicação, assegurando que os trabalhos se desenvolvam com a qualidade requisitada e cumpram o cronograma estabelecido. Atuam como ponte entre a SEED e os municípios, apoiando a mobilização local e participando da logística para a realização das avaliações e acompanhando de perto a devolutiva dos resultados. O NRE realiza reuniões com as SMES para divulgação dos processos e alinhamento das ações, opera com a

coordenação regional do processo logístico, na composição da equipe de campo que atuará no processo, realizando o recrutamento e capacitação dos agentes que trabalharão na logística de aplicação, organiza cronogramas e fica responsável pelo recebimento, guarda e devolução dos instrumentos de avaliação.

Para abrigar a coordenação da logística em cada regional é necessário que sejam escolhidos os polos de apoio logístico. Os polos são locais com as condições adequadas para abrigar a coordenação da logística de campo, onde são realizados o recebimento, a conferência, a organização e a distribuição dos materiais administrativos e de prova, o recolhimento e a guarda dos materiais administrativos e de aplicação, agendamento das aplicações e a capacitação dos agentes de aplicação.

O polo é um local estratégico da aplicação, no qual são desenvolvidas atividades que requerem estrutura específica, que permita o acesso da equipe de aplicação e que garanta o sigilo e a segurança dos materiais.

Dessa forma, considerando o tamanho de cada NRE e a quantidade de turmas a serem avaliadas, é necessário que mais de um polo seja organizado para que as aplicações possam acontecer garantindo a segurança, o sigilo do processo avaliativo e acima de tudo as condições ideais para que os estudantes sejam avaliados. A SEED, responsável pela contratação da instituição aplicadora e pela operacionalização do SAEP, organiza a logística de aplicação considerando os mesmos parâmetros utilizados na aplicação do SAEB não só na metodologia da avaliação, mas também nos métodos de aplicação e na estrutura dos polos logísticos. Para cada polo com aproximadamente 250 turmas participantes da avaliação há a presença de um coordenador e um apoio logístico que são responsáveis pela organização, recrutamento e capacitação dos agentes envolvidos, agendamento das aplicações com as escolas, cronograma de aplicação e guarda dos instrumentos e materiais.

Para o sucesso de todo o processo é imprescindível que tanto coordenadores quanto apoios logísticos conheçam a região das escolas que compõem o polo e estejam familiarizados com a dinâmica dos municípios, garantindo, assim, que a avaliação seja realizada dentro dos padrões considerados adequados e respeitando as necessidades e realidades de cada comunidade escolar.

Procedimentos bem realizados são fundamentais para que a avaliação seja realizada para resultados mais fidedignos. Por isso, os NRES ficam responsáveis pela

indicação dos agentes de aplicação considerando o perfil e a experiência com avaliações externas de cada agente envolvido. Embora não caiba às SMES um papel em relação à logística de aplicação, a relação entre coordenadores de polo e os gestores de cada município é muito importante para que os agendamentos ocorram dentro do período determinado e a preparação da escola para o dia da avaliação ocorra de modo a garantir que os profissionais e estudantes estejam preparados para este momento.

As SMES são peças-chave também no processo de apropriação dos resultados das avaliações externas, especialmente no âmbito da Prova Paraná Mais. A inclusão das redes municipais no SAEP, que teve início em 2019, com a participação das turmas de 5º ano do Ensino Fundamental, marcou um momento importante na ampliação da cobertura das avaliações no estado. Naquele ano, 385 municípios participaram da avaliação, envolvendo cerca de 102.600 estudantes. A adesão foi se intensificando gradualmente, e em 2022, 386 municípios participaram da Prova Paraná Mais, totalizando 113.835 estudantes. O marco mais relevante ocorreu em 2023, quando todos os 399 municípios paranaenses aderiram à avaliação, estendendo a participação também aos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, conforme as orientações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Naquele ano, participaram efetivamente 121.931 estudantes do 2º ano e 113.758 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental. Desde então, as redes municipais participam mais ativamente das aplicações, consolidando sua participação no processo avaliativo estadual. Essa ampliação também foi estimulada por normativas como a Resolução n.º 01/2022 da Comissão Intergovernamental do Fundeb e a Lei Complementar n.º 249/2022, que vincularam parte do repasse do ICMS Educacional ao desempenho das redes nos indicadores de aprendizagem e alfabetização.

Importante ressaltar que as relações entre os órgãos não se restringem somente à logística do processo de aplicação, mas mantêm-se durante todas as etapas que envolvem a avaliação externa. Cabe aos técnicos pedagógicos dos NRES colaborar com as SMES, após a realização das aplicações e divulgação dos resultados, na leitura dos relatórios e na orientação para o uso pedagógico dos dados, fortalecendo a mediação entre os instrumentos de avaliação e as ações formativas nas redes municipais. Para tanto, a própria SEED desenvolve ações formativas junto aos técnicos dos NRES e às SMES — por meio de iniciativas de formação continuada

e grupos de estudos — que contribuem para a discussão e o uso dos resultados das avaliações educacionais (Paraná, 2024c). Essa mediação é essencial para aproximar os resultados da realidade de cada região, promovendo o diálogo entre avaliação e prática pedagógica.

No debate contemporâneo sobre avaliação educacional, é importante reconhecer que a adoção de políticas de avaliação em larga escala não ocorre sem tensões. Como assinalam Calderón e Borges (2020), o campo é marcado por disputas teóricas, epistemológicas e políticas que influenciam tanto a formulação quanto a implementação das avaliações. Os autores destacam que a produção acadêmica brasileira tem evidenciado divergências que, por vezes, resultam em “dicotomização teórica e abordagens maniqueístas”, sobretudo quando a avaliação é interpretada ora como mecanismo de regulação e controle, ora como instrumento de melhoria e fortalecimento das práticas pedagógicas (Calderón; Borges, 2020, p. 9).

Essas tensões repercutem diretamente no modo como as redes de ensino se organizam para gerir as avaliações. De um lado, há expectativas político-institucionais que orientam usos estratégicos dos dados; de outro, há concepções pedagógicas que demandam uma leitura mais formativa e contextualizada dos resultados. Ao discutir os diferentes usos possíveis da avaliação externa, Calderón e Borges (2020) recuperam a tipologia proposta por Brooke e Cunha (2011), apontando que os resultados podem servir desde o monitoramento de políticas até o apoio ao planejamento escolar, passando pela mobilização de práticas pedagógicas e pela indução de melhorias na gestão. Essa multiplicidade de usos evidencia que a avaliação não produz efeitos automáticos: depende de mediações institucionais, competências avaliativas e condições de trabalho que permitam sua apropriação.

Ao trazer essas reflexões para o contexto paranaense, é possível compreender por que a atuação articulada entre SEED, NRES e SMES é decisiva para o fortalecimento da cultura de uso dos resultados. As tensões descritas por Calderón e Borges (2020) ajudam a explicar desafios enfrentados pelas redes municipais, como a necessidade de equilibrar demandas regulatórias e pedagógicas, interpretar adequadamente indicadores complexos e sustentar processos de análise que façam sentido para as equipes escolares. Assim, compreender o papel desses diferentes atores institucionais implica reconhecer que a gestão das avaliações é simultaneamente técnica, política e pedagógica, um território em que coexistem

expectativas diversas e onde a apropriação dos dados exige apoio continuado, alinhamento conceitual e clareza sobre finalidades.

2.5 A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SAEP PELAS REDES MUNICIPAIS: EVIDÊNCIAS E LIMITAÇÕES

A expansão da participação dos municípios paranaenses nas avaliações externas do SAEP representa um avanço importante para o fortalecimento da cultura avaliativa, de monitoramento e de gestão educacional baseada em evidências. Desde 2019, as redes municipais vêm aderindo progressivamente ao sistema, e a partir de 2023, todos os 399 municípios passaram a integrar as aplicações da Prova Paraná Mais. Com isso, passaram a ter acesso a relatórios pedagógicos detalhados com dados sobre o desempenho dos estudantes, organizados por descritor e nível de proficiência, além de indicadores de alfabetização e aprendizagem.

Essa expansão no processo de aplicação, no entanto, ainda não se traduz em uma cultura avaliativa nem na apropriação efetiva dos dados para o planejamento e a melhoria do ensino.

Apesar disso, percebe-se que algumas redes municipais avançaram significativamente no uso pedagógico dos resultados: embasaram suas intervenções pedagógicas nas evidências apontadas pelas avaliações, promoveram formações, redefiniram práticas curriculares e revisaram estratégias com base nesses dados. Exemplo disso são municípios como Morretes, que destacou a importância da Prova Paraná Diagnóstica como ferramenta essencial para compreender avanços e desafios na aprendizagem, com vistas a traçar estratégias mais assertivas para a melhoria da qualidade da educação (Morretes, 2025). Em Umuarama, a aplicação da Avaliação de Fluência Leitora foi reconhecida como uma oportunidade para fortalecer a alfabetização e garantir o desenvolvimento das habilidades fundamentais desde as séries iniciais (Umuarama, 2025). Já em Foz do Iguaçu, a adesão à Prova Paraná Mais para os alunos do 5.º ano evidencia o compromisso da rede municipal em utilizar os resultados como subsídio para o diagnóstico educacional e o aprimoramento das práticas pedagógicas (Foz do Iguaçu, 2025).

Esses exemplos sugerem que, embora a apropriação dos resultados ainda represente um desafio em muitas localidades, há redes municipais que vêm

desenvolvendo, ainda que pontualmente e de maneira não sistematizada, iniciativas voltadas ao uso pedagógico dos dados para promover a aprendizagem e reduzir desigualdades educacionais. Diante disso, a presente pesquisa também buscará identificar se ações semelhantes estão sendo implementadas nos municípios selecionados para a amostra, de modo a compreender como tais práticas podem estar contribuindo para a consolidação de uma cultura avaliativa local.

Além dos aspectos técnicos e formativos, fatores normativos e políticos também podem influenciar o processo de apropriação. Até 2022, a participação dos municípios no SAEP era facultativa, o que limitava a consolidação de uma cultura avaliativa uniforme. Com a regulamentação da Lei Complementar n.º 249/2022, que vinculou o repasse da cota-parte do ICMS Educacional à participação nas avaliações externas, houve uma ampliação significativa da adesão, impulsionada por incentivos financeiros.

O engajamento induzido por critérios de repasse pode gerar adesões formais dissociadas do uso pedagógico real dos dados, caso não sejam acompanhadas de suporte técnico e formativo consistente. É fundamental evitar que os indicadores utilizados para fins de financiamento induzam comportamentos que comprometam a função pedagógica das avaliações. Nesse contexto, como observa Gomes (2016, p. 56), “com a avaliação externa, a escola recebeu mais atribuições e financiamento suplementar, com frequência uma alocação por estudante, segundo o nível, para despesas correntes e pequenas despesas de capital”. Contudo, “[...] no dar e receber de recursos, tendeu-se a avaliar os resultados e responsabilizar a escola pelo uso desses recursos”, o que pode reforçar uma lógica de responsabilização e desviar o foco da avaliação como instrumento formativo.

Nesse contexto, é necessário reconhecer que a apropriação dos resultados do SAEP pelas redes municipais exige mais do que o acesso à informação. Por isso, a SEED busca um compromisso compartilhado com o uso pedagógico dos dados. Para tanto, tem realizado formações, oferecido apoio técnico continuado e mantido canais efetivos de diálogo entre a secretaria estadual e as SMES, com acompanhamento contínuo das redes, para que os dados gerados pelas avaliações orientem os caminhos do ensino e da aprendizagem (Paraná, 2025a). Transformar a avaliação em ferramenta de equidade e aprendizagem pressupõe romper com uma lógica de

responsabilização meramente gerencial e construir uma cultura de aprendizagem baseada em evidências e corresponsabilidade entre as redes.

2.6 PRÁTICAS DE USO DOS DADOS: ENTRE NORMATIVOS, FORMAÇÕES E REALIDADES LOCAIS

O uso dos dados das avaliações externas no Paraná vem sendo orientado por um conjunto de formações e iniciativas articuladas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), que buscam fomentar uma cultura de análise e apropriação dos resultados no âmbito das redes estaduais e municipais. A própria criação e regulamentação do SAEP já indicam o compromisso da política educacional do Estado com a produção e utilização de evidências para subsidiar a tomada de decisões pedagógicas e de gestão, como estabelecido no Plano Estadual de Educação (Paraná, 2015b).

Entre as iniciativas promovidas pela SEED, destacam-se as formações voltadas à leitura pedagógica dos dados, realizadas principalmente no formato de *webinars*, o que possibilita o alcance a educadores de diferentes regiões do Estado. Essas formações são geralmente oferecidas após a divulgação dos resultados das avaliações, com o objetivo de orientar a leitura das escalas de proficiência, a interpretação dos relatórios e o uso das ferramentas disponíveis nas plataformas digitais, como a Plataforma de Avaliação e Monitoramento do Paraná.

Além disso, eventos de cunho técnico e encontros presenciais têm sido organizados, especialmente com técnicos dos 32 NRES e das 399 SMES, com vistas à ampliação da capacidade analítica das equipes responsáveis pelo acompanhamento pedagógico (Paraná, 2025b). Destacam-se, por exemplo, o Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios e Divulgação dos Resultados da Prova Paraná Mais, realizado anualmente, que integra a divulgação dos resultados das avaliações externas às oficinas de leitura e apropriação, e as formações técnicas com os servidores dos NRES, realizadas de modo presencial e remoto diversas vezes ao ano. Essas ações buscam alinhar os entendimentos sobre a função pedagógica das avaliações e fortalecer o papel estratégico dos resultados na elaboração de planos de ação pedagógica.

Apesar dos esforços empreendidos pela SEED por meio de formações e orientações voltadas ao uso pedagógico dos dados, ainda não há informações sistematizadas que permitam compreender com clareza como — ou se — esse processo de apropriação vem ocorrendo concretamente nas redes municipais. A ausência de registros institucionais sobre as ações desenvolvidas, tanto pela secretaria quanto pelas próprias redes, bem como a falta de monitoramento contínuo, dificulta a avaliação do alcance e da efetividade dessas iniciativas, especialmente no que se refere à compreensão das escalas e dos relatórios e à integração dos resultados ao planejamento pedagógico. Essa percepção, oriunda da experiência prática da pesquisadora, reforça a importância de ampliar os mecanismos de acompanhamento técnico e de consolidar uma política formativa mais estruturada, voltada à apropriação qualificada dos resultados.

Dessa forma, o uso dos dados do SAEP ainda se configura como um campo marcado por tensões entre a proposta oficial, expressa em normativos e ações formativas, e as possibilidades concretas de sua concretização nas redes municipais. Diante da ausência de evidências documentadas sobre o alcance dessas iniciativas, torna-se essencial reconhecer a complexidade dos contextos locais e a heterogeneidade das condições estruturais, técnicas e formativas entre os municípios. Superar esse desafio requer o fortalecimento de políticas públicas que aliem suporte técnico-pedagógico contínuo à valorização das especificidades de cada município e que promovam ações mais efetivas de apoio à apropriação dos resultados nas diferentes realidades educacionais do Paraná.

2.7 PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A EFETIVA UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Embora as avaliações externas em larga escala produzam um volume significativo de informações sobre o desempenho dos estudantes e das redes de ensino, o simples acesso aos resultados não garante sua incorporação ao planejamento pedagógico e à formulação de ações educacionais. Soares, S. (2015) defende que os resultados das avaliações educacionais podem subsidiar o trabalho pedagógico na medida em que permitem compreender aspectos relacionados às aprendizagens dos estudantes, enquanto Silvestre, Fialho e Cid (2014) destacam que a utilização dos resultados das avaliações externas depende da existência de

condições institucionais, da construção de práticas avaliativas sistemáticas e do desenvolvimento de competências avaliativas pelos diferentes atores educacionais. Nesse sentido, a apropriação dos dados envolve processos de interpretação, análise e tomada de decisão que extrapolam essa mera visualização. Não basta poder visualizar os resultados; é necessário que se tenham condições organizacionais, formativas e institucionais que sustentem e favoreçam o uso pedagógico dessas informações.

Entre os desafios relacionados ao uso dos resultados das avaliações externas está a compreensão técnica dos indicadores e medidas produzidos por esses instrumentos. A interpretação de escalas de proficiência, padrões de desempenho e metodologias estatísticas exige conhecimentos específicos que nem sempre fazem parte da formação inicial dos profissionais que atuam nas redes de ensino. Essa complexidade pode dificultar a leitura pedagógica dos resultados e limitar sua integração ao planejamento escolar e às estratégias de intervenção.

Além das dificuldades técnicas, Silvestre, Fialho e Cid (2014) observam que a utilização pedagógica das informações das avaliações externas exige tempo institucional para análise, espaços coletivos de discussão, práticas colaborativas e desenvolvimento de competências avaliativas pelos diferentes atores educacionais. As autoras apontam ainda que a ausência de sistematicidade nos processos de acompanhamento e reflexão sobre os dados pode limitar o potencial das avaliações externas enquanto instrumentos de autorregulação, melhoria das práticas pedagógicas e aperfeiçoamento da organização escolar.

Outro aspecto recorrente nos estudos sobre avaliação educacional refere-se às tensões existentes em torno das finalidades atribuídas às avaliações externas. Calderón e Borges (2020) destacam que o campo da avaliação em larga escala é permeado por disputas teóricas e epistemológicas, nas quais coexistem diferentes concepções sobre o papel da avaliação na educação. Segundo os autores, enquanto determinadas abordagens enfatizam funções de monitoramento, responsabilização e controle do desempenho escolar, outras defendem perspectivas voltadas ao diagnóstico, à garantia do direito à aprendizagem e à melhoria das práticas educacionais. Essas interpretações influenciam diretamente a forma como os resultados são recebidos, analisados e incorporados às práticas pelas redes e unidades escolares.

Nessa perspectiva, a efetiva utilização dos resultados das avaliações externas demanda mais do que a disponibilização de relatórios e indicadores. Requer a construção de uma cultura institucional de análise dos dados, sustentada por processos formativos, acompanhamento técnico e articulação entre avaliação, currículo e planejamento pedagógico. É a partir dessas discussões que se torna possível compreender os desafios enfrentados pelas redes municipais do Paraná no processo de apropriação dos resultados do SAEP, aspecto que será aprofundado nas seções seguintes.

2.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DO CASO E NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

A análise dos dados provenientes das edições da Prova Paraná Mais e das demais avaliações externas aplicadas pelo SAEP evidencia disparidades importantes no desempenho dos estudantes entre diferentes redes municipais de ensino.

Diante disso, torna-se imprescindível reconhecer a necessidade de ações intencionais e articuladas que promovam o uso pedagógico qualificado dos resultados, de modo a garantir que os dados coletados extrapolem o caráter meramente diagnóstico e se consolidem como instrumentos de transformação da prática docente “para investigação do impacto que os insumos educacionais, o contexto social, as variáveis familiares e as práticas pedagógicas e de gestão escolar têm sobre o aprendizado” (Soares, J. F., 2015, p. 351).

Nesse sentido, a intervenção proposta neste estudo busca compreender as lacunas existentes entre a produção dos dados e sua utilização prática pelas redes municipais de ensino, com foco na construção de estratégias que fortaleçam a gestão pedagógica, a formação de professores e a melhoria da aprendizagem. A identificação dos desafios e das potencialidades no uso dos dados educacionais permitirá propor caminhos para que as avaliações externas cumpram, de fato, seu papel formativo e indutor de qualidade e equidade educacionais.

Para analisar o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas, especificamente os resultados produzidos pelas aplicações da Prova Paraná Mais, fez-se necessária a análise dos dados produzidos pelas edições de 2022, 2023 e 2024, desconsiderando-se a primeira edição aplicada em 2019 para os

estudantes de 5.º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, já que esta aconteceu antes do período da pandemia de covid-19 e nem todos os municípios participavam ainda do SAEP.

Boudett, City e Murnane (2020) caracterizam esse método como uma análise de mudança entre grupos: a cada ano, estudantes de uma mesma etapa de ensino são testados, e o progresso é estimado pela comparação entre as pontuações da coorte atual e as da coorte que cursou a mesma série no ano anterior.

Ao analisar o comportamento das notas resultantes das aplicações para os estudantes no final da etapa dos anos iniciais, podemos realizar inferências sobre as práticas que ocorrem, ou não, dentro das redes municipais no sentido de uma apropriação desses resultados e de intervenções pedagógicas baseadas em evidências.

Redes que apresentam resultados constantes podem simplesmente estar aplicando sempre as mesmas estratégias pedagógicas, mantendo ações regulares sem realizar o monitoramento dessas ações por meio dos resultados das avaliações. Por outro lado, redes que apresentam retrocessos nos resultados podem ter deixado de realizar ações importantes, mudado metodologias ou implementado políticas públicas que não foram efetivas para a aprendizagem.

Como o que mais nos interessa nesse estudo é identificar e indicar experiências exitosas no processo de apropriação dos resultados das avaliações externas, buscou-se encontrar dentro dos 399 municípios, exemplos de onde temos encontrado avanços nos resultados da aprendizagem. Devido à extensão territorial do estado do Paraná e a quantidade de redes municipais, definiu-se como critério para a pesquisa analisar as proficiências obtidas nas últimas edições da Prova Paraná Mais e quais redes conseguiram manter um aumento progressivo nessas proficiências, o que demonstra bons indicadores de qualidade da educação. A partir da pesquisa com essa amostra, a intenção é conhecer os processos que já acontecem dentro de cada rede e que podem estar associados a práticas de apropriação e uso dos dados das avaliações para se possível ser compartilhados com as demais a partir de ações institucionalizadas pela SEED.

Para selecionar quais municípios fariam parte da amostra deste estudo, foi realizada uma análise preliminar dos resultados da Prova Paraná Mais entre os anos

de 2022 e 2024, com base na evolução da nota padronizada de proficiência dos estudantes nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática.

Embora o foco desta pesquisa seja compreender como os dados das avaliações são apropriados pelas redes municipais e como o apoio da SEED pode contribuir para a efetivação dessa ação, a utilização da nota padronizada como critério inicial contribuiu para identificar municípios que apresentaram avanços no desempenho ao longo das edições. A seleção desses municípios busca levantar a hipótese de que melhorias observadas nos resultados podem estar associadas a processos de apropriação mais consolidados ou a estratégias diferenciadas de uso dos dados.

Assim, a nota padronizada da proficiência dos estudantes nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática foi considerada como um ponto de partida operacional para definir a amostra, permitindo investigar de forma qualitativa se, e como, a melhoria nos indicadores está relacionada ao uso efetivo dos resultados das avaliações no planejamento pedagógico e na gestão escolar.

A nota padronizada é uma forma de representar o desempenho dos estudantes em uma escala comum, normalmente de 0 a 10, para facilitar a comparação entre diferentes escolas, etapas de ensino ou disciplinas. Ela é calculada com base na proficiência média dos alunos nos componentes avaliados, considerando limites superiores e inferiores previamente definidos. Esses limites são usados para transformar a proficiência real em uma escala comum e comparável e ajudam a compor o Índice de Desempenho Escolar do Paraná (IDEPR).

O Índice de Desempenho Escolar do Paraná (IDEPR) reflete de forma sintética a qualidade da educação medida em três dimensões relevantes: desempenho em Língua Portuguesa, desempenho em Matemática e fluxo, sendo o desempenho obtido a partir das informações fornecidas pelo sistema próprio de avaliação e o fluxo levantado a partir de informações derivadas do Censo Escolar (CAEd, 2019, p. 1).

No caso do Paraná, para a construção do IDEPR, por exemplo, os limites foram definidos com base em dados históricos do SAEB, considerando a mesma metodologia descrita na Nota Técnica nº 1 do Ideb.

Dos 399 municípios paranaenses, observou-se pela análise que 80 mantiveram ou apresentaram crescimento constante em suas notas padronizadas.

Tabela 1 – Municípios com maiores notas padronizadas

Regional	Município	NP 2022	NP 2023	NP 2024
Apucarana	Kaloré	6,64	7,15	7,38
Apucarana	Borrazópolis	6,19	6,93	7,38
Apucarana	Novo Itacolomi	6,79	6,86	7,37
Apucarana	Cambira	6,15	6,99	7,21
Área Metro. Sul	Piên	6,74	6,98	7,30
Campo Mourão	Peabiru	6,30	7,34	7,37
Campo Mourão	Araruna	6,19	6,51	7,11
Cascavel	Guaraniaçu	6,15	6,38	7,31
Cascavel	Lindoeste	5,87	6,83	7,07
Cianorte	Terra Boa	7,63	7,97	7,69
Cianorte	Jussara	5,71	6,52	7,23
Cianorte	Japurá	6,46	7,02	7,08
Cianorte	São Tomé	5,95	7,28	7,02
Cornélio Procopio	Sertaneja	7,67	7,68	7,84
Dois Vizinhos	Cruzeiro do Iguaçu	6,10	7,85	7,54
Dois Vizinhos	Salto do Lontra	5,88	7,47	7,35
Dois Vizinhos	N. Esperança do Sudoeste	6,41	7,12	7,32
Dois Vizinhos	São Jorge d'Oeste	5,60	6,53	7,16
Dois Vizinhos	Dois Vizinhos	6,82	7,42	7,11
Foz do Iguaçu	Serranópolis do Iguaçu	9,11	8,12	8,32
Foz do Iguaçu	Medianeira	6,93	7,14	7,25
Foz do Iguaçu	Itaipulândia	6,36	6,93	7,12
Francisco Beltrão	Pérola d'Oeste	6,32	7,17	7,47
Francisco Beltrão	Realeza	6,72	7,57	7,37
Francisco Beltrão	Planalto	6,57	7,00	7,29
Francisco Beltrão	Flor da Serra do Sul	6,25	7,19	7,13
Francisco Beltrão	Capanema	6,32	7,21	7,05
Francisco Beltrão	Bom Jesus do Sul	6,50	7,20	7,04
Francisco Beltrão	Bela Vista da Caroba	6,43	7,24	7,01
Francisco Beltrão	Êneas Marques	6,38	6,76	7,00
Francisco Beltrão	Salgado Filho	6,74	7,28	6,99
Francisco Beltrão	Pinhal de São Bento	7,68	6,46	6,99
Francisco Beltrão	Manfrinópolis	6,15	6,02	6,98
Goioerê	Boa Esperança	7,12	7,33	7,76

Regional	Município	NP 2022	NP 2023	NP 2024
Goioerê	Ubiratã	6,88	7,63	7,69
Goioerê	Janiópolis	7,54	8,14	7,42
Ibaiti	Siqueira Campos	6,73	7,22	7,74
Irati	Guamiranga	6,53	6,70	7,35
Irati	Mallet	6,55	7,01	7,04
Irati	Prudentópolis	6,12	6,35	7,03
Irati	Irati	6,48	7,03	7,00
Jacarezinho	Joaquim Távora	7,21	8,09	7,82
Jacarezinho	Quatiguá	6,53	7,80	7,76
Jacarezinho	Carlópolis	5,76	6,65	7,28
Laranjeiras do Sul	Virmond	7,69	8,00	7,88
Laranjeiras do Sul	Marquinho	6,06	6,57	7,12
Loanda	Diamante do Norte	6,00	6,59	7,35
Loanda	Marilena	5,63	7,19	7,00
Loanda	Loanda	6,42	6,90	6,99
Loanda	Nova Londrina	6,24	7,74	6,97
Londrina	Cafeara	5,33	7,94	7,20
Londrina	Guaraci	6,56	6,64	6,99
Maringá	Atalaia	7,85	8,49	8,42
Maringá	Itambé	6,55	7,46	7,78
Maringá	Astorga	6,80	7,10	7,18
Maringá	Mandaguari	6,68	7,64	7,13
Maringá	Ourizona	6,47	6,90	7,01
Paranavaí	Jardim Olinda	6,03	5,77	7,55
Paranavaí	São João do Caiuá	6,58	7,66	7,43
Paranavaí	Inajá	5,86	7,13	7,12
Paranavaí	Santo Antônio do Caiuá	6,11	6,19	7,10
Pato Branco	São João	7,17	7,24	7,40
Pato Branco	Saudade do Iguaçu	6,51	7,25	7,17
Pato Branco	Bom Sucesso do Sul	7,45	7,75	7,13
Pato Branco	Itapejara d'Oeste	6,51	7,27	6,98
Pitanga	Nova Tebas	5,78	6,79	7,07
Telêmaco Borba	Sapopema	5,57	6,97	7,25
Toledo	Mercedes	6,77	7,78	7,58
Toledo	Pato Bragado	6,23	6,80	7,32

Regional	Município	NP 2022	NP 2023	NP 2024
Toledo	Santa Helena	6,71	7,00	7,11
Toledo	Nova Santa Rosa	5,92	6,58	7,08
Toledo	Maripá	6,11	6,73	7,03
Umuarama	Nova Olímpia	6,73	7,08	7,18
Umuarama	Altônia	6,43	6,70	6,97
União da Vitória	Porto Vitória	6,67	6,98	7,74
União da Vitória	Antônio Olinto	7,59	7,12	7,25
União da Vitória	São Mateus do Sul	6,18	7,11	7,03
Wenceslau Braz	Wenceslau Braz	6,97	6,97	7,29
Wenceslau Braz	São José da Boa Vista	6,65	7,31	7,28
Wenceslau Braz	Sengés	6,72	7,46	7,08

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O município de Serranópolis do Iguaçu, que obteve na edição de 2022 a maior nota padronizada entre os demais municípios, apresentou queda na edição seguinte; no entanto, voltou a crescer em 2024, razão pela qual foi incluído na amostra.

Para demonstrar a importância dos indicadores selecionados, apresentam-se a seguir, também, as proficiências em Língua Portuguesa e Matemática que originaram as notas padronizadas utilizadas como critério para a definição da amostra.

Tabela 2 – Proficiência Média em Língua Portuguesa

Regional	Município	Proficiência 2022 LP	Proficiência 2023 LP	Proficiência 2024 LP
Apucarana	Kaloré	220,79	234,62	245,27
Apucarana	Borrazópolis	217,96	229,28	242,24
Apucarana	Novo Itacolomi	235,55	227,48	240,48
Apucarana	Cambira	216,85	233,15	243,61
Área Metro. Sul	Piên	227,99	235,33	244,57
Campo Mourão	Peabiru	215,73	240,50	243,86
Campo Mourão	Araruna	218,41	223,19	241,75
Cascavel	Guaraniaçu	219,31	221,25	242,50
Cascavel	Lindoeste	210,18	224,47	236,97
Cianorte	Terra Boa	251,18	259,31	253,49
Cianorte	Jussara	199,97	218,21	240,91
Cianorte	Japurá	226,43	235,46	238,68

Regional	Município	Proficiência 2022 LP	Proficiência 2023 LP	Proficiência 2024 LP
Cianorte	São Tomé	216,70	240,43	236,18
Cornélio Procópio	Sertaneja	252,28	239,32	251,24
Dois Vizinhos	Cruzeiro do Iguaçu	212,39	249,81	247,25
Dois Vizinhos	Salto do Lontra	204,11	243,43	242,90
Dois Vizinhos	N. Esperança do Sudoeste	222,41	233,15	243,52
Dois Vizinhos	São Jorge d'Oeste	193,44	219,05	236,64
Dois Vizinhos	Dois Vizinhos	234,09	243,26	238,89
Foz do Iguaçu	Serranópolis do Iguaçu	282,89	254,97	260,52
Foz do Iguaçu	Medianeira	235,08	237,88	241,33
Foz do Iguaçu	Itaipulândia	218,63	233,40	240,11
Francisco Beltrão	Pérola d'Oeste	217,67	241,38	246,78
Francisco Beltrão	Realeza	230,51	247,33	247,12
Francisco Beltrão	Planalto	223,92	233,47	241,58
Francisco Beltrão	Flor da Serra do Sul	218,53	242,94	238,95
Francisco Beltrão	Capanema	218,56	240,83	237,88
Francisco Beltrão	Bom Jesus do Sul	231,62	240,30	232,47
Francisco Beltrão	Bela Vista da Caroba	215,64	230,78	234,54
Francisco Beltrão	Êneas Marques	216,28	226,35	236,86
Francisco Beltrão	Salgado Filho	226,22	240,08	234,76
Francisco Beltrão	Pinhal de São Bento	251,37	220,00	238,23
Francisco Beltrão	Manfrinópolis	221,62	203,19	239,21
Goioerê	Boa Esperança	239,30	240,81	255,78
Goioerê	Ubiratã	230,97	249,59	252,13
Goioerê	Janiópolis	244,96	262,54	246,67
Ibaiti	Siqueira Campos	230,70	237,73	254,11
Irati	Guamiranga	220,00	226,02	245,42
Irati	Mallet	226,18	237,15	236,56
Irati	Prudentópolis	214,47	220,18	237,37
Irati	Irati	225,69	236,29	236,52
Jacarezinho	Joaquim Távora	237,09	260,16	254,03
Jacarezinho	Quatiguá	224,58	253,04	252,21
Jacarezinho	Carlópolis	202,24	221,56	242,49
Laranjeiras do Sul	Virmond	252,29	256,67	251,89
Laranjeiras do Sul	Marquinho	211,04	216,49	236,21

Regional	Município	Proficiência 2022 LP	Proficiência 2023 LP	Proficiência 2024 LP
Loanda	Diamante do Norte	207,29	220,77	241,41
Loanda	Marilena	198,54	238,04	238,62
Loanda	Loanda	222,12	231,21	235,47
Loanda	Nova Londrina	216,11	250,58	235,58
Londrina	Cafeara	194,46	262,28	242,69
Londrina	Guaraci	223,15	224,08	242,57
Maringá	Atalaia	255,91	270,38	271,33
Maringá	Itambé	224,94	241,82	259,96
Maringá	Astorga	233,44	235,72	241,09
Maringá	Mandaguari	228,91	252,72	240,11
Maringá	Ourizona	229,31	231,59	233,15
Paranavaí	Jardim Olinda	214,21	199,48	253,00
Paranavaí	São João do Caiuá	228,50	259,47	248,88
Paranavaí	Inajá	209,78	235,65	234,50
Paranavaí	Santo Antônio do Caiuá	207,20	220,30	247,19
Pato Branco	São João	238,09	240,68	248,28
Pato Branco	Saudade do Iguaçu	227,61	241,14	240,09
Pato Branco	Bom Sucesso do Sul	247,45	244,57	242,76
Pato Branco	Itapejara d'Oeste	224,01	236,84	235,00
Pitanga	Nova Tebas	208,63	228,97	240,13
Telêmaco Borba	Sapopema	200,93	237,64	242,64
Toledo	Mercedes	234,09	243,74	249,37
Toledo	Pato Bragado	215,13	228,16	242,37
Toledo	Santa Helena	228,37	233,81	238,67
Toledo	Nova Santa Rosa	205,76	219,27	235,78
Toledo	Maripá	214,85	228,00	236,58
Umuarama	Nova Olímpia	224,52	231,43	241,06
Umuarama	Altônia	223,57	227,15	236,38
União da Vitória	Porto Vitória	228,74	238,30	253,96
União da Vitória	Antônio Olinto	256,27	242,28	238,51
União da Vitória	São Mateus do Sul	214,74	238,58	237,87
Wenceslau Braz	Wenceslau Braz	237,30	235,22	241,04
Wenceslau Braz	São José da Boa Vista	230,40	246,21	241,40
Wenceslau Braz	Sengés	230,74	249,70	236,00

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A proficiência corresponde a uma estimativa do nível de conhecimento do estudante, calculada com base nos modelos da TRI. Sua determinação considera o conjunto de tarefas que o estudante demonstra ser capaz de realizar na resolução dos itens do teste, permitindo situá-lo em uma escala contínua de desempenho.

Na TRI, os resultados são estimados a partir do padrão de respostas do estudante, considerando simultaneamente as habilidades por ele evidenciadas e o nível de dificuldade dos itens respondidos corretamente. Com base nessa modelagem, a TRI atribui ao estudante uma medida de proficiência, que expressa o seu nível de desenvolvimento em relação ao construto avaliado pelo teste.

A proficiência média representa uma síntese do desempenho do grupo, obtida a partir das proficiências individuais calculadas pela TRI. Ela indica, de forma geral, o nível de desenvolvimento dos estudantes em relação ao que foi avaliado, permitindo observar tendências e comparar resultados entre turmas, escolas ou redes. Embora não substitua análises mais detalhadas sobre a distribuição dos desempenhos, a proficiência média funciona como um ponto de referência importante para interpretar o cenário educacional e orientar decisões pedagógicas.

A média de proficiência é um indicador essencial que contribui para o monitoramento da qualidade da educação ofertada pelas escolas e pelas redes, pois reflete o desempenho geral dos estudantes nas avaliações. Com esse indicador, é possível acompanhar o desempenho dos estudantes das redes e escolas ao longo dos anos” (Paraná, 2024g, p. 82).

Para que a proficiência obtida pelo estudante tenha significado pedagógico, isto é, para que seja possível interpretar o que determinado valor representa em termos de aprendizagem, as avaliações em larga escala, como a Prova Paraná Mais, utilizam, para cada componente curricular, uma escala de proficiência. Essa escala tem a função de traduzir as medidas numéricas em descrições qualitativas, permitindo compreender os níveis de desempenho e orientar análises e decisões educacionais.

A escala de proficiência é definida como “uma espécie de régua em que os valores de proficiência alcançados são distribuídos de forma ordenada e organizados em intervalos (níveis) que descrevem o grau de desenvolvimento das habilidades” (Paraná, 2024g, p. 82).

Assim como em outras avaliações que seguem a mesma métrica do Saeb, na Prova Paraná Mais utiliza-se como referência para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio uma escala que vai de zero a 500.

Observando e analisando as proficiências médias obtidas pelas redes municipais nas três edições da Prova Paraná Mais elencadas alguns resultados merecem destaque, como por exemplo o município de Jussara que obteve uma proficiência média em 2022 de 199,97 pontos em Língua Portuguesa, avançando para 218,21 no próximo ano e 240,91 em 2024. Em Matemática observamos um aumento progressivo também, saindo de 215,32 pontos em 2022 para 240,64 pontos em 2023 e no ano seguinte obteve 255,90 pontos.

O município de Pérola d'Oeste também apresenta resultados interessantes principalmente quando se analisa o salto tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática ao analisarmos as proficiências médias obtidas em 2022 e 2023. Em Língua Portuguesa, foram aproximadamente 23 pontos de avanço; já na edição de 2024, foram apenas cinco pontos. Em Matemática, de 2022 para 2023, a rede apresentou um aumento de 22 pontos e, no ano seguinte, mais de dez pontos. Mesmo os crescimentos tendo sido mais modestos, são constantes.

Tabela 3 – Proficiência Média em Matemática

Regional	Município	Proficiência 2022 MT	Proficiência 2023 MT	Proficiência 2024 MT
Apucarana	Kaloré	244,26	257,99	259,73
Apucarana	Borrazópolis	223,63	251,53	262,38
Apucarana	Novo Itacolomi	238,22	249,55	263,53
Apucarana	Cambira	222,35	250,76	252,21
Área Metro. Sul	Piên	242,90	248,22	256,04
Campo Mourão	Peabiru	231,50	262,22	260,40
Campo Mourão	Araruna	222,83	235,27	248,71
Cascavel	Guaraniaçu	220,22	230,15	258,94
Cascavel	Lindoeste	213,85	250,54	251,45
Cianorte	Terra Boa	267,04	277,40	268,25
Cianorte	Jussara	215,32	240,64	255,90
Cianorte	Japurá	229,33	249,97	250,05
Cianorte	São Tomé	212,20	259,23	249,77

Regional	Município	Proficiência 2022 MT	Proficiência 2023 MT	Proficiência 2024 MT
Cornélio Procópio	Sertaneja	268,08	280,86	278,09
Dois Vizinhos	Cruzeiro do Iguaçu	224,05	279,93	266,39
Dois Vizinhos	Salto do Lontra	220,56	266,24	260,39
Dois Vizinhos	N. Esperança do Sudoeste	230,42	257,39	258,24
Dois Vizinhos	São Jorge d'Oeste	215,84	240,16	256,54
Dois Vizinhos	Dois Vizinhos	241,18	263,97	251,57
Foz do Iguaçu	Serranópolis do Iguaçu	314,39	289,46	294,54
Foz do Iguaçu	Medianeira	245,72	254,09	256,69
Foz do Iguaçu	Itaipulândia	231,62	247,40	250,90
Francisco Beltrão	Pérola d'Oeste	230,56	252,66	263,16
Francisco Beltrão	Realeza	238,97	267,59	257,18
Francisco Beltrão	Planalto	237,54	251,08	258,59
Francisco Beltrão	Flor da Serra do Sul	226,10	252,04	252,46
Francisco Beltrão	Capanema	229,48	255,18	249,38
Francisco Beltrão	Bom Jesus do Sul	226,41	255,16	253,92
Francisco Beltrão	Bela Vista da Caroba	238,39	266,37	250,36
Francisco Beltrão	Êneas Marques	234,87	245,39	247,78
Francisco Beltrão	Salgado Filho	244,40	259,27	249,45
Francisco Beltrão	Pinhal de São Bento	269,59	235,79	245,76
Francisco Beltrão	Manfrinópolis	217,85	228,38	244,68
Goioerê	Boa Esperança	251,71	261,55	269,82
Goioerê	Ubiratã	247,05	268,63	269,30
Goioerê	Janiópolis	268,48	283,26	260,42
Ibaiti	Siqueira Campos	239,74	258,73	269,93
Irati	Guamiranga	239,43	242,34	258,21
Irati	Mallet	234,23	248,06	250,42
Irati	Prudentópolis	223,06	229,88	249,05
Irati	Irati	231,26	249,88	248,27
Jacarezinho	Joaquim Távora	258,50	282,82	274,46
Jacarezinho	Quatiguá	234,93	274,31	273,19
Jacarezinho	Carlópolis	215,59	244,27	257,15
Laranjeiras do Sul	Virmond	269,32	281,11	279,74
Laranjeiras do Sul	Marquinho	223,38	244,72	254,88
Loanda	Diamante do Norte	223,48	241,88	261,79

Regional	Município	Proficiência 2022 MT	Proficiência 2023 MT	Proficiência 2024 MT
Loanda	Marilena	212,77	256,88	246,05
Loanda	Loanda	231,73	248,12	248,80
Loanda	Nova Londrina	227,93	273,58	247,56
Londrina	Cafeara	200,59	272,61	252,54
Londrina	Guaraci	237,77	241,09	241,83
Maringá	Atalaia	274,20	293,72	289,15
Maringá	Itambé	235,67	267,00	266,60
Maringá	Astorga	240,84	254,04	253,35
Maringá	Mandaguari	238,51	266,09	251,36
Maringá	Ourizona	227,15	247,84	251,89
Paranavaí	Jardim Olinda	218,70	219,08	261,14
Paranavaí	São João do Caiuá	233,94	260,62	258,66
Paranavaí	Inajá	213,74	255,85	256,43
Paranavaí	Santo Antônio do Caiuá	229,23	221,39	242,98
Pato Branco	São João	255,41	256,94	258,06
Pato Branco	Saudade do Iguaçu	230,91	256,86	253,67
Pato Branco	Bom Sucesso do Sul	261,39	279,82	249,20
Pato Branco	Itapejara d'Oeste	234,49	262,02	248,73
Pitanga	Nova Tebas	210,89	244,41	248,48
Telêmaco Borba	Sapopema	206,96	245,73	255,24
Toledo	Mercedes	238,35	282,34	266,44
Toledo	Pato Bragado	228,37	245,76	259,38
Toledo	Santa Helena	240,59	250,77	251,79
Toledo	Nova Santa Rosa	220,66	242,67	252,82
Toledo	Maripá	221,93	242,04	249,62
Umuarama	Nova Olímpia	245,32	257,41	253,08
Umuarama	Altônia	230,83	241,50	246,92
União da Vitória	Porto Vitória	238,10	245,59	270,15
União da Vitória	Antônio Olinto	260,25	248,76	259,49
União da Vitória	São Mateus do Sul	226,17	251,97	248,42
Wenceslau Braz	Wenceslau Braz	245,92	247,67	258,86
Wenceslau Braz	São José da Boa Vista	235,39	255,12	258,00
Wenceslau Braz	Sengés	239,16	259,73	252,99

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Em avaliações em larga escala baseadas na TRI, como a Prova Paraná Mais, os estudos mostram que a proficiência média costuma evoluir de forma lenta e acumulativa, o que torna pouco plausível esperar avanços expressivos de uma edição para a outra. Alves e Soares (2013) diferenciam desempenho de aprendizagem, lembrando que a aprendizagem está relacionada à aquisição de conhecimentos durante a trajetória escolar e não pode ser verificada em um único momento, o que reforça a importância de séries históricas mais longas para captar mudanças reais. Assim, quando se examinam resultados anuais, o que geralmente aparece são variações pequenas, influenciadas por fatores socioeconômicos, pela composição das turmas e pela estabilidade das práticas pedagógicas, elementos que ajudam a explicar por que avanços robustos em um intervalo tão curto são exceções.

Além do avanço na aprendizagem, outro ponto merece destaque: as proficiências em Matemática apresentam-se maiores do que em Língua Portuguesa, para praticamente todos os municípios, nessa etapa avaliada.

Com base na seleção realizada e nas notas padronizadas, examinaram-se os padrões de desempenho médio dos estudantes em cada edição da Prova Paraná Mais desde 2022, nos dois componentes avaliados, observando-se como esses padrões se comportaram de uma edição para outra — isto é, se houve movimentação dos estudantes entre os níveis mais baixos e os mais altos de aprendizado.

Segundo a definição elaborada pelo CAEd/UFJF e encontrada na Plataforma de Avaliação e Monitoramento do Paraná, os padrões de desempenho são referenciais que expressam o que se espera que os estudantes consigam realizar, com base nas habilidades previstas para cada etapa da escolaridade. Eles são definidos a partir dos objetivos curriculares e organizam os níveis de proficiência dos estudantes com base em tarefas que esses alunos são capazes de executar. Ou seja, os padrões indicam em que medida os estudantes desenvolveram as competências e habilidades avaliadas nos testes de proficiência.

Esses padrões se baseiam em escalas de proficiência que funcionam como um parâmetro comum, uma régua, para analisar o progresso dos estudantes ao longo do tempo, permitindo acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem e identificar lacunas ou avanços, “a utilização das escalas comuns permite a comparação de resultados entre diferentes séries, por disciplina e de ano para ano” (Castro, 2016, p. 136). São também fundamentais para garantir a equidade no processo educacional,

pois permitem verificar se todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, têm acesso à aprendizagem de qualidade. Quando apenas um grupo restrito atinge padrões adequados, acentuam-se as desigualdades e elevam-se os índices de reprovação, evasão e abandono escolar.

Quadro 2 – Níveis das Escalas de Proficiência

Disciplina	Ano de Escolaridade	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado
Língua Portuguesa	5.º ano EF	Até 150	151 a 200	201 a 250	251 ou mais
Matemática	5.º ano EF	Até 175	176 a 225	226 a 275	276 ou mais

Fonte: Fonte: Elaborada pela autora com base na Escala de Proficiência do SAEP – Prova Paraná Mais 2024 (2025).

Os Padrões de Desempenho correspondem a categorias definidas a partir dos intervalos que organizam os níveis da Escala de Proficiência, tomando como referência as metas educacionais estabelecidas pela rede. No âmbito do SAEP, esses padrões estruturam a interpretação dos resultados e permitem situar o nível de desenvolvimento dos estudantes em relação às expectativas de aprendizagem. Os padrões adotados pelo SAEP são:

Quadro 3 – Padrões de Desempenho do SAEP

Nível	Descrição
Avançado	Compreende os estudantes cujo desempenho está acima do esperado para sua etapa de escolaridade. Esses alunos demonstram domínio consolidado das habilidades e competências avaliadas e necessitam de estímulos adicionais para manter o engajamento e continuar progredindo no processo de aprendizagem.
Adequado	Engloba os estudantes que atingiram os objetivos de aprendizagem esperados para a etapa avaliada. Embora tenham consolidado as habilidades essenciais, ainda requerem ações pedagógicas que favoreçam o aprofundamento e a ampliação dos conhecimentos adquiridos.
Básico	Reúne estudantes que não atingiram plenamente os objetivos de aprendizagem para a etapa de escolaridade, apresentando lacunas no desenvolvimento das habilidades essenciais. Esses alunos necessitam de ações de reforço que possibilitem a superação das dificuldades identificadas.

Nível	Descrição
Abaixo do Básico	Refere-se aos estudantes que apresentam graves defasagens na aprendizagem, sem desenvolver as competências mínimas necessárias para a etapa em que se encontram. Demandam intervenções pedagógicas urgentes e estruturadas, com foco na recuperação e no suporte intensivo ao seu processo de aprendizagem.

Fonte: Elaborada pela autora com base na Escala de Proficiência e nos Padrões de Desempenho do SAEP – Prova Paraná Mais 2024 (2025).

Na tabela a seguir verificamos o padrão médio de desempenho para Língua Portuguesa, para os dezessete municípios que compõem a amostra, nas três edições da Prova Paraná Mais analisadas.

Tabela 4 – Padrões de Desempenho em Língua Portuguesa

Regional	Município	Desempenho 2022 LP	Desempenho 2023 LP	Desempenho 2024 LP
Apucarana	Kaloré	Adequado	Adequado	Adequado
Apucarana	Borrazópolis	Adequado	Adequado	Adequado
Apucarana	Novo Itacolomi	Adequado	Adequado	Adequado
Apucarana	Cambira	Adequado	Adequado	Adequado
Área Metro. Sul	Piên	Adequado	Adequado	Adequado
Campo Mourão	Peabiru	Adequado	Adequado	Adequado
Campo Mourão	Araruna	Adequado	Adequado	Adequado
Cascavel	Guaraniaçu	Adequado	Adequado	Adequado
Cascavel	Lindoeste	Adequado	Adequado	Adequado
Cianorte	Terra Boa	Avançado	Avançado	Avançado
Cianorte	Jussara	Básico	Adequado	Adequado
Cianorte	Japurá	Adequado	Adequado	Adequado
Cianorte	São Tomé	Adequado	Adequado	Adequado
Cornélio Procopio	Sertaneja	Avançado	Adequado	Avançado
Dois Vizinhos	Cruzeiro do Iguaçu	Adequado	Adequado	Adequado
Dois Vizinhos	Salto do Lontra	Adequado	Adequado	Adequado
Dois Vizinhos	N. Esperança do Sudoeste	Adequado	Adequado	Adequado
Dois Vizinhos	São Jorge d'Oeste	Básico	Adequado	Adequado
Dois Vizinhos	Dois Vizinhos	Adequado	Adequado	Adequado
Foz do Iguaçu	Serranópolis do Iguaçu	Avançado	Avançado	Avançado

Regional	Município	Desempenho 2022 LP	Desempenho 2023 LP	Desempenho 2024 LP
Foz do Iguaçu	Medianeira	Adequado	Adequado	Adequado
Foz do Iguaçu	Itaipulândia	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Pérola d'Oeste	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Realeza	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Planalto	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Flor da Serra do Sul	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Capanema	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Bom Jesus do Sul	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Bela Vista da Caroba	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Êneas Marques	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Salgado Filho	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Pinhal de São Bento	Avançado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Manfrinópolis	Adequado	Adequado	Adequado
Goioerê	Boa Esperança	Adequado	Adequado	Avançado
Goioerê	Ubiratã	Adequado	Adequado	Avançado
Goioerê	Janiópolis	Adequado	Avançado	Adequado
Ibaiti	Siqueira Campos	Adequado	Adequado	Avançado
Irati	Guamiranga	Adequado	Adequado	Adequado
Irati	Mallet	Adequado	Adequado	Adequado
Irati	Prudentópolis	Adequado	Adequado	Adequado
Irati	Irati	Adequado	Adequado	Adequado
Jacarezinho	Joaquim Távora	Adequado	Avançado	Avançado
Jacarezinho	Quatiguá	Adequado	Avançado	Avançado
Jacarezinho	Carlópolis	Adequado	Adequado	Adequado
Laranjeiras do Sul	Virmond	Avançado	Avançado	Avançado
Laranjeiras do Sul	Marquinho	Adequado	Adequado	Adequado
Loanda	Diamante do Norte	Adequado	Adequado	Adequado
Loanda	Marilena	Básico	Adequado	Adequado
Loanda	Loanda	Adequado	Adequado	Adequado
Loanda	Nova Londrina	Adequado	Avançado	Adequado
Londrina	Cafeara	Básico	Avançado	Adequado
Londrina	Guaraci	Adequado	Adequado	Adequado
Maringá	Atalaia	Avançado	Avançado	Avançado
Maringá	Itambé	Adequado	Adequado	Avançado

Regional	Município	Desempenho 2022 LP	Desempenho 2023 LP	Desempenho 2024 LP
Maringá	Astorga	Adequado	Adequado	Adequado
Maringá	Mandaguari	Adequado	Avançado	Adequado
Maringá	Ourizona	Adequado	Adequado	Adequado
Paranavaí	Jardim Olinda	Adequado	Básico	Avançado
Paranavaí	São João do Caiuá	Adequado	Avançado	Adequado
Paranavaí	Inajá	Adequado	Adequado	Adequado
Paranavaí	Santo Antônio do Caiuá	Adequado	Adequado	Adequado
Pato Branco	São João	Adequado	Adequado	Adequado
Pato Branco	Saudade do Iguaçu	Adequado	Adequado	Adequado
Pato Branco	Bom Sucesso do Sul	Adequado	Adequado	Adequado
Pato Branco	Itapejara d'Oeste	Adequado	Adequado	Adequado
Pitanga	Nova Tebas	Adequado	Adequado	Adequado
Telêmaco Borba	Sapopema	Adequado	Adequado	Adequado
Toledo	Mercedes	Adequado	Adequado	Adequado
Toledo	Pato Bragado	Adequado	Adequado	Adequado
Toledo	Santa Helena	Adequado	Adequado	Adequado
Toledo	Nova Santa Rosa	Adequado	Adequado	Adequado
Toledo	Maripá	Adequado	Adequado	Adequado
Umuarama	Nova Olímpia	Adequado	Adequado	Adequado
Umuarama	Altônia	Adequado	Adequado	Adequado
União da Vitória	Porto Vitória	Adequado	Adequado	Avançado
União da Vitória	Antônio Olinto	Avançado	Adequado	Adequado
União da Vitória	São Mateus do Sul	Adequado	Adequado	Adequado
Wenceslau Braz	Wenceslau Braz	Adequado	Adequado	Adequado
Wenceslau Braz	São José da Boa Vista	Adequado	Adequado	Adequado
Wenceslau Braz	Sengés	Adequado	Adequado	Adequado

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Em Língua Portuguesa percebemos que houve movimentação dos estudantes de um padrão mais baixo para outro mais alto nos seguintes municípios: Jussara, Boa Esperança, Ubatã, Siqueira Campos, Quatiguá, Itambé e Porto Vitória.

Os municípios de Kaloré, Borrazópolis, Cambira, Serranópolis do Iguaçu, Medianeira, Pérola d'Oeste, Planalto, Carlópolis e Atalaia vêm mantendo os padrões médios de forma constante nas três edições da Prova Paraná Mais. O município de Sertaneja apresentou trajetória oscilante: alcançou o padrão avançado em 2022, regrediu para o adequado em 2023 e retomou o padrão avançado em 2024.

É importante também analisar como estão distribuídos os estudantes, percentualmente, nos demais padrões de desempenho para que se entenda quais desafios ainda estão presentes para essas redes na busca por uma aprendizagem adequada em Língua Portuguesa.

Na tabela abaixo apresentam-se os percentuais de estudantes somando os padrões mais baixos de aprendizagem (abaixo do básico + básico) e os mais altos (adequado + avançado) em cada uma das edições da Prova Paraná Mais de 2022 a 2024.

Tabela 5 – Distribuição Percentual nos Padrões de Desempenho em Língua Portuguesa

Município	Abaixo + Básico (%)			Adequado + Avançado (%)		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Altônia	29,23	27,92	20,21	70,77	72,08	79,79
Antônio Olinto	18,18	19,23	7,32	81,82	80,77	92,68
Araruna	39,10	37,58	11,72	60,90	62,42	88,28
Astorga	25,53	27,06	17,33	74,47	72,94	82,67
Atalaia	7,14	2,94	0,00	92,86	97,06	100,00
Bela Vista da Caroba	40,00	21,05	16,00	60,00	78,95	84,00
Boa Esperança	14,29	21,74	7,35	85,71	78,26	92,65
Bom Jesus do Sul	26,67	21,15	23,33	73,33	78,85	76,67
Bom Sucesso do Sul	24,14	11,54	16,28	75,86	88,46	83,72
Borrazópolis	26,03	22,22	12,12	73,97	77,78	87,88
Cafeara	65,00	0,00	9,52	35,00	100,00	90,48
Cambira	36,70	21,88	11,11	63,30	78,13	88,89
Capanema	33,92	21,05	19,47	66,08	78,95	80,53
Carlópolis	53,75	36,84	17,34	46,25	63,16	82,66
Cruzeiro do Iguaçu	38,46	16,67	11,54	61,54	83,33	88,46
Diamante do Norte	48,28	32,20	20,75	51,72	67,80	79,25
Dois Vizinhos	22,96	18,92	18,25	77,04	81,08	81,75

Município	Abaixo + Básico (%)			Adequado + Avançado (%)		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Flor da Serra do Sul	25,00	15,63	17,95	75,00	84,38	82,05
Guamiranga	38,46	32,50	10,28	61,54	67,50	89,72
Guaraci	32,14	25,00	11,94	67,86	75,00	88,06
Guaraniaçu	33,11	33,58	19,67	66,89	66,42	80,33
Inajá	48,39	17,24	15,15	51,61	82,76	84,85
Irati	30,90	24,89	20,47	69,10	75,11	79,53
Itaipulândia	35,40	24,52	19,67	64,60	75,48	80,33
Itambé	27,85	18,33	10,91	72,15	81,67	89,09
Itapejara d'Oeste	34,09	23,53	27,08	65,91	76,47	72,92
Janiópolis	19,64	5,66	10,29	80,36	94,34	89,71
Japurá	28,38	26,47	14,61	71,62	73,53	85,39
Jardim Olinda	40,91	51,72	8,33	59,09	48,28	91,67
Joaquim Távora	21,74	6,45	8,82	78,26	93,55	91,18
Jussara	53,01	42,67	14,67	46,99	57,33	85,33
Kaloré	35,14	17,07	17,24	64,86	82,93	82,76
Lindoeste	45,31	33,77	18,75	54,69	66,23	81,25
Loanda	32,30	26,10	21,35	67,70	73,90	78,65
Mallet	28,30	22,64	15,33	71,70	77,36	84,67
Mandaguari	23,04	12,03	16,54	76,96	87,97	83,46
Manfrinópolis	31,82	53,57	19,35	68,18	46,43	80,65
Marilena	54,88	22,73	18,48	45,12	77,27	81,52
Maripá	32,18	34,21	23,38	67,82	65,79	76,62
Marquinho	45,45	31,25	23,53	54,55	68,75	76,47
Medianeira	26,30	24,69	19,84	73,70	75,31	80,16
Mercedes	20,00	16,46	10,26	80,00	83,54	89,74
N. Esperança do Sudoeste	32,08	23,81	18,57	67,92	76,19	81,43
Nova Londrina	41,09	16,79	23,64	58,91	83,21	76,36
Nova Olímpia	26,53	31,03	20,29	73,47	68,97	79,71
Nova Santa Rosa	47,17	33,78	23,81	52,83	66,22	76,19
Nova Tebas	43,59	26,87	13,33	56,41	73,13	86,67
Novo Itacolomi	27,59	32,35	19,35	72,41	67,65	80,65
Ourizona	30,61	27,78	19,51	69,39	72,22	80,49
Pato Bragado	37,68	24,24	16,98	62,32	75,76	83,02
Peabiru	41,76	23,13	14,38	58,24	76,87	85,62

Município	Abaixo + Básico (%)			Adequado + Avançado (%)		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Pinhal de São Bento	12,50	25,00	19,05	87,50	75,00	80,95
Piên	28,95	22,15	15,00	71,05	77,85	85,00
Planalto	29,41	21,48	15,50	70,59	78,52	84,50
Porto Vitória	27,66	21,74	7,55	72,34	78,26	92,45
Prudentópolis	39,27	31,64	18,87	60,73	68,36	81,13
Pérola d'Oeste	39,13	23,08	11,76	60,87	76,92	88,24
Quatiguá	32,65	12,35	11,63	67,35	87,65	88,37
Realeza	28,15	12,99	18,60	71,85	87,01	81,40
Salgado Filho	36,36	25,00	28,89	63,64	75,00	71,11
Salto do Lontra	46,46	16,00	11,11	53,54	84,00	88,89
Santa Helena	29,17	26,81	18,94	70,83	73,19	81,06
Santo Antônio do Caiuá	47,62	36,67	10,71	52,38	63,33	89,29
Sapopema	50,00	24,68	16,85	50,00	75,32	83,15
Saudade do Iguaçu	25,84	20,88	22,06	74,16	79,12	77,94
Sengés	28,23	14,11	21,03	71,77	85,89	78,97
Serranópolis do Iguaçu	2,08	13,73	5,08	97,92	86,27	94,92
Sertaneja	14,29	25,00	6,15	85,71	75,00	93,85
Siqueira Campos	28,69	25,21	12,65	71,31	74,79	87,35
São Jorge d'Oeste	54,10	35,38	22,31	45,90	64,62	77,69
São José da Boa Vista	24,24	21,92	16,39	75,76	78,08	83,61
São João	20,80	23,31	13,46	79,20	76,69	86,54
São João do Caiuá	33,90	7,94	4,69	66,10	92,06	95,31
São Mateus do Sul	38,33	20,64	19,11	61,67	79,36	80,89
São Tomé	35,14	21,43	19,05	64,86	78,57	80,95
Terra Boa	14,81	12,35	8,44	85,19	87,65	91,56
Ubiratã	25,63	12,75	10,86	74,37	87,25	89,14
Virmond	8,82	17,50	13,51	91,18	82,50	86,49
Wenceslau Braz	22,49	24,62	15,02	77,51	75,38	84,98
Êneas Marques	38,71	27,40	11,94	61,29	72,60	88,06

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Embora esses municípios tenham alcançado percentuais mais altos na soma dos padrões adequado e avançado, é importante ressaltar que somente o município de Atalaia não apresentou estudantes nos níveis abaixo do básico e básico na edição

de 2024. Esse mesmo município conseguiu diminuir progressivamente esse percentual durante as edições, passando de 7,14% em 2022 para 2,94% em 2023. O movimento revela o avanço dos estudantes entre os padrões e uma aprendizagem mais efetiva.

A mesma análise foi realizada para o componente de Matemática, considerando a mesma amostra de municípios selecionada.

Tabela 6 – Padrões de Desempenho em Matemática

Regional	Município	Desempenho 2022 MT	Desempenho 2023 MT	Desempenho 2024 MT
Apucarana	Kaloré	Adequado	Adequado	Adequado
Apucarana	Borrazópolis	Básico	Adequado	Adequado
Apucarana	Novo Itacolomi	Adequado	Adequado	Adequado
Apucarana	Cambira	Básico	Adequado	Adequado
Área Metro. Sul	Piên	Adequado	Adequado	Adequado
Campo Mourão	Peabiru	Adequado	Adequado	Adequado
Campo Mourão	Araruna	Básico	Adequado	Adequado
Cascavel	Guaraniaçu	Básico	Adequado	Adequado
Cascavel	Lindoeste	Básico	Adequado	Adequado
Cianorte	Terra Boa	Adequado	Avançado	Adequado
Cianorte	Jussara	Básico	Adequado	Adequado
Cianorte	Japurá	Adequado	Adequado	Adequado
Cianorte	São Tomé	Básico	Adequado	Adequado
Cornélio Procopio	Sertaneja	Adequado	Avançado	Avançado
Dois Vizinhos	Cruzeiro do Iguaçu	Básico	Avançado	Adequado
Dois Vizinhos	Salto do Lontra	Básico	Adequado	Adequado
Dois Vizinhos	N. Esperança do Sudoeste	Adequado	Adequado	Adequado
Dois Vizinhos	São Jorge d'Oeste	Básico	Adequado	Adequado
Dois Vizinhos	Dois Vizinhos	Adequado	Adequado	Adequado
Foz do Iguaçu	Serranópolis do Iguaçu	Avançado	Avançado	Avançado
Foz do Iguaçu	Medianeira	Adequado	Adequado	Adequado
Foz do Iguaçu	Itaipulândia	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Pérola d'Oeste	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Realeza	Adequado	Adequado	Adequado

Regional	Município	Desempenho 2022 MT	Desempenho 2023 MT	Desempenho 2024 MT
Francisco Beltrão	Planalto	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Flor da Serra do Sul	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Capanema	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Bom Jesus do Sul	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Bela Vista da Caroba	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Êneas Marques	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Salgado Filho	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Pinhal de São Bento	Adequado	Adequado	Adequado
Francisco Beltrão	Manfrinópolis	Básico	Adequado	Adequado
Goioerê	Boa Esperança	Adequado	Adequado	Adequado
Goioerê	Ubiratã	Adequado	Adequado	Adequado
Goioerê	Janiópolis	Adequado	Avançado	Adequado
Ibaiti	Siqueira Campos	Adequado	Adequado	Adequado
Irati	Guamiranga	Adequado	Adequado	Adequado
Irati	Mallet	Adequado	Adequado	Adequado
Irati	Prudentópolis	Básico	Adequado	Adequado
Irati	Irati	Adequado	Adequado	Adequado
Jacarezinho	Joaquim Távora	Adequado	Avançado	Adequado
Jacarezinho	Quatiguá	Adequado	Adequado	Adequado
Jacarezinho	Carlópolis	Básico	Adequado	Adequado
Laranjeiras do Sul	Virmond	Adequado	Avançado	Avançado
Laranjeiras do Sul	Marquinho	Básico	Adequado	Adequado
Loanda	Diamante do Norte	Básico	Adequado	Adequado
Loanda	Marilena	Básico	Adequado	Adequado
Loanda	Loanda	Adequado	Adequado	Adequado
Loanda	Nova Londrina	Adequado	Adequado	Adequado
Londrina	Cafeara	Básico	Adequado	Adequado
Londrina	Guaraci	Adequado	Adequado	Adequado
Maringá	Atalaia	Adequado	Avançado	Avançado
Maringá	Itambé	Adequado	Adequado	Adequado
Maringá	Astorga	Adequado	Adequado	Adequado
Maringá	Mandaguari	Adequado	Adequado	Adequado
Maringá	Ourizona	Adequado	Adequado	Adequado
Paranavaí	Jardim Olinda	Básico	Básico	Adequado
Paranavaí	São João do Caiuá	Adequado	Adequado	Adequado

Regional	Município	Desempenho 2022 MT	Desempenho 2023 MT	Desempenho 2024 MT
Paranavaí	Inajá	Básico	Adequado	Adequado
Paranavaí	Santo Antônio do Caiuá	Adequado	Básico	Adequado
Pato Branco	São João	Adequado	Adequado	Adequado
Pato Branco	Saudade do Iguaçu	Adequado	Adequado	Adequado
Pato Branco	Bom Sucesso do Sul	Adequado	Avançado	Adequado
Pato Branco	Itapejara d'Oeste	Adequado	Adequado	Adequado
Pitanga	Nova Tebas	Básico	Adequado	Adequado
Telêmaco Borba	Sapopema	Básico	Adequado	Adequado
Toledo	Mercedes	Adequado	Avançado	Adequado
Toledo	Pato Bragado	Adequado	Adequado	Adequado
Toledo	Santa Helena	Adequado	Adequado	Adequado
Toledo	Nova Santa Rosa	Básico	Adequado	Adequado
Toledo	Maripá	Básico	Adequado	Adequado
Umuarama	Nova Olímpia	Adequado	Adequado	Adequado
Umuarama	Altônia	Adequado	Adequado	Adequado
União da Vitória	Porto Vitória	Adequado	Adequado	Adequado
União da Vitória	Antônio Olinto	Adequado	Adequado	Adequado
União da Vitória	São Mateus do Sul	Adequado	Adequado	Adequado
Wenceslau Braz	Wenceslau Braz	Adequado	Adequado	Adequado
Wenceslau Braz	São José da Boa Vista	Adequado	Adequado	Adequado
Wenceslau Braz	Sengés	Adequado	Adequado	Adequado

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Já olhando para os padrões de desempenho de Matemática percebemos que os municípios de Borrazópolis, Cambira, Jussara e Carlópolis conseguiram sair do padrão básico em 2022 para o adequado na edição de 2023, mantendo-se nesse padrão em 2024. Os municípios de Sertaneja e Atalaia trouxeram os estudantes do padrão adequado onde a média se encontrava em 2022 para o padrão avançado em 2023, mantendo-se neste também em 2024. Os demais municípios permanecem nos mesmos padrões nas três edições.

A análise da distribuição percentual nos padrões de desempenho em Matemática, considerando também a soma dos padrões mais baixos de

aprendizagem (abaixo do básico + básico) e os mais altos (adequado + avançado) em cada uma das edições da Prova Paraná Mais de 2022 a 2024, mostra que os percentuais são menos expressivos nesse componente. No entanto, observamos dados interessantes nos resultados do município de Serranópolis do Iguaçu que em 2022 tinha 100% dos estudantes nos padrões adequado + avançado, apresentou um pequeno retrocesso no ano de 2023, caindo para 90,20%, mas recuperando em 2024, apresentando novamente 0% de estudantes nos padrões mais baixos de aprendizagem.

Tabela 7 – Distribuição Percentual nos Padrões de Desempenho em Matemática

Município	Abaixo + Básico (%)			Adequado + Avançado (%)		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Altônia	44,10	36,55	34,72	55,90	63,45	65,28
Antônio Olinto	18,18	36,36	10,98	81,82	63,64	89,02
Araruna	54,89	42,95	28,28	45,11	57,05	71,72
Astorga	41,84	28,63	25,63	58,16	71,37	74,37
Atalaia	11,90	2,94	2,17	88,10	97,06	97,83
Bela Vista da Caroba	40,00	10,53	28,00	60,00	89,47	72,00
Boa Esperança	28,57	21,74	13,24	71,43	78,26	86,76
Bom Jesus do Sul	51,11	23,08	26,67	48,89	76,92	73,33
Bom Sucesso do Sul	29,31	9,62	34,88	70,69	90,38	65,12
Borrazópolis	56,16	28,57	15,15	43,84	71,43	84,85
Cafeara	70,00	4,35	19,05	30,00	95,65	80,95
Cambira	55,05	29,17	27,35	44,95	70,83	72,65
Capanema	44,05	27,63	27,37	55,95	72,37	72,63
Carlópolis	58,33	38,28	26,59	41,67	61,72	73,41
Cruzeiro do Iguaçu	48,72	9,26	15,38	51,28	90,74	84,62
Diamante do Norte	48,28	40,68	15,38	51,72	59,32	84,62
Dois Vizinhos	36,58	22,91	26,79	63,42	77,09	73,21
Êneas Marques	44,68	32,88	32,84	55,32	67,12	67,16
Flor da Serra do Sul	45,83	25,00	29,49	54,17	75,00	70,51
Guamiranga	38,46	37,50	18,69	61,54	62,50	81,31
Guaraci	33,93	35,94	35,82	66,07	64,06	64,18
Guaraniaçu	54,30	47,76	23,77	45,70	52,24	76,23
Inajá	61,29	31,03	18,18	38,71	68,97	81,82

Município	Abaixo + Básico (%)			Adequado + Avançado (%)		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Irati	43,32	30,17	30,86	56,68	69,83	69,14
Itaipulândia	43,36	30,97	28,42	56,64	69,03	71,58
Itambé	36,71	16,67	16,36	63,29	83,33	83,64
Itapejara d'Oeste	40,15	28,68	31,25	59,85	71,32	68,75
Janiópolis	17,86	5,66	22,06	82,14	94,34	77,94
Japurá	52,70	26,47	24,72	47,30	73,53	75,28
Jardim Olinda	54,55	55,17	16,67	45,45	44,83	83,33
Joaquim Távora	26,09	10,48	12,50	73,91	89,52	87,50
Jussara	54,22	38,67	24,00	45,78	61,33	76,00
Kaloré	27,03	24,39	22,41	72,97	75,61	77,59
Lindoeste	62,50	31,17	29,17	37,50	68,83	70,83
Loanda	39,82	36,14	27,72	60,18	63,86	72,28
Mallet	47,17	31,13	27,01	52,83	68,87	72,99
Mandaguari	37,17	21,27	24,93	62,83	78,73	75,07
Manfrinópolis	54,55	46,43	38,71	45,45	53,57	61,29
Marilena	63,41	23,86	36,96	36,59	76,14	63,04
Maripá	47,13	35,53	31,17	52,87	64,47	68,83
Medianeira	33,77	29,45	27,52	66,23	70,55	72,48
Mercedes	33,33	6,25	15,38	66,67	93,75	84,62
N. Esperança do Sudoeste	37,74	26,19	21,43	62,26	73,81	78,57
Nova Londrina	48,84	13,14	36,36	51,16	86,86	63,64
Nova Olímpia	32,65	24,14	28,99	67,35	75,86	71,01
Nova Santa Rosa	54,72	35,14	33,33	45,28	64,86	66,67
Nova Tebas	62,82	36,36	33,33	37,18	63,64	66,67
Novo Itacolomi	48,28	20,59	16,13	51,72	79,41	83,87
Ourizona	55,10	33,33	26,83	44,90	66,67	73,17
Pato Bragado	49,28	31,82	24,53	50,72	68,18	75,47
Peabiru	52,94	22,45	19,18	47,06	77,55	80,82
Pérola d'Oeste	43,48	23,08	17,65	56,52	76,92	82,35
Piên	33,68	32,28	23,00	66,32	67,72	77,00
Pinhal de São Bento	6,25	46,43	28,57	93,75	53,57	71,43
Planalto	40,52	34,07	23,26	59,48	65,93	76,74
Porto Vitória	38,30	28,26	15,09	61,70	71,74	84,91
Prudentópolis	51,24	46,92	26,46	48,76	53,08	73,54

Município	Abaixo + Básico (%)			Adequado + Avançado (%)		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Quatiguá	41,84	14,81	12,79	58,16	85,19	87,21
Realeza	39,26	20,34	25,58	60,74	79,66	74,42
Salgado Filho	36,36	20,00	30,43	63,64	80,00	69,57
Salto do Lontra	49,49	19,33	19,58	50,51	80,67	80,42
Santa Helena	39,93	30,07	31,48	60,07	69,93	68,52
Santo Antônio do Caiuá	47,62	56,67	17,86	52,38	43,33	82,14
São João	24,00	27,07	25,64	76,00	72,93	74,36
São João do Caiuá	37,29	19,05	21,88	62,71	80,95	78,13
São Jorge d'Oeste	55,74	38,46	23,97	44,26	61,54	76,03
São José da Boa Vista	40,91	26,03	26,23	59,09	73,97	73,77
São Mateus do Sul	47,84	29,59	30,58	52,16	70,41	69,42
São Tomé	54,05	22,62	26,19	45,95	77,38	73,81
Sapopema	60,47	32,47	24,72	39,53	67,53	75,28
Saudade do Iguaçu	41,57	24,18	29,41	58,43	75,82	70,59
Sengés	40,32	23,24	24,46	59,68	76,76	75,54
Serranópolis do Iguaçu	0,00	9,80	0,00	100,00	90,20	100,00
Sertaneja	14,29	11,11	4,62	85,71	88,89	95,38
Siqueira Campos	37,60	25,62	14,69	62,40	74,38	85,31
Terra Boa	18,06	8,82	15,11	81,94	91,18	84,89
Ubiratã	28,52	17,11	11,99	71,48	82,89	88,01
Virmond	17,65	10,00	8,11	82,35	90,00	91,89
Wenceslau Braz	28,71	32,82	21,13	71,29	67,18	78,87

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Outro dado importante para análise é o percentual de participação das redes municipais em cada uma das edições. Analisar a participação dos estudantes pode nos ajudar a entender como os municípios se organizam para engajar escolas e estudantes a participarem das avaliações e o nível de entendimento sobre a importância de alcançar percentuais próximos a 100% dos estudantes matriculados para confiabilidade dos resultados.

O percentual de participação é calculado a partir da razão entre estudantes previstos na base de matrículas, base encaminhada à instituição aplicadora para geração e produção dos cadernos de testes, e o número de estudantes efetivos, ou

seja, de estudantes presentes e participantes no momento da aplicação. Esse número pode variar, considerando, além das faltas no dia da aplicação, também a movimentação de estudantes entre escolas da mesma rede ou até mesmo para outras redes, sejam elas públicas de outros municípios e estados ou redes privadas. Outros fatores podem influenciar a diferença entre o número de estudantes previstos e efetivos, como afastamentos médicos, com estudantes em atendimento domiciliar ou hospitalar, ou ainda estudantes falecidos.

Para que as redes não sofram prejuízo em relação às situações que fogem ao controle dos gestores escolares, a SEED oferece um período para interposição de recursos durante a publicação dos resultados preliminares, no qual é possível, após a leitura dos resultados, o gestor “informar a dedução de estudante nos indicadores de participação por não o considerar público-alvo da avaliação na escola” (Paraná, 2025, p. 2).

Nesse caso, estudantes que se encontravam na data da aplicação nas situações previstas conforme ofícios circulares disponibilizados para as redes (transferidos, falecidos, privados de liberdade, grávidas ou em licença maternidade, em atendimento domiciliar ou hospitalar) com as devidas comprovações podem ser deduzidos da base prevista, não incidindo no percentual de participação.

Tabela 8 – Percentual de Participação na Prova Paraná Mais (2022–2024)

Regional	Município	2022	2023	2024
Apucarana	Kaloré	100,00	97,62	95,08
Apucarana	Borrazópolis	97,33	96,92	94,29
Apucarana	Novo Itacolomi	96,67	94,44	88,57
Apucarana	Cambira	95,61	93,20	95,90
Área Metro. Sul	Piên	92,23	96,93	96,15
Campo Mourão	Peabiru	96,05	93,63	93,59
Campo Mourão	Araruna	97,08	96,13	95,39
Cascavel	Guaraniaçu	85,31	89,93	88,41
Cascavel	Lindoeste	96,97	96,25	96,00
Cianorte	Terra Boa	96,00	91,89	92,59
Cianorte	Jussara	94,32	90,36	93,75
Cianorte	Japurá	96,10	98,55	94,68
Cianorte	São Tomé	97,37	96,55	97,67

Regional	Município	2022	2023	2024
Cornélio Procópio	Sertaneja	95,06	94,74	94,20
Dois Vizinhos	Cruzeiro do Iguaçu	88,64	94,74	92,86
Dois Vizinhos	Salto do Lontra	95,19	93,17	97,42
Dois Vizinhos	N. Esperança do Sudoeste	98,15	96,55	95,89
Dois Vizinhos	São Jorge d'Oeste	88,41	94,89	94,53
Dois Vizinhos	Dois Vizinhos	90,81	92,96	89,68
Foz do Iguaçu	Serranópolis do Iguaçu	96,00	92,73	96,72
Foz do Iguaçu	Medianeira	92,91	88,87	90,19
Foz do Iguaçu	Itaipulândia	94,17	93,37	92,89
Francisco Beltrão	Pérola d'Oeste	97,87	96,30	95,77
Francisco Beltrão	Realeza	93,10	97,25	91,49
Francisco Beltrão	Planalto	96,84	95,07	94,16
Francisco Beltrão	Flor da Serra do Sul	92,31	98,46	96,30
Francisco Beltrão	Capanema	93,42	95,00	93,14
Francisco Beltrão	Bom Jesus do Sul	90,00	89,66	95,24
Francisco Beltrão	Bela Vista da Caroba	90,91	97,44	89,29
Francisco Beltrão	Êneas Marques	87,74	82,02	91,78
Francisco Beltrão	Salgado Filho	91,67	90,91	84,91
Francisco Beltrão	Pinhal de São Bento	100,00	96,55	97,67
Francisco Beltrão	Manfrinópolis	89,80	96,55	96,88
Goioerê	Boa Esperança	100,00	90,20	98,55
Goioerê	Ubiratã	92,64	96,44	95,02
Goioerê	Janiópolis	98,25	92,98	98,55
Ibaiti	Siqueira Campos	92,62	92,72	94,23
Irati	Guamiranga	97,74	93,02	96,40
Irati	Mallet	97,55	95,50	94,48
Irati	Prudentópolis	91,09	90,75	92,95
Irati	Irati	96,23	94,99	91,70
Jacarezinho	Joaquim Távora	94,52	93,23	95,10
Jacarezinho	Quatiguá	89,91	98,78	94,51
Jacarezinho	Carlópolis	93,02	95,00	94,54
Laranjeiras do Sul	Virmond	91,89	93,02	90,24
Laranjeiras do Sul	Marquinho	92,96	95,52	92,73
Loanda	Diamante do Norte	96,67	96,72	98,15
Loanda	Marilena	92,13	96,70	95,83

Regional	Município	2022	2023	2024
Loanda	Loanda	93,39	94,68	93,68
Loanda	Nova Londrina	94,85	90,13	93,75
Londrina	Cafeara	90,91	92,00	95,45
Londrina	Guaraci	91,80	92,75	95,71
Maringá	Atalaia	85,71	91,89	95,83
Maringá	Itambé	100,00	89,55	90,16
Maringá	Astorga	88,13	90,11	96,18
Maringá	Mandaguari	95,02	91,33	94,31
Maringá	Ourizona	92,45	90,00	91,11
Paranavaí	Jardim Olinda	100,00	96,67	100,00
Paranavaí	São João do Caiuá	98,33	95,45	100,00
Paranavaí	Inajá	100,00	100,00	94,29
Paranavaí	Santo Antônio do Caiuá	95,45	96,77	100,00
Pato Branco	São João	91,91	96,38	95,12
Pato Branco	Saudade do Iguaçu	93,68	95,79	91,89
Pato Branco	Bom Sucesso do Sul	87,88	89,66	89,58
Pato Branco	Itapejara d'Oeste	89,19	97,14	91,72
Pitanga	Nova Tebas	95,12	98,53	90,36
Telêmaco Borba	Sapopema	92,47	93,90	95,70
Toledo	Mercedes	93,75	96,34	97,50
Toledo	Pato Bragado	98,57	94,29	85,48
Toledo	Santa Helena	92,90	93,56	94,72
Toledo	Nova Santa Rosa	89,83	84,09	86,60
Toledo	Maripá	92,55	93,83	93,90
Umuarama	Nova Olímpia	94,23	95,08	93,24
Umuarama	Altônia	97,01	93,36	92,79
União da Vitória	Porto Vitória	100,00	95,83	94,64
União da Vitória	Antônio Olinto	98,72	100,00	97,62
União da Vitória	São Mateus do Sul	94,55	91,60	94,85
Wenceslau Braz	Wenceslau Braz	96,31	95,12	91,81
Wenceslau Braz	São José da Boa Vista	94,29	91,25	89,71
Wenceslau Braz	Sengés	95,75	97,18	91,02

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Analisando os dados de participação das redes municipais que fazem parte da amostra, percebemos que todas elas apresentam mais de 80% de participação nas edições da Prova Paraná Mais analisadas. A porcentagem mínima de 80% é importante para garantir que os resultados obtidos na avaliação reflitam o desempenho de toda a população de estudantes daquela etapa, e não apenas de um grupo específico impedindo assim que haja seleção de estudantes para participação.

Como apresentado no material de formação da UFJF/CAEd, “o indicador de participação trata da abrangência e da representatividade dos instrumentos avaliativos: quanto maior a taxa de participação dos estudantes, mais representativos são os resultados das avaliações externas” (UFJF; CAEd, [s.d.]).

Então para garantir a confiabilidade estatística dos resultados das avaliações externas em larga escala, é necessário atingir uma taxa mínima de participação dos estudantes. No entanto, conforme destacado pelo Inep em sua Nota informativa dos resultados do Saeb 2021:

Cabe destacar que taxas de participação não representam medidas de validade ou precisão dos resultados, apenas configuram estratégia para mitigar a manipulação de resultados por meio da seleção intencional dos alunos participantes, favorecendo a obtenção de resultados mais confiáveis (INEP, 2022, p. 4).

Embora tenhamos percentuais acima do mínimo desejável, percebemos que muitos municípios têm diminuído sua participação de forma progressiva desde 2022. Como é o caso de Kaloré que teve 100% de participação em 2022, passou a 97,62% em 2023 e em 2024 alcançou 95,08%. Mesmo que os dados resultantes dessas participações continuem totalmente confiáveis, há uma preocupação com as quedas constantes.

Já o município de Atalaia tem demonstrado um movimento inverso, apresentando um crescimento progressivo desde 2022, alcançando em 2024 o percentual de 95,83% de participação dos seus estudantes.

Os dados apresentados são fatores relevantes principalmente partindo do pressuposto que os resultados dessas redes refletem o desempenho de praticamente a totalidade de seus estudantes, não havendo seleção dos melhores alunos para a participação nas avaliações. Além de serem essenciais para as análises que devem ser realizadas sobre as ações que podem ser implementadas pela SEED com o

objetivo de aprimorar a apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais. É relevante compreender se os percentuais elevados de participação nas avaliações externas, observados em alguns municípios, são resultado de estratégias intencionais de engajamento e se esses municípios reconhecem a importância de alcançar uma participação próxima de 100% para garantir a confiabilidade dos resultados.

Identificar essa relação pode contribuir para que a SEED desenvolva e institucionalize práticas positivas já existentes nas redes municipais participantes da amostra, ampliando o alcance dessas estratégias. Dessa forma, além de fortalecer o uso dos dados e a apropriação dos resultados, será possível incentivar outras redes a adotar ações eficazes para ampliar a participação e qualificar o processo de análise e intervenção pedagógica, promovendo um impacto positivo e contínuo na aprendizagem dos estudantes em todo o estado do Paraná.

Os elementos apresentados ao longo deste capítulo permitem compreender que as redes municipais participantes da pesquisa apresentam níveis elevados de participação nas avaliações externas, o que contribui para a representatividade dos resultados produzidos. Ao mesmo tempo, os dados analisados indicam a relevância de aprofundar a compreensão sobre como essas informações vêm sendo utilizadas pelas redes municipais no planejamento educacional e nas práticas pedagógicas. Nesse sentido, torna-se importante investigar quais estratégias de análise e uso dos resultados têm sido desenvolvidas pelas equipes municipais, bem como os fatores institucionais e formativos que podem favorecer ou limitar esse processo.

Considerando o papel da SEED na coordenação das avaliações estaduais em larga escala e nas ações de cooperação com os municípios, a pesquisa parte da hipótese de que o fortalecimento das estratégias de apoio técnico e pedagógico pode contribuir para ampliar as possibilidades de apropriação dos resultados do SAEP pelas redes municipais. A partir desse diagnóstico inicial, os próximos capítulos aprofundarão a discussão teórica sobre uso de dados educacionais e apropriação dos resultados das avaliações externas, além de apresentar os procedimentos metodológicos e as análises produzidas a partir da pesquisa de campo realizada junto aos participantes do estudo.

3 DO DIAGNÓSTICO À AÇÃO: REFERENCIAIS ANALÍTICOS E CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA COMPREENDER A UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO SAEP

Compreender como os resultados de avaliações externas em larga escala, como o SAEP, são apropriados pelas redes de ensino é um desafio que exige olhar atento para os contextos, os sujeitos e os processos que envolvem a gestão educacional. Este capítulo tem como objetivo apresentar os referenciais teóricos e metodológicos que orientam esta pesquisa, delineando o percurso investigativo traçado a partir da problemática central: quais ações podem ser realizadas pela SEED para auxiliar as redes municipais no processo de apropriação dos resultados das avaliações estaduais em larga escala?

Para tanto, são mobilizados conceitos que articulam avaliação externa, políticas públicas e gestão educacional, com ênfase na apropriação dos resultados como um processo que vai além do acesso aos dados: envolve interpretação, reflexão coletiva e transformação da prática pedagógica. Reconhecendo que os dados por si só não produzem mudanças, o foco recai sobre os sentidos que os diferentes atores atribuem a essas informações e sobre as condições institucionais que viabilizam (ou dificultam) sua utilização. É importante destacar o papel das escolas e dos professores na mediação dos resultados, transformando os dados em ações concretas que respondam às necessidades reais dos estudantes, principalmente naqueles contextos em que as desigualdades educacionais ainda são marcantes.

A seção 3.5 apresenta uma análise sobre os fundamentos da gestão baseada em evidências, destacando o uso pedagógico dos dados como eixo estruturante das políticas educacionais que visam à melhoria da aprendizagem. Abordam-se as potencialidades das avaliações externas como instrumentos de diagnóstico e planejamento, assim como os limites enfrentados por redes que ainda não incorporaram os dados de forma sistemática às suas rotinas pedagógicas. Nesta seção, evidencia-se a necessidade de políticas formativas e espaços de escuta e reflexão coletiva para que os dados gerem impactos concretos.

Neste capítulo, apresenta-se também o desenho metodológico da pesquisa, com a descrição dos instrumentos de coleta e análise de dados, dos critérios de seleção dos participantes e dos procedimentos éticos adotados. A pesquisa foi

desenhada com base em uma abordagem qualitativa, articulando análise documental, entrevistas e questionários, com o intuito de compreender em profundidade os mecanismos que favorecem ou limitam o uso dos resultados da Prova Paraná Mais nas redes municipais. Parte-se da premissa de que compreender o uso dos resultados do SAEF exige um olhar qualitativo e sensível às realidades locais, que leve em conta tanto as políticas implementadas quanto as práticas cotidianas nas redes de ensino.

Assim, este capítulo se constitui como ponte entre os fundamentos teóricos discutidos anteriormente e os caminhos práticos que possibilitaram investigar, com profundidade, como os dados das avaliações vêm (ou não) se transformando em ação pedagógica concreta nas escolas públicas do Paraná.

3.1 GERENCIALISMO, ACCOUNTABILITY E A AVALIAÇÃO EXTERNA NA POLÍTICA EDUCACIONAL

Nas últimas décadas do século XX, o gerencialismo consolidou-se como um modelo de administração pública que reorganizou a atuação do Estado a partir da lógica da eficiência, do controle e da gestão orientada por resultados. Vinculado às reformas conhecidas como Nova Gestão Pública (New Public Management), esse paradigma deslocou o foco do controle de procedimentos para a mensuração de desempenho, propondo que a legitimidade das ações públicas estivesse relacionada à sua capacidade de entregar resultados mensuráveis. Como explicam Newman e Clarke (2012), o gerencialismo fornece coerência tanto ideológica como organizacional aos cenários complexos que emergiram de projetos de reforma do Estado. Para os autores, essa racionalidade instaura uma nova forma de autoridade, o “direito de gerir”, e legitima a expansão da linguagem da gestão para diferentes campos da ação pública².

No contexto brasileiro, essa racionalidade foi incorporada pelas reformas administrativas dos anos 1990, que enfatizaram a busca por eficiência, racionalização de recursos e responsabilização dos gestores. Campêlo (2010) mostra que o

⁴ O conceito de “Estado gerencial” em Newman e Clarke (2012) refere-se a um tipo de Estado reorganizado a partir da racionalidade da gestão, em que a autoridade e a legitimidade das políticas passam a depender da capacidade de produzir resultados mensuráveis. Essa forma de governança redefine as fronteiras entre governo, sociedade e burocracia, ampliando a presença da linguagem gerencial em campos orientados por valores públicos e coletivos.

gerencialismo aproximou o setor público dos métodos e linguagens empresariais, introduzindo no vocabulário estatal expressões como metas, indicadores de desempenho e resultados. Ainda que tenha contribuído para modernizar estruturas e processos, essa abordagem também trouxe tensões importantes, sobretudo em áreas como a educação, nas quais as dimensões de equidade, participação e formação integral não se traduzem apenas em parâmetros de produtividade.

Na política educacional, a influência do gerencialismo se manifesta com clareza nas avaliações externas, que passaram a ocupar papel estratégico na gestão dos sistemas de ensino. Elas se tornaram instrumentos de monitoramento e de *accountability*, mas também de indução de políticas e de reorganização do trabalho pedagógico. Como observam Burgos e Bellato (2019) e Brooke e Rezende (2020), a avaliação, que inicialmente tinha caráter diagnóstico, passou a estruturar o modo como redes e escolas planejam, acompanham e avaliam seus resultados. Assim, as avaliações passaram a integrar a própria linguagem profissional da educação, consolidando-se como práticas de regulação e de produção de sentidos sobre a qualidade do ensino.

O gerencialismo parte da premissa de que o Estado deve funcionar de forma semelhante ao mercado, com foco em resultados e metas claramente definidas. No caso das redes públicas de ensino, isso significou a adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação capazes de mensurar o desempenho dos estudantes e oferecer parâmetros para a gestão escolar “como uma forma de impulsionar a aprendizagem por meio de critérios de qualidade novos sem a contrapartida da desobrigação do estado” (Brooke; Rezende, 2020, p. 66). Essa lógica se expressa diretamente na política de avaliação externa em larga escala, que se consolidou no Brasil como instrumento central para orientar decisões pedagógicas, alocar recursos e monitorar a qualidade do ensino.

Nesse contexto, o conceito de *accountability* ganha papel fundamental. Ele implica a responsabilização de gestores, professores e equipes escolares pelos resultados educacionais, associando o desempenho dos estudantes à eficácia das políticas implementadas. A ideia é que o acompanhamento constante de indicadores, aliado a metas claras, funcione como um estímulo para a melhoria contínua, ao mesmo tempo em que permite à sociedade acompanhar a atuação do Estado e cobrar resultados concretos.

No Paraná, esse movimento se materializa na criação e consolidação do SAEP e, mais recentemente, na Prova Paraná Mais. A avaliação externa estadual tem como objetivo não apenas aferir o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, mas também gerar informações que possam subsidiar decisões pedagógicas e estratégicas em diferentes níveis da gestão. Ao produzir dados comparáveis entre escolas, redes e etapas de ensino, a Prova Paraná Mais reforça a lógica de uma gestão orientada por evidências, típica do paradigma gerencialista, e contribui para a definição de políticas voltadas à melhoria da aprendizagem.

Com o passar dos anos, no entanto, a avaliação externa deixou de ser percebida apenas como instrumento de controle e responsabilização e passou a integrar de forma mais direta os processos de planejamento e tomada de decisão pedagógica. Burgos e Bellato (2019) e Brooke e Rezende (2020) observam que essa transformação está relacionada à consolidação de uma cultura avaliativa orientada pelo uso de evidências educacionais, na qual os resultados das avaliações passam a subsidiar práticas de acompanhamento da aprendizagem, formação docente e replanejamento pedagógico.

No contexto paranaense, esse movimento pode ser observado na utilização dos resultados do SAEP e da Prova Paraná Mais para subsidiar devolutivas pedagógicas, formações continuadas e ações de acompanhamento desenvolvidas em articulação entre a SEED, os Núcleos Regionais de Educação e as redes municipais de ensino. Em iniciativas como o Programa Educa Juntos (Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022), a avaliação externa passa a compor estratégias mais amplas de cooperação e apoio técnico, reforçando a corresponsabilidade entre Estado e municípios na promoção da aprendizagem.

Ao mesmo tempo, autores como Burgos e Bellato (2019) alertam que a centralidade assumida pelos resultados educacionais também produz tensões importantes. Quando reduzida a uma lógica performática, baseada exclusivamente em metas e comparação de indicadores, a avaliação pode limitar seu potencial formativo e enfraquecer dimensões essenciais do processo educativo. Nessa perspectiva, Brooke e Rezende (2020) destacam que o uso pedagógico das avaliações depende da capacidade das redes de promover processos coletivos de análise, interpretação e contextualização dos resultados, evitando que os dados sejam utilizados apenas como instrumentos de controle e responsabilização.

Nesse cenário, o desafio atual não está apenas na produção de evidências sobre o desempenho dos estudantes, mas principalmente na capacidade das redes de ensino de transformar essas informações em ações pedagógicas efetivas. Mais do que mensurar resultados, as avaliações externas passam a exigir estratégias de mediação, formação e acompanhamento que favoreçam a construção de uma cultura de uso pedagógico dos dados, articulada à promoção da equidade, da participação e da melhoria da aprendizagem.

3.2 O REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL PARANENSE

A educação no Brasil é estruturada a partir de um modelo federativo que distribui responsabilidades entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Essa configuração, ao mesmo tempo em que garante a autonomia político-administrativa dos entes federados, exige a construção de mecanismos de articulação capazes de assegurar o direito à educação de forma equitativa e eficiente em todo o território nacional. Nesse contexto, o regime de colaboração emerge como um dos princípios centrais do federalismo educacional brasileiro, instituído pela Constituição Federal de 1988 e consolidado posteriormente em legislações infraconstitucionais e políticas públicas.

O artigo 211 da Constituição estabelece que “a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (Brasil, 1988, art. 211). Essa determinação representou um marco na história educacional brasileira ao introduzir um modelo de governança pautado na articulação e na corresponsabilidade entre os entes federados. O texto constitucional rompeu com a lógica centralizadora, predominante em períodos anteriores, e com a fragmentação que caracterizava a execução das políticas públicas, propondo uma nova forma de organização do sistema educacional baseada no diálogo, na pactuação e na cooperação.

A LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) reforçou esse princípio ao detalhar as competências específicas de cada ente e ao reconhecer a necessidade de coordenação entre os sistemas para garantir a universalização do ensino obrigatório e a qualidade do ensino oferecido (Maia, 2017). A legislação também

consolidou a ideia de que cada rede de ensino, municipal, estadual, distrital e federal, compõe um sistema próprio e que a articulação entre esses sistemas é condição essencial para a implementação de políticas públicas eficazes e para a construção de um projeto nacional de educação coerente com a diversidade e a complexidade do país.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) reforçou e atualizou esse entendimento ao tornar a colaboração entre os entes federados um dos pilares de sua execução. O artigo 7.º da Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece que “a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste plano” (Maia, 2017, p. 308). A partir dessa determinação, o PNE prevê a adoção de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação, a criação de mecanismos de acompanhamento e monitoramento das metas, a instituição de instâncias permanentes de negociação entre os entes federados e a formação de arranjos intermunicipais para fortalecer a colaboração horizontal.

Essa concepção de colaboração se sustenta também no artigo 23 da Constituição, que prevê a necessidade de uma lei complementar para regulamentar a cooperação entre União, estados e municípios, com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. Embora essa lei específica ainda não tenha sido elaborada na área educacional, a diretriz constitucional já orienta a prática federativa e fundamenta políticas e programas voltados à coordenação de esforços e responsabilidades entre os diferentes níveis de governo (Maia, 2017).

No plano conceitual, colaboração e cooperação aparecem muitas vezes como termos complementares. A cooperação refere-se ao estabelecimento de normas e diretrizes comuns entre os entes federados, enquanto a colaboração se concretiza na prática, por meio de ações conjuntas entre os sistemas de ensino (Marques, 2021).

Conforme Marques (2021, p. 2), “[o] regime de colaboração propõe que os sistemas de ensino organizem suas redes de forma colaborativa. Mais do que evitar conflitos, o regime implica a possibilidade de construção de políticas colaborativas conjuntamente, além do compartilhamento de boas práticas e experiências entre os gestores”.

Esse movimento amplia a capacidade do Estado de responder a desafios complexos, como desigualdades regionais, assimetrias de recursos e diferenças na capacidade administrativa dos entes federados.

A atuação colaborativa tem como base a compreensão de que a educação é uma responsabilidade comum e compartilhada. Em um país de dimensões continentais e marcadas desigualdades socioeconômicas e regionais, a ação isolada de cada ente tende a aprofundar disparidades. A Constituição, por isso, atribui à União a função redistributiva e supletiva, garantindo assistência técnica e financeira aos estados e municípios para equalizar oportunidades educacionais e assegurar padrões mínimos de qualidade (Maia, 2017). Além disso, experiências estaduais evidenciam a importância da colaboração estruturada para a indução de políticas de impacto. O exemplo do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), no Ceará, mostra como o trabalho articulado entre governo estadual e municípios pode elevar indicadores educacionais e reduzir desigualdades internas por meio de apoio técnico, cooperação financeira e pactuação de metas comuns (Marques, 2021).

A prática colaborativa também envolve mecanismos horizontais de articulação, como consórcios e Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), que possibilitam a atuação conjunta de municípios para enfrentar desafios comuns, compartilhar recursos e promover políticas regionais. Essa dimensão horizontal é especialmente relevante no Brasil, onde grande parte dos municípios tem baixa capacidade técnica e administrativa e depende de parcerias para implementar políticas educacionais mais robustas (Marques, 2021).

No contexto paranaense, a lógica do regime de colaboração se manifesta de maneira concreta em políticas como o SAEP e em específico com a Prova Paraná Mais. Além disso, a Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná, sinaliza formalmente essa articulação federativa: ao criar o programa em “regime de colaboração com os municípios” coordenado pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná, a norma estatal explicita o caráter cooperativo da política educacional paranaense (Paraná, 2022, art. 1.º). Segundo o art. 3.º, II, da lei, um dos objetivos do programa é “fortalecer o regime de colaboração entre Estado e municípios para superar a fragmentação das políticas públicas educacionais” (Paraná, 2022, art. 3.º, II).

Essa articulação legal reforça que não se trata apenas de instrumentos de avaliação aplicados de maneira isolada, mas de um arranjo político-institucional no qual Estado e municípios compartilham responsabilidades, definem estratégias conjuntas e mobilizam recursos, técnicos, pedagógicos e financeiros, para melhorar a aprendizagem e reduzir desigualdades.

Dessa forma, o regime de colaboração deve ser compreendido não apenas como um dispositivo jurídico-constitucional, mas como um instrumento político e pedagógico estratégico para a efetivação do direito à educação. Ele articula autonomia e interdependência, promove a coordenação de esforços, fortalece capacidades institucionais e possibilita a construção de estratégias integradas e contextualizadas. Ao mesmo tempo, cria as condições necessárias para que políticas públicas, como programas de alfabetização, iniciativas de formação docente e avaliações externas, sejam implementadas de maneira equitativa e eficaz, respeitando as diversidades locais e fortalecendo a qualidade social da educação pública brasileira.

3.3 AVALIAÇÃO EXTERNA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E EQUIDADE

As avaliações externas vêm se consolidando como importantes ferramentas de gestão educacional no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, com a institucionalização do Saeb em nível nacional e a criação de sistemas estaduais como o SAEP no Paraná. Para além da mensuração de indicadores de desempenho dos estudantes, que englobam as proficiências médias e a distribuição dos estudantes pelos padrões de desempenho estudantil em cada etapa e componente curricular, tais avaliações desempenham um papel estratégico no apoio à tomada de decisões, ao planejamento pedagógico e à formulação de políticas públicas mais eficazes.

Nesse contexto, a opção por concentrar as avaliações em componentes curriculares específicos, como Língua Portuguesa e Matemática, não ocorre por acaso. Trata-se de uma decisão fundamentada na intenção de concentrar esforços nas áreas consideradas essenciais para o desenvolvimento das competências básicas dos estudantes. Como explicam Brooke, Alves e Oliveira (2015, p. 95):

A decisão de avaliar somente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática é para concentrar a atenção nessas áreas e maximizar as chances dos alunos com maiores dificuldades de alcançarem os níveis mínimos de aprendizagem nas disciplinas essenciais para a cidadania.

Tal escolha, portanto, revela uma estratégia de equidade, voltada a assegurar que todos os estudantes desenvolvam competências fundamentais à sua formação integral.

Em contextos federativos como o brasileiro, em que coexistem grandes desigualdades entre as redes de ensino, a avaliação externa também pode se configurar como um importante instrumento de promoção da equidade. Quando bem implementada e articulada às políticas de suporte, a avaliação externa gera dados que permitem identificar vulnerabilidades, monitorar o desempenho de diferentes grupos de estudantes e direcionar recursos e ações específicas para os contextos mais desafiadores. Nesse sentido, o acesso a evidências qualificadas sobre as aprendizagens torna-se fundamental para garantir o direito à educação com qualidade.

No Paraná, a incorporação da avaliação externa à gestão educacional se fortaleceu com a regulamentação do SAEP e sua integração ao Plano Estadual de Educação (Paraná, 2015), em consonância com o disposto no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), que estabelece o fortalecimento dos sistemas estaduais de avaliação como estratégia para orientar políticas educacionais. A partir da publicação da Lei Complementar n.º 249/2022 e da Resolução n.º 01/2022 da Comissão Intergovernamental do Fundeb, os resultados do SAEP passaram, inclusive, a compor o cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM), atribuindo uma dimensão redistributiva à avaliação, com impacto direto no financiamento da educação básica.

Contudo, o potencial da avaliação externa como promotora da equidade depende de sua apropriação pelos diferentes níveis de gestão. Estudos apontam que os dados avaliativos só ganham força transformadora quando utilizados para embasar práticas pedagógicas e decisões gestoras, articulando a compreensão dos resultados ao planejamento de ações concretas nas escolas e redes.

Os dados precisam ser traduzidos em diagnósticos para que possam ser utilizados pedagogicamente e incorporados ao planejamento escolar e de sala de aula. Dessa forma, as avaliações tornam-se instrumentos capazes de amparar o planejamento escolar e a criação de ações mais efetivas que consigam de fato garantir a aprendizagem de todos os estudantes. (CAEd, [s.d.])

Por isso, é fundamental que a avaliação não seja vista apenas como instrumento de responsabilização, mas como mecanismo de apoio ao desenvolvimento profissional dos educadores e ao fortalecimento das políticas educacionais pois, “a avaliação como política pública só exerce seus efeitos se os resultados forem conhecidos, entendidos, utilizados e incorporados às rotinas de trabalho das redes e escolas” (CAEd, [s.d.]).

Nesse cenário, a avaliação externa deve ser compreendida como parte de um ciclo mais amplo de gestão e equidade: ela identifica os problemas, orienta as soluções e contribui para acompanhar os efeitos das políticas implementadas. Quando conectada a uma gestão democrática e comprometida com a justiça social, a avaliação torna-se aliada na construção de uma educação mais justa e inclusiva.

Essa perspectiva reforça a importância de políticas educacionais que articulem qualidade e equidade, com vistas ao desenvolvimento integral da sociedade. Como afirma Brooke (2012, p. 393):

Se a educação é fornecida para todos em quantidade e qualidade que permitam uma inserção produtiva na economia, a sociedade só tem a ganhar, por meio do crescimento da renda individual, da redução da pobreza e da eliminação gradual das desigualdades que tanto dificultam a integração social.

Assim, ao cumprir sua função diagnóstica e orientadora, a avaliação externa contribui não apenas para a melhoria do ensino, mas também para a transformação das condições sociais dos estudantes e de suas comunidades.

Embora as avaliações externas em larga escala desempenhem papel relevante no diagnóstico e no acompanhamento da aprendizagem, é fundamental reconhecer seus limites e a necessidade de articulação com outras estratégias de garantia da qualidade educacional. O uso isolado desses instrumentos pode levar a uma visão reducionista do processo de ensino e aprendizagem, desconsiderando aspectos qualitativos e contextuais da prática pedagógica. Como destaca Soares (2015, p. 352), “avaliações padronizadas são complementos e não substitutos de outras formas de garantir a qualidade da escola”. Nesse sentido, o fortalecimento das avaliações internas, a escuta ativa dos profissionais da educação e o investimento na formação docente devem caminhar conjuntamente com as avaliações externas,

compondo um sistema avaliativo integrado que respeite a complexidade da educação e promova a equidade de forma efetiva.

Além disso, é imprescindível que os dados gerados pelas avaliações sejam efetivamente apropriados pelas escolas, tornando-se base para reflexões coletivas e tomadas de decisão pedagógicas contextualizadas. O fortalecimento de uma cultura escolar orientada por dados implica desenvolver capacidades institucionais para sua análise e interpretação, com intencionalidade formativa e foco na aprendizagem de todos os estudantes. Como afirmam Boudett, City e Murnane (2020), o processo de aprendizagem a partir de dados contribui para construir uma escola eficaz e para ajudar a escola a continuar a melhorar o seu desempenho. Dessa forma, a avaliação passa a cumprir sua função mais nobre: não apenas mensurar, mas transformar realidades educacionais por meio da qualificação das práticas e do comprometimento com a equidade.

3.4 A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES: CONCEITOS E PRÁTICAS

A apropriação dos resultados das avaliações externas constitui um processo essencial para que os dados gerados se traduzam em ações concretas de melhoria da qualidade da educação. No entanto, esse processo não é automático. Requer mobilização dos profissionais da educação, investimento em formação continuada e a construção de uma cultura institucional que valorize o uso pedagógico das evidências.

Compreende-se que a apropriação dos resultados é um conjunto de ações que possibilitam uma reflexão pedagógica sobre os dados obtidos pelas escolas nas avaliações externas, por meio de um processo minucioso voltado à leitura, compreensão e interpretação dos resultados, além do entendimento sobre o funcionamento, a linguagem e os efeitos das avaliações externas na aprendizagem dos estudantes. Assim, o processo de apropriação dos resultados pode ser realizado por meio de ações sistêmicas que envolvam a oferta de cursos, capacitações, grupos de estudos, seminários e palestras, entre outras ações formativas voltadas às equipes da secretaria de educação e às equipes escolares (Fortaleza, 2021, p. 88).

O conceito de apropriação implica mais do que o simples acesso ou consulta aos resultados. Envolve a capacidade de compreendê-los, interpretá-los à luz das

realidades escolares e transformá-los em insumos para o planejamento pedagógico, o acompanhamento das aprendizagens e a redefinição de estratégias de ensino. Como destaca Soares (2015), a função pedagógica da avaliação é a mais importante, mas também a mais desafiadora, justamente porque depende da mediação crítica dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

Estudos internacionais reforçam que a apropriação efetiva dos resultados depende de condições institucionais que permitam às equipes escolares transformarem os dados em análise pedagógica. Na investigação de Silvestre, Fialho e Cid (2014), demonstra-se que os relatórios de avaliação externa desencadeiam “impactos maioritariamente positivos” nas escolas, sobretudo ao induzir processos de autorregulação, revisão de documentos estruturantes e melhoria das práticas colaborativas entre docentes. O estudo evidencia ainda que a apropriação exige sistematicidade, tempo institucional para análise e competências avaliativas consolidadas, elementos que também se revelam desafiadores no contexto das redes municipais de educação do Paraná. Assim, a literatura indica que o uso pedagógico dos resultados só se concretiza quando há condições organizacionais e formativas que sustentem um ciclo contínuo de leitura, interpretação e intervenção.

Nesse sentido, compreender como ocorre a apropriação dos resultados nas redes municipais do Paraná exige atenção a múltiplos fatores: a forma como os dados são apresentados, os mecanismos de formação disponíveis, a existência de normativas que incentivem esse uso, além das condições de tempo, equipe e estrutura técnica de cada secretaria ou escola.

Por isso, práticas de uso dos resultados precisam ser compreendidas em sua diversidade. Elas podem ir desde a leitura dos relatórios em reuniões pedagógicas até a análise sistemática de microdados, a definição de metas de aprendizagem e a reorganização de intervenções com base nas evidências. São práticas que, quando bem conduzidas, favorecem o planejamento mais responsivo às necessidades dos estudantes, contribuindo para o fortalecimento da equidade educacional.

No caso do SAEP, ainda que o Estado disponibilize os resultados em plataformas digitais e realize formações voltadas ao seu entendimento, é necessário investigar se essas ações têm, de fato, promovido o uso qualificado dos dados nos territórios. A apropriação, portanto, se dá na articulação entre o que é ofertado como

política pública e o que é possível realizar nas condições concretas das redes municipais, sendo esse o foco de análise deste estudo.

3.5 GESTÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: O USO PEDAGÓGICO DOS DADOS

A gestão educacional baseada em evidências tem se consolidado como uma diretriz central para a formulação e implementação de políticas públicas que visam à melhoria da aprendizagem e a redução das desigualdades educacionais. Essa abordagem parte do princípio de que decisões fundamentadas em dados confiáveis e relevantes têm maior potencial de atender às necessidades reais das redes, escolas e estudantes. Nesse contexto, “com a finalidade de subsidiar ações de melhoria da qualidade, as avaliações passaram a dar maior visibilidade e transparência a aspectos centrais do processo de aprendizagem” (Castro, 2015, p. 134).

No contexto da avaliação externa, o uso pedagógico dos dados representa uma das possibilidades mais potentes para transformar os resultados das provas em ações concretas de intervenção e recomposição das aprendizagens. A gestão escolar e os processos pedagógicos ganham maior eficácia quando orientados por diagnósticos precisos, construídos a partir da análise dos dados de desempenho dos estudantes.

Porém, “são ainda escassas as investigações que se propõem a explorar o uso dos resultados nos processos decisórios pelas diversas instâncias do sistema educacional” (Sousa, 1997, p. 795). O uso pedagógico das avaliações exige mais do que acesso à informação e aos dados brutos; é necessário compreender os limites e potencialidades dos instrumentos avaliativos, investir em formação continuada para leitura dos relatórios e, sobretudo, criar espaços coletivos de análise, reflexão e planejamento nas escolas. A gestão baseada em evidências não se resume a indicadores numéricos, mas implica uma cultura institucional que valoriza a escuta ativa, a corresponsabilidade e o acompanhamento processual das trajetórias de aprendizagem.

No caso do SAEP, os dados produzidos pelo CAEd e disponibilizados pela SEED oferecem um panorama detalhado do desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática. No entanto, o uso desses dados ainda se mostra desigual entre as redes municipais. Em algumas, observa-se a incorporação dos resultados

nas discussões pedagógicas e na definição de estratégias de recomposição; em outras, os dados permanecem subutilizados, seja por falta de apoio técnico, seja por dificuldades de interpretação dos relatórios.

A literatura destaca que a efetiva utilização das evidências depende de uma cadeia de ações articuladas: da formulação de políticas de formação ao fortalecimento dos coletivos pedagógicos nas escolas. Segundo Alavarse, Bravo e Machado (2013):

A concepção de avaliação como um processo amplo de subsídio para tomada de decisões no âmbito dos sistemas de ensino é recente no Brasil, e deve ser entendida como um processo que visa contemplar competências e habilidades, o próprio currículo, os hábitos de estudo dos alunos, as estratégias de ensino dos professores, o tipo de gestão dos diretores e os recursos a eles oferecidos para melhor realizar seu trabalho (Alavarse; Bravo; Machado, 2013, p. 24).

A gestão baseada em evidências, portanto, não é apenas uma diretriz técnica, mas uma prática política e pedagógica que exige engajamento, recursos e tempo.

Reconhecer a centralidade do uso pedagógico dos dados é essencial para que as avaliações externas, como as do SAEP, cumpram sua função formativa e subsidiem o direito de todos os estudantes à aprendizagem de qualidade. O desafio, contudo, está em garantir que os dados não apenas circulem, mas sejam efetivamente apropriados, analisados e traduzidos em ações educativas intencionais e contextualizadas.

3.6 BARREIRAS E ESTRATÉGIAS PARA USO EFETIVO DOS DADOS NAS REDES PÚBLICAS

Estudos sobre apropriação dos resultados das avaliações externas, como os desenvolvidos por Soares (2015), Brooke e Rezende (2020) e Silvestre, Fialho e Cid (2014), destacam tanto o potencial dos dados para subsidiar decisões pedagógicas quanto os desafios relacionados à sua incorporação às práticas escolares. Esses autores ressaltam que a utilização efetiva das informações produzidas pelas avaliações depende de condições institucionais, competências avaliativas e rotinas de trabalho que sustentem processos contínuos de análise e intervenção. Nesse sentido, Silvestre, Fialho e Cid (2014) observam que a avaliação externa pode favorecer práticas de autorregulação e produzir mudanças na organização escolar; contudo, esses efeitos não ocorrem de forma automática, exigindo tempo institucional, cultura

de colaboração e capacidade técnica para interpretar os indicadores e transformá-los em ações pedagógicas.

Calderón e Borges (2020) reforçam que as avaliações em larga escala produzem efeitos distintos conforme o contexto político e organizacional das redes, uma vez que coexistem tensões teóricas e epistemológicas que influenciam as intenções e usos dos resultados. Para os autores, a multiplicidade de interpretações sobre a função da avaliação, que ora pode ser vista como mecanismo regulatório e ora como instrumento formativo, condiciona a forma como gestores e professores assimilam os dados e os integram ao planejamento escolar. Assim, a apropriação dos resultados não está apenas associada ao acesso à informação, mas às mediações institucionais que orientam a leitura dos relatórios e sustentam processos de formação, acompanhamento e tomada de decisão.

Nesse mesmo sentido, Brooke e Cunha (2015) argumentam que o impacto das avaliações externas é fortemente condicionado pela capacidade das redes em construir rotinas sistemáticas de análise, criar espaços coletivos de discussão e alinhar as evidências aos objetivos curriculares. A literatura internacional também converge para essa perspectiva: os autores vinculados ao projeto Data Wise (Boudett; City; Murnane, 2013) destacam que o uso de dados exige um ciclo contínuo de interpretação, planejamento, intervenção e monitoramento, sustentado por práticas colaborativas e clareza na definição dos problemas de aprendizagem.

Considerando essas contribuições, é possível perceber que as principais barreiras identificadas pela literatura incluem: (a) fragilidades nas competências avaliativas das equipes; (b) ausência de tempo institucional e rotinas sistemáticas de análise; (c) dificuldades na leitura pedagógica de escalas de proficiência e indicadores complexos; (d) pouca articulação entre avaliação, currículo e planejamento; e (e) limitações organizacionais relacionadas à formação, gestão e cultura escolar. Em contrapartida, também se destacam estratégias recorrentes para fortalecer o uso dos resultados, como a institucionalização de ciclos de monitoramento, a promoção de espaços colaborativos de estudo dos dados, a oferta de formação continuada em avaliação e a integração dos resultados às decisões pedagógicas e gerenciais.

É com base nesse arcabouço teórico que se analisarão, a seguir, as barreiras e estratégias presentes nas redes municipais paranaenses investigadas,

considerando suas especificidades, rotinas de trabalho e condições de implementação das avaliações externas.

3.7 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O objetivo principal deste estudo é identificar ações para apropriação dos dados das avaliações em larga escala já realizadas pelas redes municipais de ensino e que podem ser institucionalizadas pela SEED como forma de apoio efetivo no uso dos resultados.

Considerando a extensão territorial do estado do Paraná e o grande número de municípios, 399 ao todo, optou-se por delimitar uma amostra de municípios a partir da análise comparativa dos resultados das avaliações de 2022 a 2024, selecionando as redes que apresentaram avanços progressivos nos resultados da Prova Paraná Mais nos últimos anos. Boas proficiências indicam bons indicadores da qualidade da educação, sendo assim, parte-se do pressuposto de que esses avanços podem sinalizar a existência de estratégias ou processos que, mesmo que ainda não estejam formalmente sistematizados, já contribuem para a melhoria da aprendizagem. A análise desses casos permitirá levantar elementos que podem ser potencializados e institucionalizados pela SEED, servindo como base para o desenvolvimento de ações que possam ser replicadas ou adaptadas por outras redes municipais, fortalecendo, assim, uma cultura de avaliação e uso pedagógico dos resultados no estado.

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com o uso de análise documental, entrevista semiestruturada e questionários *online* para coleta de dados. O público-alvo inclui a chefia do NCPM da SEED, técnicos dos NRES e gestores das SMES, totalizando 133 participantes. A entrevista semiestruturada será realizada de forma remota, por videoconferência, conforme disponibilidade da participante.

Os questionários serão aplicados exclusivamente *online*, por meio de formulários digitais enviados para o e-mail institucional dos participantes. Os participantes serão recrutados por meio de convite institucional enviado por e-mail, com apoio da SEED e dos NRES, por meio do compartilhamento da lista de contatos institucionais dos profissionais que atuam diretamente com a Prova Paraná Mais.

A entrevista será gravada com autorização prévia da participante, exclusivamente em formato de áudio. Os registros serão utilizados apenas para fins de transcrição e análise de conteúdo, sendo armazenados em local seguro e posteriormente descartados após o período regulamentar de cinco anos.

A pesquisa será desenvolvida em três fases principais:

a) Levantamento e análise documental:

Será realizada coleta de informações em fontes primárias e secundárias, incluindo documentos institucionais, legislações, normativas da SEED, diretrizes do NCPM e publicações da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Além disso, serão analisados relatórios públicos da Prova Paraná Mais disponíveis na página institucional e na Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Paraná, correlacionando-os aos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A realização dessa etapa buscará a garantia da contextualização histórica e normativa do processo avaliativo dentro do estado e permitirá mapear as ações já implementadas para divulgação e apropriação dos resultados nas redes municipais de educação.

Os dados de registros de participação em seminários de divulgação e apropriação dos resultados promovidos pela SEED e a adesão a cursos de formação continuada sobre o tema assim como a presença de diretrizes para a ação de apropriação em documentos das SMES, para identificar se existem ações formais para a apropriação dos resultados das avaliações externas no planejamento pedagógico dessas redes e complementação da pesquisa.

b) Coleta de dados primários:

A coleta de dados primários será realizada por meio da aplicação de questionários *online* com os técnicos pedagógicos das SMES responsáveis pelas avaliações externas, disseminação e apropriação dos dados das avaliações e planejamento pedagógico das redes e, para compreensão de como se dá esse processo junto às escolas e como os dados são utilizados para planejamento e definição de estratégias pedagógicas e políticas públicas. A entrevista realizada de forma virtual será gravada em áudio para consulta e análise posterior.

A aplicação de questionários *online* aos técnicos pedagógicos dos NRES responsáveis pelas demandas das avaliações externas e cooperação pedagógica com os municípios e para compreender como são desenvolvidas as práticas de

divulgação e apropriação dos resultados junto às SMES também será realizada nessa fase de coleta de dados primários.

A análise dos dados coletados será conduzida por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa técnica qualitativa permite um tratamento sistemático e aprofundado dos dados textuais, possibilitando a categorização e interpretação das informações obtidas por meio das entrevistas e questionários aplicados aos participantes. A Análise de Conteúdo será empregada para identificar padrões presentes na apropriação dos resultados das avaliações educacionais das redes municipais de educação do Paraná, bem como os desafios e estratégias adotadas no processo.

Propõem-se uma análise estruturada em três fases principais:

- Pré-análise: Nessa fase será realizada a seleção e organização dos documentos e registros resultantes da entrevista semiestruturada com a chefia do NCPM e dos questionários *online* aplicados aos técnicos pedagógicos das SMES e dos questionários aplicados aos técnicos pedagógicos dos NRES para leitura preliminar, permitindo uma visão geral e um possível levantamento das impressões iniciais dos dados coletados a partir da definição das categorias iniciais de análise, com base nos objetivos da pesquisa;

- Exploração do material: Durante a fase de exploração do material os trechos significativos das respostas serão agrupados dentro das categorias definidas na fase anterior como forma de codificar os dados, podendo as categorias ser reformuladas durante o processo caso seja necessário a partir das análises produzidas. Realizar o mapeamento das principais dificuldades e das práticas realizadas pelas redes municipais para a apropriação dos resultados das avaliações externas auxiliará na identificação de padrões, recorrências entre as ações ou contradições.

- Tratamento e interpretação dos dados: A análise crítica das categorias será realizada a partir das relações entre as respostas dos participantes e os referenciais teóricos adotados na pesquisa, permitindo uma interpretação aprofundada dos dados. A partir dessa análise, serão extraídas inferências que evidenciem os principais desafios enfrentados pelas redes municipais na apropriação dos resultados das avaliações externas, bem como as ações mais eficazes para promover o uso pedagógico dessas informações. Por fim, os achados serão sistematizados de forma organizada, contribuindo para a formulação de estratégias e diretrizes que fortaleçam

a apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais e sua aplicação na gestão educacional.

A aplicação dessa metodologia permitirá que a pesquisa saia da mera descrição dos dados e possibilite uma compreensão aprofundada sobre os fatores que influenciam o uso ou não dos resultados da Prova Paraná Mais no contexto das redes municipais de educação do estado.

3.8 CONTEXTO DA PESQUISA E DEFINIÇÃO DOS PARTICIPANTES

A presente pesquisa foi desenvolvida no contexto do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), mais especificamente a partir dos resultados da Prova Paraná Mais, com foco nos processos de apropriação desses resultados pelas redes municipais de ensino. O estudo insere-se em um esforço mais amplo de compreender como os dados produzidos pelas avaliações externas em larga escala vêm sendo incorporados ao planejamento pedagógico e à gestão educacional das redes públicas municipais.

Considerando o objetivo da investigação, os participantes da pesquisa foram selecionados em razão de sua atuação direta nos processos de disseminação, análise, acompanhamento e utilização dos resultados das avaliações externas. Compõem o grupo investigado a chefia do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios (NCPM) da SEED, técnicos pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação (NRES) e profissionais vinculados às Secretarias Municipais de Educação (SMES) de municípios paranaenses selecionados para a pesquisa.

No caso das Secretarias Municipais de Educação, a definição dos municípios participantes considerou critérios relacionados à participação contínua nas avaliações do SAEP e à análise dos resultados obtidos nas edições da Prova Paraná Mais entre os anos de 2022 e 2024. A seleção buscou contemplar diferentes contextos educacionais e distintos desempenhos apresentados pelas redes municipais nas avaliações de desempenho do estado, possibilitando compreender como os processos de apropriação dos resultados vêm ocorrendo em diferentes realidades municipais.

A definição desses sujeitos considerou sua inserção nos processos de mediação pedagógica e acompanhamento das redes municipais em relação às

avaliações do SAEP, especialmente no que se refere às ações de formação, devolutiva, análise e utilização pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais. Dessa forma, buscou-se reunir diferentes perspectivas institucionais relacionadas à circulação e apropriação dos dados educacionais produzidos pelas avaliações externas no contexto da cooperação entre estado e municípios.

3.8.1 Critérios de inclusão e exclusão dos participantes

Para integrar a pesquisa, os participantes deverão atender aos seguintes critérios: (a) no caso do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios, ser profissional vinculado à SEED com atuação direta na chefia do NCPM; (b) no caso dos NRES, ser profissional vinculado à SEED com atuação direta na gestão pedagógica ou na avaliação educacional; (c) no caso das SMES, ter atuação direta na gestão pedagógica ou na avaliação educacional na rede municipal.

Não participarão da pesquisa servidores que não tiverem uma experiência mínima de pelo menos um ano na função, assegurando conhecimento prévio sobre os processos de avaliação externa e apropriação dos resultados. É imprescindível que estejam envolvidos na disseminação e apropriação dos resultados das avaliações do SAEP, seja por meio de formações, acompanhamento pedagógico ou análise de dados educacionais. No caso de representantes das SMES, é importante que atuem em redes municipais que tenham participado das três últimas edições da Prova Paraná Mais (2022, 2023 e 2024), garantindo contato direto com os dados e processos avaliativos ao longo dos anos.

Os servidores participantes não poderão estar em férias ou afastados por qualquer tipo de licença.

3.8.2 Produção dos dados empíricos

A produção dos dados empíricos desta pesquisa foi realizada por meio de três instrumentos distintos e complementares: questionários estruturados aplicados aos técnicos pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação (NRES), questionários estruturados destinados aos técnicos das Secretarias Municipais de Educação (SMES) e entrevista semiestruturada realizada com a chefia do Núcleo de

Cooperação Pedagógica com os Municípios (NCPM) da SEED. A utilização de diferentes instrumentos buscou possibilitar a compreensão do fenômeno investigado a partir de múltiplas perspectivas institucionais, considerando tanto os processos de mediação e acompanhamento desenvolvidos pela SEED e pelos NRES quanto as formas de apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais no âmbito das redes municipais.

O questionário destinado aos técnicos pedagógicos dos NRES foi composto por 20 questões organizadas em quatro dimensões relacionadas à compreensão técnica da avaliação, às estratégias de disseminação dos resultados, aos processos de apropriação pedagógica e às práticas de monitoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas a partir da Prova Paraná Mais. A aplicação ocorreu entre os dias 1º e 11 de dezembro de 2025, por e-mail enviado aos técnicos pedagógicos dos 26 NRES selecionados a partir da amostra de municípios participantes da pesquisa. Participaram da investigação 52 técnicos pedagógicos, sendo dois profissionais por NRE, vinculados às demandas de avaliação externa e de cooperação pedagógica com os municípios. Importa destacar que 100% dos participantes selecionados responderam ao instrumento, mesmo considerando que o período de aplicação coincidiu com a semana de contingência da aplicação da Prova Paraná Mais de 2025, momento em que os técnicos ainda estavam envolvidos em ações relacionadas à logística, acompanhamento e fechamento dos sistemas de aplicação da avaliação.

O questionário destinado às SMES foi encaminhado aos 80 municípios selecionados para compor a amostra da pesquisa, por meio dos endereços eletrônicos institucionais das Secretarias Municipais de Educação ou dos e-mails dos técnicos pedagógicos responsáveis pela articulação com a SEED. O instrumento contemplou questões relacionadas à compreensão dos resultados da avaliação, às estratégias de disseminação dos dados, à utilização pedagógica das informações produzidas pela Prova Paraná Mais e aos mecanismos de monitoramento das ações desenvolvidas pelas redes municipais.

A coleta das respostas ocorreu em dois períodos distintos. Na primeira etapa, realizada entre os dias 6 e 16 de dezembro de 2025, foram obtidas 22 respostas. Considerando o número reduzido de participantes em relação à amostra inicialmente prevista, foi realizado novo envio do instrumento aos municípios que ainda não haviam respondido, com ampliação do prazo até o dia 22 de dezembro de 2025. Ao final do

período de aplicação, foram registradas 29 respostas, correspondentes a aproximadamente 36% dos municípios convidados a participar da pesquisa.

Ainda que o número de respondentes não seja representativo da amostra inicialmente prevista, a taxa de retorno obtida constitui elemento relevante para a análise, uma vez que evidencia aspectos relacionados às condições de comunicação, institucionais e operacionais das redes municipais para participação em processos investigativos dessa natureza. A baixa taxa de retorno das respostas do instrumento pode estar relacionada a fatores como a dinâmica de trabalho das equipes técnicas municipais, a sobrecarga de atividades associadas ao período de aplicação das avaliações externas e as diferentes formas de organização interna das Secretarias Municipais de Educação. Além disso, considera-se que o próprio nível de participação no instrumento pode dar indícios das condições de acompanhamento e apropriação dos resultados das avaliações externas nas redes municipais, especialmente no que se refere à existência de rotinas institucionais voltadas ao uso e à análise dos dados educacionais.

Complementando os dados produzidos pelos questionários, foi realizada entrevista semiestruturada com a chefe do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios, setor responsável pela articulação entre a SEED, os NRES e as redes municipais no desenvolvimento das ações relacionadas às avaliações externas e ao acompanhamento pedagógico dos municípios. A entrevista teve como objetivo compreender a visão estratégica e operacional do NCPM acerca dos processos de formação, disseminação, apropriação e monitoramento dos resultados da Prova Paraná Mais, possibilitando aprofundar e contextualizar aspectos identificados nos questionários aplicados aos técnicos dos NRES e das SMES.

3.8.3 Técnicas de análise dos dados

Os dados produzidos por meio dos questionários aplicados aos técnicos pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação (NRES), aos técnicos das Secretarias Municipais de Educação (SMES) e da entrevista semiestruturada realizada com a chefia do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios (NCPM) foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, na modalidade categorial, conforme proposta por Bardin (2011). A escolha dessa

abordagem metodológica fundamenta-se na possibilidade de compreender os sentidos atribuídos pelos participantes aos processos de divulgação, interpretação, utilização e acompanhamento dos resultados da Prova Paraná Mais no contexto das redes municipais do Paraná.

A operacionalização da análise ocorreu a partir de leitura exploratória do material empírico, seguida da organização dos dados em eixos analíticos construídos em consonância com os objetivos da pesquisa e com as dimensões investigadas nos instrumentos de coleta. Nos questionários, as alternativas de resposta foram consideradas como unidades de registro e os blocos temáticos dos instrumentos como indicadores das práticas institucionais relacionadas à apropriação dos resultados da avaliação. No caso da entrevista semiestruturada, a análise concentrou-se na identificação de evidências relacionadas aos processos de formação, disseminação, apropriação pedagógica e monitoramento das ações desenvolvidas junto às redes municipais.

Durante o processo analítico, observou-se que determinados aspectos investigados apresentavam caráter transversal, dialogando simultaneamente com mais de um eixo interpretativo. Elementos relacionados às estratégias de disseminação dos resultados, aos processos de mediação pedagógica, às práticas de acompanhamento e aos mecanismos de feedback institucional mostraram-se presentes em diferentes dimensões da análise, exigindo leitura articulada das evidências produzidas pelos distintos instrumentos de pesquisa. Nesse sentido, optou-se por evitar uma organização fragmentada por instrumento ou por bloco de questões, priorizando uma análise integrada dos dados empíricos.

Essa opção metodológica permitiu articular as evidências produzidas pelos diferentes sujeitos participantes da pesquisa, técnicos pedagógicos dos NRES, técnicos das SMES e chefia do NCPM, buscando identificar convergências, especificidades, tensões e limites relacionados aos processos de apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais pelas redes municipais. A análise integrada fundamenta-se na compreensão de que a utilização pedagógica dos resultados das avaliações externas envolve múltiplas instâncias institucionais e diferentes níveis de mediação, não podendo ser compreendida de forma isolada ou linear.

A partir dessa organização, a análise dos dados foi estruturada em quatro eixos analíticos centrais: capacidade técnica e formação para interpretação dos

resultados; estratégias de disseminação e mediação dos dados avaliativos; apropriação pedagógica dos resultados pelas redes municipais; e monitoramento, feedback e institucionalização do uso dos resultados das avaliações externas. Esses eixos orientam a interpretação articulada das evidências produzidas pelos questionários e pela entrevista, buscando compreender como as diferentes instâncias envolvidas no processo de avaliação percebem, utilizam e acompanham os resultados da Prova Paraná Mais no contexto das redes municipais do Paraná.

3.9 ANÁLISE INTEGRADA DOS DADOS EMPÍRICOS

A análise integrada dos dados empíricos foi organizada a partir da articulação entre as respostas dos técnicos pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação, dos técnicos das Secretarias Municipais de Educação e da entrevista realizada com a chefia do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios. Em vez de uma apresentação fragmentada por instrumento de pesquisa, optou-se por estruturar a análise em eixos temáticos integrados, buscando compreender de forma articulada as estratégias de disseminação, apropriação, acompanhamento e utilização dos resultados da Prova Paraná Mais pelas redes municipais do Paraná.

A organização da análise em eixos permitiu identificar convergências, especificidades e desafios relacionados aos processos de utilização pedagógica dos resultados das avaliações externas, considerando as diferentes instâncias institucionais envolvidas nesse processo. A seguir, apresentam-se os eixos analíticos construídos a partir das evidências produzidas pelos questionários e pela entrevista semiestruturada.

3.9.1 Capacidade técnica e formação para interpretação dos resultados

A análise das respostas dos técnicos dos NRES, das SMES e da entrevista realizada com a chefia do NCPM permite compreender as condições técnicas e formativas que sustentam o processo de interpretação e utilização dos resultados da Prova Paraná Mais nas redes municipais. Os dados evidenciam a existência de uma base técnica já consolidada em parte das instâncias envolvidas, ao mesmo tempo em que revelam desafios relacionados à compreensão da linguagem técnica das

avaliações externas, às diferenças observadas nas estratégias formativas e à necessidade de fortalecimento da autonomia das equipes na leitura pedagógica dos resultados.

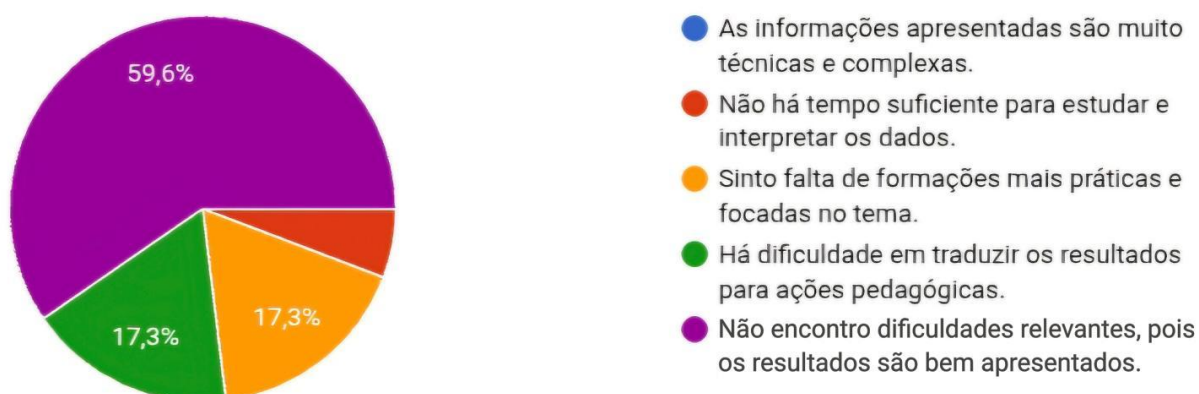
Gráfico 1 – Questionário NRES: Frequência de utilização dos recursos da Prova Paraná Mais nas atividades técnicas



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

No âmbito dos Núcleos Regionais de Educação, observa-se predominância de respostas que indicam utilização frequente dos recursos da Prova Paraná Mais nas atividades desenvolvidas pelos técnicos participantes da pesquisa. Considerando que esses profissionais atuam diretamente no acompanhamento das avaliações externas, na mediação dos resultados junto às redes municipais e no apoio às orientações pedagógicas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Educação, os dados sugerem que os instrumentos e informações disponibilizados pela avaliação já integram de maneira significativa a rotina técnica dos NRES, constituindo importante suporte para as ações de acompanhamento e mediação pedagógica junto às redes municipais.

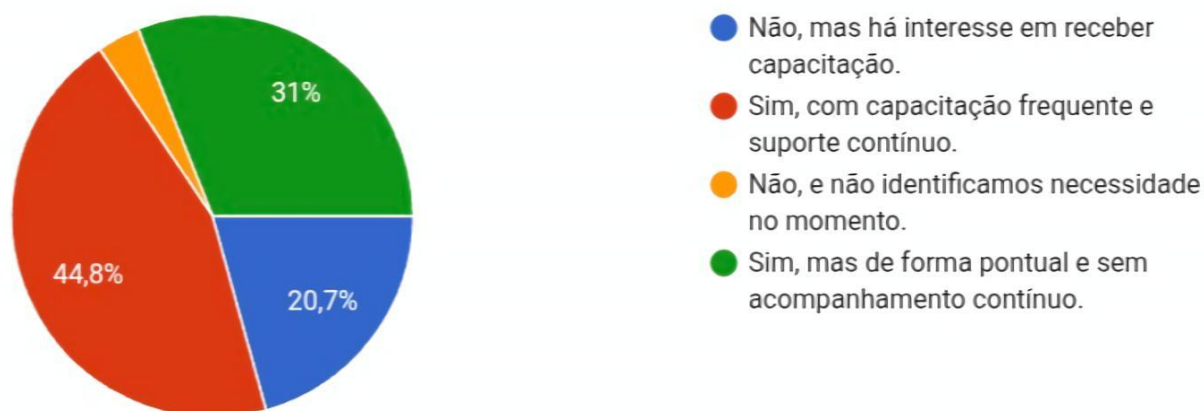
Gráfico 2 – Questionário NRES: Principais dificuldades na interpretação das escalas de proficiência



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Além da frequência de utilização dos recursos da avaliação, os dados também permitem compreender como os técnicos percebem suas condições de interpretação das matrizes de referência e das escalas de proficiência. Embora predominem respostas que indicam percepção positiva quanto à compreensão dos resultados apresentados pela Prova Paraná Mais, parte dos participantes aponta desafios relacionados ao tempo disponível para análise dos dados, à necessidade de formações mais aplicadas e à tradução das informações avaliativas em ações pedagógicas concretas. Esses aspectos sugerem que, ainda que exista uma base técnica consolidada entre os participantes, persistem demandas relacionadas ao aprofundamento das estratégias formativas e às condições institucionais que influenciam a utilização pedagógica dos resultados da avaliação.

Gráfico 3 – Questionário SMES: Existência de treinamento específico para interpretação dos relatórios e escalas de proficiência



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Situação semelhante aparece nas respostas dos técnicos das Secretarias Municipais de Educação. Em relação à capacitação das equipes para interpretação dos relatórios e das escalas de proficiência, os dados evidenciam diferentes níveis de institucionalização das ações formativas nas redes municipais participantes da pesquisa. Enquanto 44,8% dos respondentes indicam a realização de capacitações contínuas, sugerindo a existência de estratégias mais estruturadas de apoio à leitura pedagógica dos resultados, outros participantes apontam a ocorrência de formações apenas pontuais (31%) ou manifestam a necessidade de ampliação dessas oportunidades formativas (20,7%). Esse cenário evidencia a coexistência de diferentes condições de acompanhamento e formação entre os municípios, indicando que os processos de apoio à apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais ainda se desenvolvem de maneira desigual nas redes municipais analisadas.

As dificuldades relacionadas à interpretação da linguagem técnica das avaliações externas também aparecem na entrevista realizada com a chefe do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios. Segundo a entrevistada, muitos profissionais “têm dificuldade de entender o que é uma matriz, o que é um descritor e de onde eles saem” e, posteriormente, “não conseguem olhar para os descritores e relacionar com situações concretas de sala de aula”. A entrevistada destaca ainda que parte dos profissionais continua compreendendo as habilidades de maneira fragmentada e apresenta resistência ao uso pedagógico dos resultados das

avaliações externas, especialmente em razão da permanência de concepções mais tradicionais e punitivas sobre a avaliação.

Ao tratar das ações de formação desenvolvidas junto às redes municipais, a entrevistada destaca que os municípios apresentam condições bastante distintas de organização técnica e de utilização dos dados das avaliações externas, o que faz com que os processos de apropriação dos resultados ocorram em ritmos diferentes entre as redes. Segundo sua percepção, enquanto alguns municípios já desenvolvem rotinas mais estruturadas de análise pedagógica dos resultados, outros ainda dependem fortemente da mediação dos NRES e das formações promovidas pela SEED para compreender e utilizar as informações produzidas pela avaliação.

Gráfico 4 – Questionário SMES: Avaliação do nível de compreensão dos dados apresentados nos relatórios da Prova Paraná Mais



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Os dados relativos ao nível de compreensão dos relatórios reforçam essa percepção. Embora predominem avaliações moderadas (75,9%) ou elevadas (24,1%) quanto à compreensão das informações disponibilizadas pela Prova Paraná Mais, persistem diferenças entre as redes municipais no que se refere à autonomia das equipes para interpretação pedagógica dos dados. Os resultados sugerem, portanto, que a existência de ações formativas, por si só, não garante processos homogêneos de utilização pedagógica das informações avaliativas, evidenciando a importância da continuidade das estratégias de formação e acompanhamento técnico desenvolvidas junto às redes municipais.

De modo geral, os dados analisados indicam que as redes municipais e os Núcleos Regionais de Educação já dispõem de condições técnicas importantes para utilização dos resultados da Prova Paraná Mais no acompanhamento das aprendizagens e no planejamento das ações pedagógicas. Entretanto, persistem diferenças entre os municípios quanto à continuidade das estratégias formativas, à compreensão da linguagem técnica das avaliações externas e à autonomia das equipes para interpretação pedagógica dos resultados. Esses aspectos evidenciam a importância do fortalecimento de ações contínuas de formação e acompanhamento técnico voltadas à consolidação de uma cultura de utilização pedagógica dos dados educacionais.

3.9.2 Estratégias de disseminação e mediação dos resultados

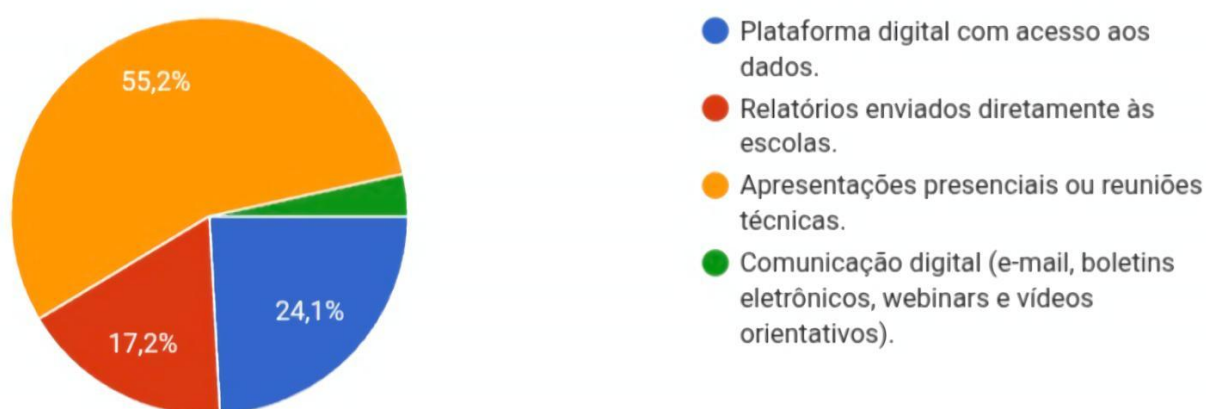
A análise das respostas dos técnicos dos Núcleos Regionais de Educação, das Secretarias Municipais de Educação e da entrevista realizada com a chefia do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios evidencia que a disseminação dos resultados da Prova Paraná Mais ocorre por meio de estratégias institucionais relativamente estruturadas, envolvendo diferentes canais de comunicação, ações formativas e espaços coletivos de orientação técnica. Entre os participantes das SMES, predominam referências às apresentações presenciais e reuniões técnicas como principais estratégias de divulgação dos resultados, enquanto os técnicos dos NRES destacam a realização de seminários, oficinas e formações continuadas como ações recorrentes de mediação junto às redes municipais. Esses elementos evidenciam a relevância das ações de mediação desenvolvidas pelos NRES e pela SEED na circulação e discussão das informações produzidas pela avaliação.

As respostas dos técnicos dos Núcleos Regionais de Educação indicam utilização de diferentes estratégias para divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais junto às redes municipais. Entre as ações mencionadas pelos participantes destacam-se reuniões técnicas, seminários, oficinas, formações continuadas e envio de relatórios pedagógicos, evidenciando a atuação dos NRES nos processos de mediação e circulação das informações produzidas pelas avaliações externas. Esses elementos indicam que os processos de disseminação dos resultados vêm ocorrendo

por meio de diferentes espaços de orientação e acompanhamento pedagógico junto às redes municipais.

A centralidade assumida pelos NRES nos processos de disseminação dos resultados também aparece nas respostas das Secretarias Municipais de Educação.

Gráfico 5 – Questionário SMES: Canais utilizados para divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Entre os técnicos das SMES participantes da pesquisa, predominam referências às apresentações presenciais e reuniões técnicas como principais estratégias de disseminação dos resultados da Prova Paraná Mais. Em contrapartida, formas de comunicação digital, como plataformas de monitoramento, webinars, boletins eletrônicos e vídeos orientativos, aparecem de maneira menos expressiva entre as respostas dos participantes. Esses elementos evidenciam a centralidade das estratégias presenciais na circulação e discussão dos dados das avaliações externas nas redes municipais, sugerindo que os processos de disseminação ainda se apoiam fortemente em espaços coletivos de orientação e acompanhamento técnico.

As evidências identificadas nos questionários também aparecem na entrevista realizada com a chefe do NCPM. Segundo a entrevistada, a divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais ocorre principalmente por meio da plataforma de monitoramento de resultados e do Seminário de Cooperação Pedagógica com os Municípios, espaço em que “socializamos o resultado do estado, o resultado das regionais e os resultados dos municípios”. A entrevistada destaca ainda que os processos de divulgação são realizados de maneira padronizada entre os municípios,

independentemente do porte das redes, indicando uma estratégia institucional voltada à ampliação do acesso às informações produzidas pela avaliação.

Gráfico 6 – Questionário SMES: Avaliação sobre clareza e acessibilidade dos materiais informativos da Prova Paraná Mais



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Os dados apresentados no gráfico indicam percepção predominantemente positiva sobre os materiais informativos disponibilizados às redes municipais, especialmente no que se refere à objetividade, organização e aplicabilidade das informações à prática escolar. Ao mesmo tempo, parte dos participantes aponta que os materiais ainda contêm informações técnicas que demandam explicações complementares, evidenciando que a compreensão e utilização pedagógica dos resultados continuam dependendo de processos de mediação técnica e formação continuada junto às redes municipais.

Esse aspecto também aparece na entrevista com a chefia do NCPM, especialmente quando a entrevistada destaca a necessidade de ampliar as ações de divulgação e formação ao longo de todo o ano letivo, de modo a consolidar o uso contínuo dos resultados como instrumento de planejamento pedagógico. Esses elementos reforçam a compreensão de que a simples disponibilização das informações avaliativas não garante, por si só, sua incorporação às práticas pedagógicas das redes municipais, evidenciando a importância dos processos contínuos de mediação técnica e acompanhamento institucional.

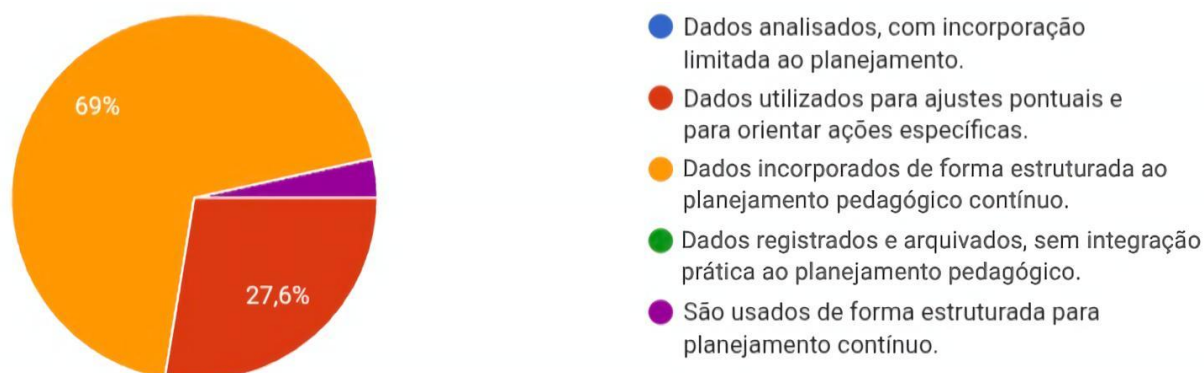
De modo geral, o conjunto de respostas evidencia que a disseminação dos resultados da Prova Paraná Mais ocorre por meio de diferentes estratégias de

divulgação e apoio técnico desenvolvidas pela SEED e pelos Núcleos Regionais de Educação junto às redes municipais. As respostas dos participantes destacam a realização de reuniões técnicas, seminários, formações e apresentações presenciais como espaços recorrentes de circulação e discussão das informações produzidas pela avaliação. Ao mesmo tempo, a menor incidência de referências ao uso das plataformas digitais e de outros meios de comunicação virtual sugere que os processos de divulgação e orientação ainda se apoiam fortemente em ações presenciais e em espaços coletivos de mediação pedagógica.

3.9.3 Apropriação pedagógica dos resultados pelas redes municipais

A análise integrada dos dados evidencia que os resultados da Prova Paraná Mais vêm sendo utilizados pelas redes municipais como referência para o planejamento pedagógico e para o acompanhamento das aprendizagens, como demonstrado a seguir a partir das respostas dos técnicos das SMES, dos NRES e da entrevista realizada com a chefia do NCPM. Entre os técnicos das Secretarias Municipais de Educação participantes da pesquisa, predomina a percepção de que os dados da avaliação são incorporados ao planejamento das redes, seja de forma estruturada, seja por meio de ações pedagógicas específicas desenvolvidas pelas escolas e pelas equipes técnicas municipais. Entretanto, as evidências também revelam que essa incorporação ocorre de maneira heterogênea entre os municípios, apresentando diferentes níveis de sistematização e integração às práticas pedagógicas desenvolvidas pelas redes.

Gráfico 7 – Questionário SMES: Utilização dos dados da Prova Paraná Mais no planejamento pedagógico



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

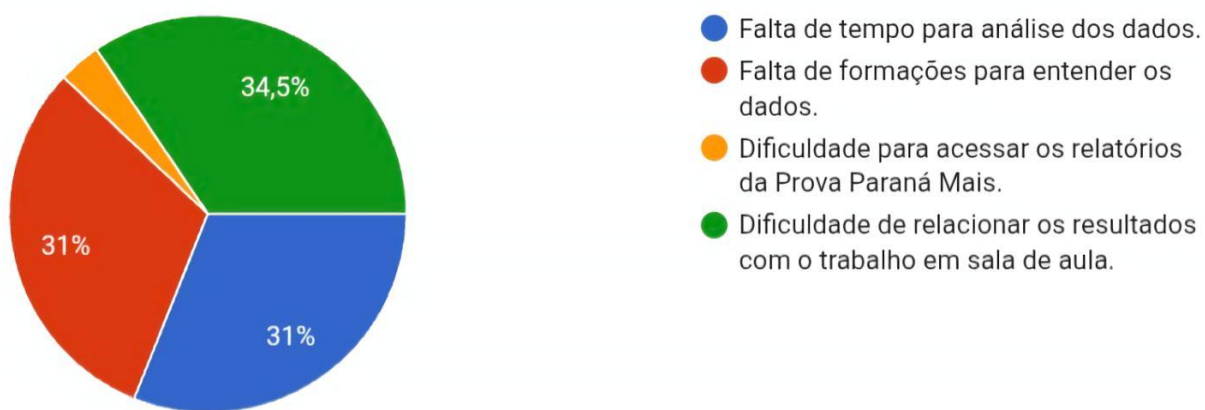
Entre os técnicos das SMES participantes da pesquisa, 69% indicaram que os dados da Prova Paraná Mais são incorporados de forma estruturada ao planejamento pedagógico das redes municipais, enquanto 27,6% afirmaram que as informações são utilizadas principalmente para ajustes pontuais e definição de ações específicas. Embora os resultados evidenciem presença significativa da avaliação no planejamento das redes, os dados também sugerem que a utilização pedagógica das informações ocorre de maneira heterogênea entre os municípios, coexistindo estratégias mais sistemáticas de utilização dos resultados com práticas mais pontuais voltadas ao acompanhamento das aprendizagens.

Essa aparente tensão entre a elevada incidência de utilização dos resultados no planejamento pedagógico e as dificuldades relatadas pelos próprios participantes para interpretação e transformação dos dados em ações concretas indica que a incorporação da avaliação às práticas pedagógicas nem sempre ocorre de forma aprofundada. Em muitos contextos, a presença da avaliação no planejamento parece associar-se à utilização dos resultados como referência para intervenções pedagógicas e ações de recomposição das aprendizagens, ainda que persistam desafios relacionados à sistematização de processos contínuos de análise pedagógica dos dados educacionais. Esses elementos sugerem que, embora os resultados da Prova Paraná Mais já estejam presentes no cotidiano das redes municipais, ainda existem diferenças importantes quanto à consolidação de rotinas

permanentes de reflexão pedagógica e acompanhamento das ações desenvolvidas a partir da avaliação.

A diversidade de práticas desenvolvidas pelas redes municipais também aparece na percepção dos técnicos dos NRES. Segundo os participantes, os resultados da avaliação vêm sendo utilizados pelas redes municipais em ações relacionadas ao acompanhamento das aprendizagens, à recomposição de habilidades identificadas como não consolidadas e ao desenvolvimento de orientações pedagógicas e formações junto aos professores. Ao mesmo tempo, aparecem de forma menos recorrente referências a ações voltadas à revisão curricular e à construção de rotinas contínuas de análise pedagógica dos resultados, sugerindo que, em muitos contextos, os dados ainda vêm sendo utilizados principalmente em ações voltadas ao acompanhamento das dificuldades de aprendizagem identificadas pela avaliação.

Gráfico 8 – Questionário SMES: Principais desafios para a apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Os desafios relacionados à apropriação pedagógica dos resultados também aparecem de forma significativa nas respostas das Secretarias Municipais de Educação. Entre os principais obstáculos apontados pelos participantes destacam-se a dificuldade de relacionar os resultados ao trabalho desenvolvido em sala de aula, a insuficiência de formações voltadas à interpretação dos dados e a limitação de tempo disponível para análise coletiva das informações produzidas pela avaliação. Esses elementos sugerem que a consolidação de práticas sistemáticas de utilização

pedagógica dos resultados ainda enfrenta barreiras relacionadas tanto às condições institucionais das redes quanto à própria cultura de uso das avaliações externas.

As evidências identificadas nos questionários convergem com aspectos destacados na entrevista realizada com a chefe do NCPM. Ao tratar das principais barreiras relacionadas à apropriação dos resultados pelas redes municipais, a entrevistada afirma que “a maior barreira encontrada é na autonomia para estudo, análise e tomada de decisões de forma autônoma. Boa parte olha ainda para resultado como dado e não como ponto de partida para novas ações”. Destaca também que muitas redes apresentam dificuldade de “trabalharem os dados com o coletivo da escola, socializando e principalmente pensando em ações estratégicas a partir deles”. Acrescenta, ainda, que, ao analisarem os resultados, muitas redes “ficam buscando justificativa para eles, buscando culpados e não vendo como possibilidade de mudança”.

Esses elementos reforçam a compreensão de que a simples disponibilização das informações avaliativas não garante, por si só, sua incorporação efetiva às práticas pedagógicas das redes municipais, evidenciando a importância dos processos contínuos de mediação técnica e acompanhamento institucional.

De modo geral, o conjunto de respostas analisadas indica que os resultados da Prova Paraná Mais vêm sendo incorporados às práticas de planejamento pedagógico das redes municipais, especialmente como instrumento de acompanhamento das aprendizagens e definição de ações voltadas à recomposição das habilidades não consolidadas pelos estudantes. Entretanto, persistem diferenças importantes entre os municípios quanto ao nível de sistematização dessas práticas, à capacidade de articulação entre os dados avaliativos e o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas e à consolidação de processos contínuos e coletivos de análise dos resultados educacionais. Esses aspectos evidenciam que o fortalecimento da apropriação pedagógica dos resultados depende não apenas do acesso às informações produzidas pela avaliação, mas também da consolidação de estratégias de análise, formação e acompanhamento pedagógico capazes de sustentar a utilização contínua dos dados educacionais pelas redes municipais.

3.9.4 Monitoramento, feedback e institucionalização do uso dos resultados

A análise integrada dos dados evidencia que, embora existam iniciativas de acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas a partir dos resultados da Prova Paraná Mais, os processos ainda apresentam diferentes níveis de institucionalização e permanecem, em muitos contextos, dependentes de ações pontuais conduzidas pelas SMES, pelos NRES e pela própria SEED. Notam-se avanços na construção de estratégias de acompanhamento das ações pedagógicas, mas também se identificam fragilidades relacionadas à continuidade dos processos de monitoramento, à sistematização dos mecanismos de feedback e à utilização de indicadores permanentes para avaliação dos impactos das ações implementadas pelas redes municipais.

Gráfico 9 – Questionário SMES: Monitoramento das ações pedagógicas baseadas nos resultados da Prova Paraná Mais

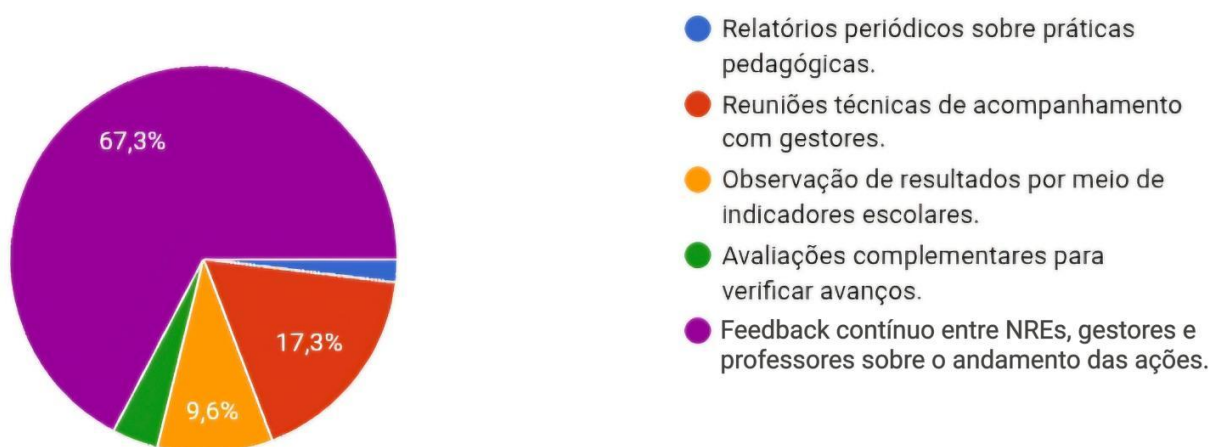


Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Entre os técnicos das Secretarias Municipais de Educação participantes da pesquisa, 55,2% afirmaram que as redes municipais realizam monitoramento contínuo das ações pedagógicas baseadas nos resultados da avaliação, utilizando indicadores e mecanismos permanentes de acompanhamento. Ao mesmo tempo, 41,4% indicaram que esse acompanhamento ocorre de forma mais informal e sem estrutura sistematizada. Esses resultados evidenciam a coexistência de diferentes níveis de institucionalização das estratégias de monitoramento entre os municípios participantes da pesquisa, indicando que, embora haja preocupação com o

acompanhamento das ações pedagógicas, persistem diferenças importantes quanto à sistematização das estratégias de acompanhamento e análise dos resultados educacionais.

Gráfico 10 – Questionário NRES: Mecanismos de monitoramento considerados mais efetivos pelos NRES



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A análise das respostas dos técnicos dos NRES indica que o acompanhamento das ações desenvolvidas pelas redes municipais se organiza, principalmente, por meio de reuniões técnicas, análise de relatórios pedagógicos e devolutivas junto às equipes municipais. Embora parte significativa dos participantes reconheça a existência de processos contínuos de feedback entre NRES, gestores municipais, escolas e professores, aparecem de forma menos recorrente referências a instrumentos permanentes de acompanhamento e a mecanismos sistemáticos de avaliação dos impactos pedagógicos das ações implementadas. Nesse contexto, os processos de monitoramento parecem concentrar-se em ações desenvolvidas em momentos específicos do calendário escolar ou vinculadas a reuniões e devolutivas pedagógicas.

Gráfico 11 – Questionário SMES: Formas de recolhimento e utilização do feedback sobre a Prova Paraná Mais



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

As respostas dadas pelas SMES reforçam essa percepção. A maior parte dos participantes indica que o feedback sobre os resultados da Prova Paraná Mais é recolhido principalmente de maneira informal, por meio de conversas, reuniões, contatos diretos e eventos pedagógicos, sem a existência de protocolos contínuos ou instrumentos sistemáticos de coleta e análise dessas informações. A incidência menos recorrente de mecanismos formais e estruturados de feedback sugere que os processos de acompanhamento das ações pedagógicas ainda dependem significativamente de relações interpessoais e iniciativas locais, apresentando limitações quanto à continuidade, ao registro institucional e à utilização sistemática das devolutivas produzidas pelas escolas e pelos professores.

Aspectos semelhantes aparecem na entrevista realizada com a chefe do NCPM. Segundo a entrevistada, o acompanhamento das ações relacionadas à Prova Paraná Mais ocorre principalmente por meio da atuação articulada entre SEED, NRES e municípios, utilizando reuniões técnicas, plataformas de monitoramento, análise de resultados e ações formativas desenvolvidas ao longo do ano letivo. Entretanto, a entrevistada reconhece que os processos de acompanhamento ainda apresentam desafios relacionados à continuidade das ações e à consolidação de rotinas permanentes de análise pedagógica dos resultados, especialmente em municípios com menor estrutura técnica ou com maior rotatividade das equipes pedagógicas.

Ao discutir os mecanismos de acompanhamento desenvolvidos pela SEED, a entrevistada destaca ainda que os dados produzidos pela avaliação nem sempre são acompanhados de processos contínuos de devolutiva e monitoramento das ações implementadas pelas redes municipais, o que limita a possibilidade de avaliação mais sistemática dos impactos pedagógicos decorrentes da utilização dos resultados. Esses elementos reforçam a compreensão de que a consolidação de uma cultura de uso pedagógico dos resultados depende não apenas da realização das avaliações externas, mas da institucionalização de processos permanentes de acompanhamento, feedback e formação continuada capazes de sustentar a utilização sistemática das informações produzidas pela avaliação.

De modo geral, as evidências analisadas indicam que as redes municipais e os Núcleos Regionais de Educação já desenvolvem estratégias de acompanhamento das ações pedagógicas relacionadas à Prova Paraná Mais, especialmente por meio de reuniões técnicas, devolutivas pedagógicas e ações formativas. Entretanto, persistem fragilidades relacionadas à institucionalização desses processos, à consolidação de indicadores contínuos de monitoramento e à construção de mecanismos sistemáticos de feedback capazes de subsidiar a avaliação dos impactos das ações implementadas pelas redes municipais. Esses aspectos evidenciam a necessidade de fortalecimento das estratégias de acompanhamento e mediação pedagógica desenvolvidas pelas diferentes instâncias envolvidas no processo avaliativo, especialmente no que se refere à consolidação de mecanismos sistemáticos de feedback e utilização pedagógica dos resultados das avaliações externas.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SAEP PELAS REDES MUNICIPAIS DO PARANÁ

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como ocorre o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) pelas redes municipais de ensino e identificar estratégias que possam contribuir para o fortalecimento do uso pedagógico desses dados educacionais, com foco nos resultados da avaliação de desempenho aplicada às redes municipais, a Prova Paraná Mais. A análise dos questionários aplicados aos técnicos dos Núcleos Regionais de Educação (NRES) e das Secretarias Municipais de Educação (SMES), bem como da entrevista realizada com a chefia do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios (NCPM), evidenciou que, embora existam estratégias institucionais consolidadas de divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais, persistem desafios relacionados à compreensão técnica das matrizes de referência e das escalas de proficiência, à sistematização das práticas de análise pedagógica dos dados no âmbito das redes municipais e à institucionalização de mecanismos contínuos de acompanhamento do uso desses resultados no planejamento educacional. Nesse contexto, torna-se necessário estruturar ações que fortaleçam a mediação pedagógica dos dados produzidos pelas avaliações externas, ampliando sua utilização como instrumento de apoio à tomada de decisão nas redes municipais de ensino.

A partir da análise integrada dos questionários aplicados aos técnicos dos NRES e das SMES, bem como da entrevista realizada com a chefia do NCPM, foi elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE) com propostas que têm por objetivo fortalecer a apropriação dos resultados das avaliações externas pelas redes municipais do Paraná.

Considerando esses elementos, o PAE proposto nesta dissertação estabelece uma articulação direta entre os achados produzidos pela investigação e as estratégias institucionais sugeridas para o fortalecimento da apropriação dos resultados das avaliações externas pelas redes municipais, conforme sintetizado no quadro a seguir.

Quadro 4 – Articulação entre achados empíricos da pesquisa e proposições do Plano de Ação Educacional

Achados empíricos identificados na pesquisa	Implicações analisadas	Ação proposta no PAE
Dificuldades na compreensão das matrizes de referência, descritores e escalas de proficiência pelas equipes pedagógicas municipais e escolares.	Evidenciam a necessidade de fortalecimento da formação técnica para leitura e interpretação dos resultados e de ampliação da autonomia técnico-pedagógica municipal.	Implementação da trilha formativa continuada para interpretação pedagógica dos resultados e do papel das avaliações externas no planejamento pedagógico.
Persistência de concepções tradicionais de avaliação associadas a funções classificatórias ou punitivas.	Indicam fragilidades na consolidação de uma cultura institucional de uso pedagógico dos resultados de avaliações externas.	Implementação da trilha formativa continuada para interpretação pedagógica e ressignificação do papel das avaliações externas no planejamento pedagógico.
Uso heterogêneo dos resultados da Prova Paraná Mais pelas redes municipais e dificuldades de sistematização coletiva dos dados no contexto escolar.	Apontam ausência de rotinas institucionais sistemáticas de análise pedagógica dos resultados e limitações na utilização colaborativa dos dados educacionais.	Institucionalização de ciclos municipais estruturados de análise pedagógica dos resultados.
Acompanhamento das redes municipais realizado de forma frequente pelos NRES, porém sem a presença de procedimentos institucionais para orientação e registros das ações de mediação pedagógica.	Evidenciam a necessidade de qualificação pedagógica e sistematização das ações de mediação regional das ações de mediação pedagógica do uso dos resultados.	Implementação de programa de mediação pedagógica do uso dos resultados da Prova Paraná Mais pelos NRES.
Existência de divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais, associada à necessidade institucional de estratégias contínuas de acompanhamento e utilização pedagógica das informações ao longo do ano letivo.	Indica a necessidade de estruturação de estratégias contínuas de monitoramento do uso pedagógico dos dados educacionais.	Implementação de mecanismos institucionais de monitoramento contínuo do uso dos resultados da Prova Paraná Mais.
Necessidade de materiais pedagógicos mais aplicáveis à prática docente apontada pelas equipes municipais.	Evidencia demanda por instrumentos de tradução pedagógica dos resultados das avaliações externas para o trabalho docente.	Produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos da Prova Paraná Mais.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Nota: O quadro apresenta a articulação entre os achados empíricos da pesquisa e as proposições estruturantes do Plano de Ação Educacional desenvolvido nesta dissertação.

4.1 ORGANIZAÇÃO GERAL DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

A partir da articulação entre evidências empíricas e proposições de intervenção, organizou-se o PAE em cinco eixos estratégicos complementares, orientados ao fortalecimento da apropriação pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais pelas redes municipais do Paraná. Embora estruturado a partir do contexto específico dessa avaliação, compreende-se que o conjunto de estratégias proposto poderá subsidiar também ações relacionadas às demais avaliações externas que compõem o SAEP. Os eixos apresentados contemplam ações institucionais a serem induzidas e articuladas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em cooperação com os Núcleos Regionais de Educação e as Secretarias Municipais de Educação, envolvendo formação técnica para interpretação dos resultados, mediação regional do uso dos dados educacionais, institucionalização de rotinas municipais de análise pedagógica, implementação de mecanismos contínuos de monitoramento e produção de materiais de apoio ao trabalho docente. Dessa forma, o PAE estrutura um conjunto integrado de estratégias voltadas ao fortalecimento da utilização pedagógica dos dados educacionais no contexto da cooperação entre as diferentes instâncias envolvidas. A estrutura geral do plano é apresentada no quadro-síntese a seguir.

Quadro 2 – Estrutura geral do Plano de Ação Educacional para o fortalecimento da apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais pelas redes municipais do Paraná

Eixo estratégico	Problema enfrentado	Objetivo da ação	Estratégia institucional	Instâncias envolvidas	Resultados esperados
Formação técnica para interpretação dos resultados.	Dificuldades na compreensão das matrizes de referência, descritores e escalas de proficiência	Ampliar a autonomia técnico-analítica das equipes pedagógicas municipais e escolares.	Implementação de trilha formativa continuada para leitura pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais.	SEED/CAV, NRES, SMES.	Ampliação da capacidade de interpretação pedagógica dos dados educacionais.
Mediação regional do uso dos dados educacionais.	Acompanhamento realizado pelos NRES sem a presença de procedimentos institucionalizados para orientação e registros das ações de mediação pedagógica entre as redes municipais.	Estruturar estratégias regionais de apoio à utilização pedagógica dos resultados.	Instituição de protocolo regional de acompanhamento da apropriação dos resultados.	NRES, SMES.	Fortalecimento da mediação regional no uso pedagógico dos dados.

Eixo estratégico	Problema enfrentado	Objetivo da ação	Estratégia institucional	Instâncias envolvidas	Resultados esperados
Institucionalização de rotinas municipais de análise pedagógica.	Uso heterogêneo dos resultados e dificuldades de socialização coletiva dos dados nas redes municipais.	Promover a institucionalização de práticas sistemáticas de análise pedagógica dos resultados.	Implementação de ciclos municipais estruturados de análise dos resultados das avaliações externas.	SMES, escolas, NRES.	Consolidação de rotinas institucionais de uso pedagógico dos resultados.
Monitoramento contínuo do uso dos resultados.	Fragilidade dos mecanismos de acompanhamento da utilização dos dados educacionais ao longo do ano letivo.	Estruturar fluxo institucional de monitoramento do uso pedagógico dos resultados.	Implementação de instrumentos de acompanhamento e devolutivas periódicas entre SEED, NRES e SMES.	SEED/CAV, NRES, SMES.	Fortalecimento da cultura de monitoramento baseada em evidências.
Produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos.	Necessidade de materiais de apoio para tradução pedagógica dos resultados da avaliação.	Apoiar o planejamento pedagógico a partir das habilidades prioritárias identificadas nas avaliações.	Elaboração de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos da Prova Paraná Mais.	SEED, NRES, SMES.	Ampliação do uso pedagógico dos resultados no planejamento docente.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

Nota: O quadro apresenta a organização dos eixos estratégicos e das ações estruturantes do Plano de Ação Educacional proposto nesta dissertação.

A definição das ações que compõem o PAE foi orientada pelos resultados da análise de conteúdo dos dados empíricos produzidos na pesquisa, realizada com base na técnica proposta por Bardin (2011), em articulação com referenciais teóricos que discutem o uso pedagógico de dados educacionais no contexto das avaliações externas em larga escala. Nesse sentido, as proposições apresentadas foram estruturadas a partir da identificação das principais fragilidades e potencialidades evidenciadas na análise dos dados empíricos produzidos na pesquisa. Além disso, a organização das ações dialoga com abordagens que enfatizam a construção de rotinas institucionais de análise e uso de dados educacionais para subsidiar o planejamento pedagógico, contribuindo para a consolidação de uma cultura de uso pedagógico das avaliações externas no contexto investigado.

Além dos referenciais que orientaram a análise dos dados empíricos e a definição das ações propostas, a organização do PAE dialoga com abordagens que estruturam o uso pedagógico de dados educacionais em contextos institucionais, especialmente o modelo Data Wise, desenvolvido por Boudett, City e Murnane (2020). Esse modelo propõe a organização de processos de melhoria educacional a partir de ciclos contínuos de uso de dados, estruturados em três momentos interdependentes: preparar, investigar e agir.

No contexto deste PAE, essas etapas são incorporadas como eixo estruturante da organização das ações propostas, permitindo compreender o plano não apenas como um conjunto de iniciativas pontuais, mas como um processo articulado de fortalecimento da cultura de uso pedagógico dos resultados das avaliações externas pelas redes municipais. A etapa de preparação envolve o fortalecimento das capacidades técnicas das equipes pedagógicas e a consolidação de condições institucionais para o uso qualificado dos dados educacionais, sendo contemplada pelas ações formativas e pelas estratégias de mediação regional propostas. A etapa de investigação refere-se à análise sistemática dos resultados da avaliação e à construção de rotinas institucionais de leitura pedagógica dos dados, operacionalizada por meio da institucionalização de ciclos municipais de análise dos resultados. Por sua vez, a etapa de ação diz respeito à implementação de estratégias pedagógicas orientadas pelos dados e ao acompanhamento contínuo das intervenções realizadas, sendo contemplada pelas ações voltadas ao monitoramento do uso dos resultados e à produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos.

Dessa forma, a incorporação do referencial proposto por Boudett, City e Murnane (2020), por meio do modelo Data Wise, contribui para conferir maior coerência interna ao PAE, ao articular suas diferentes ações em um ciclo contínuo de uso de dados educacionais, reforçando seu potencial de implementação no contexto da cooperação entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, os Núcleos Regionais de Educação e as Secretarias Municipais de Educação.

A relação entre as ações propostas no PAE e as etapas do ciclo de uso de dados do modelo Data Wise pode ser sintetizada conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 6 – Relação entre as ações do Plano de Ação Educacional e o ciclo de uso de dados do modelo Data Wise

Etapas do modelo Data Wise	Ações do Plano de Ação Educacional
Preparar	Ação 1 – Implementação de trilha formativa continuada para interpretação pedagógica e ressignificação do papel das avaliações externas no planejamento pedagógico; Ação 2 – Instituição de protocolo regional de mediação pedagógica do uso dos resultados da Prova Paraná Mais pelos NRES.
Investigar	Ação 3 – Institucionalização de ciclos municipais de análise pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais.
Agir	Ação 4 – Implementação de mecanismos institucionais de monitoramento contínuo do uso dos resultados da Prova Paraná Mais; Ação 5 – Produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos da Prova Paraná Mais.

Fonte: Elaborada pela autora com base no modelo Data Wise (Boudett; City; Murnane, 2020) e nas ações propostas no PAE (2026).

Nota: O quadro apresenta a articulação entre as ações do Plano de Ação Educacional e as etapas do ciclo de uso de dados proposto pelo modelo Data Wise.

Os eixos estratégicos apresentados no quadro-síntese estruturam o PAE como um conjunto integrado de ações voltadas ao fortalecimento da utilização pedagógica dos resultados das avaliações externas pelas redes municipais do Paraná. As ações propostas articulam dimensões formativas, estratégias de mediação regional e mecanismos institucionais de acompanhamento do uso dos dados educacionais, com o objetivo de ampliar a autonomia técnico-analítica das equipes pedagógicas municipais e consolidar rotinas sistemáticas de análise e monitoramento dos resultados no planejamento educacional. A seguir, apresentam-se as ações que

compõem cada eixo estratégico do PAE, detalhadas a partir de sua organização operacional.

4.1.1 Ação 1 – Implementação de trilha formativa continuada para interpretação pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais

A análise dos dados empíricos produzidos na pesquisa evidenciou que a compreensão das matrizes de referência, dos descritores e das escalas de proficiência da Prova Paraná Mais constitui um dos principais desafios para a ampliação da apropriação pedagógica dos resultados das avaliações externas pelas redes municipais de ensino. Os resultados dos questionários aplicados aos técnicos dos NRES e das SMES, bem como as contribuições da entrevista realizada com a chefia do NCPM, indicam que, embora existam estratégias institucionais de divulgação dos resultados, persistem dificuldades relacionadas à interpretação técnica das informações disponibilizadas, o que limita sua utilização sistemática no planejamento pedagógico.

Nesse contexto, propõe-se a implementação de uma trilha formativa continuada voltada à interpretação pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais, com o objetivo de fortalecer a autonomia técnico-analítica das equipes pedagógicas municipais e apoiar a incorporação dos dados educacionais aos processos de planejamento, acompanhamento e tomada de decisão no âmbito das redes municipais.

Quadro 7 – Ação 1: Implementação de trilha formativa continuada para interpretação pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais

Elemento	Descrição
What (O que será feito?)	Implementação de trilha formativa continuada voltada à interpretação pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais, com foco na leitura das matrizes de referência, descritores, escalas de proficiência e relatórios pedagógicos disponibilizados às redes municipais.
Why (Por que será feito?)	A pesquisa evidenciou dificuldades recorrentes na compreensão técnica dos instrumentos avaliativos e na tradução pedagógica dos resultados pelas equipes das redes municipais, o que limita a incorporação sistemática desses dados ao planejamento educacional.

Elemento	Descrição
Where (Onde será realizado?)	Em formato híbrido, por meio de encontros formativos regionais organizados pelos NRES e atividades síncronas e assíncronas disponibilizadas em ambiente virtual institucional da SEED.
When (Quando será realizado?)	Em três etapas articuladas ao ciclo anual da avaliação: (i) após a divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais; (ii) no período de planejamento pedagógico das redes municipais; (iii) em etapa intermediária de acompanhamento das ações pedagógicas decorrentes da análise dos resultados.
Who (Quem será responsável?)	SEED/CAV, em articulação com o NCPM e os técnicos dos NRES responsáveis pela cooperação com os municípios, com participação das equipes pedagógicas das SMES.
How (Como será realizado?)	Organização de trilha formativa estruturada em módulos temáticos: leitura das matrizes de referência; interpretação das escalas de proficiência; análise dos relatórios pedagógicos; identificação de habilidades prioritárias; e planejamento de intervenções pedagógicas orientadas por evidências. As atividades poderão incluir webinários, oficinas regionais e estudos orientados com uso de dados reais das redes participantes.
How much (Quanto custará?)	A implementação da ação demandará mobilização técnica e organizacional das equipes da SEED, dos NRES e das SMES, envolvendo reorganização das agendas formativas institucionais, planejamento pedagógico das formações, produção de materiais de apoio específicos para interpretação dos resultados da avaliação e acompanhamento das ações desenvolvidas pelas equipes participantes. Embora possa ser operacionalizada no âmbito das estruturas formativas já existentes, a ação requer articulação contínua entre as instâncias envolvidas para sua efetiva implementação.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

Nota: O quadro apresenta a organização operacional da ação proposta no âmbito do Plano de Ação Educacional, estruturada com base na ferramenta de planejamento 5W2H.

A implementação da trilha formativa continuada proposta neste eixo busca fortalecer a capacidade de interpretação pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais pelas equipes técnicas das redes municipais, contribuindo para ampliar a utilização qualificada dos dados educacionais nos processos de planejamento, acompanhamento e tomada de decisão no âmbito da gestão pedagógica. Ao favorecer a consolidação de conhecimentos relacionados às matrizes de referência, aos descritores e às escalas de proficiência, essa ação constitui uma condição estruturante para o avanço das demais estratégias previstas no Plano de Ação Educacional, especialmente aquelas voltadas à mediação regional do uso dos resultados e à institucionalização de rotinas municipais de análise pedagógica dos dados educacionais, apresentadas nas seções seguintes.

4.1.2 Ação 2 – Instituição de protocolo regional de mediação pedagógica do uso dos resultados da Prova Paraná Mais pelos NRES

A análise dos questionários aplicados aos técnicos dos NRES evidenciou que a mediação realizada pelas regionais junto às redes municipais constitui um elemento relevante no processo de disseminação e utilização dos resultados da Prova Paraná Mais, especialmente por meio da realização de reuniões técnicas, orientações pedagógicas e ações de acompanhamento das SMES. Os dados indicam, ainda, a existência de fluxos de feedback entre NRE, equipes municipais e escolas, o que demonstra o potencial dessas instâncias regionais para atuar como mediadoras do uso pedagógico dos resultados das avaliações externas. Entretanto, tais ações ainda ocorrem de forma heterogênea entre as regionais e, em muitos casos, sem a presença de referenciais institucionais comuns de acompanhamento. Nesse contexto, propõe-se a instituição de um protocolo regional de mediação pedagógica do uso dos resultados da Prova Paraná Mais, com o objetivo de fortalecer o papel dos NRES como instâncias intermediárias de apoio técnico às redes municipais e contribuir para a consolidação de estratégias mais sistemáticas de utilização dos dados educacionais no planejamento pedagógico.

Quadro 8 – Ação 2: Instituição de protocolo regional de mediação pedagógica do uso dos resultados da Prova Paraná Mais pelos NRES

Elemento	Descrição
What (O que será feito?)	Instituição de protocolo regional de mediação pedagógica para acompanhamento do uso dos resultados da Prova Paraná Mais pelas redes municipais, orientando a atuação dos NRES no apoio técnico às SMES e na articulação com as equipes escolares.
Why (Por que será feito?)	A pesquisa evidenciou que a mediação realizada pelos NRES constitui elemento relevante no processo de disseminação e utilização dos resultados da avaliação, com existência de fluxos de feedback entre NRE, SMES e escolas. Entretanto, tais ações ocorrem de forma heterogênea entre as regionais e sem referenciais institucionais comuns de acompanhamento, indicando a necessidade de sistematização dessas práticas.
Where (Onde será realizado?)	No âmbito da atuação regional dos NRES junto às SMES, em articulação com as equipes pedagógicas municipais e escolares das redes participantes da Prova Paraná Mais.
When (Quando será realizado?)	Ao longo do ciclo anual da avaliação, especialmente nos períodos posteriores à divulgação dos resultados, durante o planejamento pedagógico municipal e nas etapas intermediárias de acompanhamento das ações decorrentes da análise dos dados educacionais.

Elemento	Descrição
Who (Quem será responsável?)	SEED/CAV, em articulação com o NCPM e com os técnicos dos NRES responsáveis pela cooperação com os municípios.
How (Como será realizado?)	Elaboração e implementação de roteiro orientador para a mediação regional, contemplando: organização de reuniões técnicas com as SMES; apoio à interpretação pedagógica dos resultados; acompanhamento das estratégias definidas pelos municípios; sistematização dos fluxos de feedback entre NRES, SMES e escolas; e registro institucional das ações desenvolvidas no processo de utilização dos dados educacionais.
How much (Quanto custará?)	A implementação da ação demandará mobilização técnica e organizacional das equipes da SEED, dos NRES e das SMES para elaboração, validação e acompanhamento do protocolo regional de mediação pedagógica, envolvendo sistematização de fluxos institucionais, organização de reuniões técnicas, produção de materiais orientadores e acompanhamento das ações desenvolvidas junto às redes municipais. Embora possa ser operacionalizada no âmbito da estrutura de cooperação já existente entre as instâncias envolvidas, a ação requer articulação contínua e definição de procedimentos institucionais comuns para fortalecimento da mediação regional do uso dos resultados da avaliação.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

Nota: O quadro apresenta a organização operacional da ação proposta no âmbito do Plano de Ação Educacional.

A instituição de um protocolo regional de mediação pedagógica do uso dos resultados da Prova Paraná Mais contribui para fortalecer o papel dos NRES como instâncias estratégicas de articulação entre a SEED e as redes municipais no processo de utilização pedagógica das avaliações externas. Ao favorecer a sistematização dos fluxos de acompanhamento técnico e pedagógico já existentes entre NRES, SMES e escolas, essa ação amplia as condições institucionais para a consolidação de práticas colaborativas de análise e uso dos dados educacionais no âmbito das redes municipais. Nesse sentido, a mediação regional proposta constitui um elemento estruturante para o avanço das estratégias voltadas à institucionalização de rotinas municipais de análise pedagógica dos resultados, apresentadas na ação seguinte do Plano de Ação Educacional.

4.1.3 Ação 3 – Institucionalização de ciclos municipais de análise pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais

A análise dos dados empíricos evidenciou que, embora os resultados da Prova Paraná Mais sejam amplamente disponibilizados às redes municipais, sua utilização

no planejamento pedagógico ainda ocorre de forma heterogênea entre os municípios, com diferentes níveis de sistematização das práticas de análise coletiva das informações produzidas pelas avaliações externas. Os questionários aplicados às equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação indicam que a incorporação dos resultados aos processos de planejamento depende, em grande medida, da existência de espaços institucionais estruturados para leitura pedagógica dos dados e definição de estratégias de intervenção. Nesse contexto, propõe-se a institucionalização de ciclos municipais de análise pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais, inspirados em abordagens que enfatizam a construção de rotinas organizacionais de uso de dados educacionais para subsidiar o planejamento pedagógico, como o processo de melhoria orientado ao uso de evidências, sistematizado no modelo Data Wise (Boudett; City; Murnane, 2020), com o objetivo de apoiar a consolidação de práticas sistemáticas de utilização dos resultados da avaliação no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas pelas redes municipais.

Quadro 9 – Ação 3: Institucionalização de ciclos municipais de análise pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais

Elemento	Descrição
What (O que será feito?)	Institucionalização de ciclos municipais de análise pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais, envolvendo equipes técnicas das SMES e gestores escolares na leitura, interpretação e utilização dos dados educacionais.
Why (Por que será feito?)	A pesquisa evidenciou que o uso dos resultados da avaliação ocorre de forma heterogênea entre os municípios, com ausência, em parte das redes, de rotinas institucionais sistemáticas de análise pedagógica dos dados educacionais.
Where (Onde será realizado?)	No âmbito das SMES, com participação das equipes pedagógicas municipais e das unidades escolares das redes participantes da avaliação.
When (Quando será realizado?)	Semestralmente, em momentos articulados ao ciclo da avaliação e ao planejamento pedagógico das redes municipais, priorizando um encontro no semestre de divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais e outro destinado ao acompanhamento das estratégias pedagógicas implementadas a partir da análise dos dados educacionais.
Who (Quem será responsável?)	SMES, com apoio técnico dos NRES e articulação com a SEED/CAV e o NCPM.
How	Organização de encontros semestrais de análise pedagógica dos resultados, envolvendo equipes técnicas das SMES, gestores escolares e representantes

Elemento	Descrição
<i>(Como será realizado?)</i>	pedagógicos das unidades escolares, contemplando leitura coletiva dos relatórios da avaliação, identificação de habilidades prioritárias, definição de estratégias pedagógicas de intervenção, acompanhamento das ações implementadas e registro sistemático das decisões pedagógicas orientadas pelos dados educacionais, estruturados como rotinas institucionais de análise e uso de dados inspiradas no modelo Data Wise.
How much <i>(Quanto custará?)</i>	A implementação da ação demandará mobilização técnica e organizacional das equipes das SMES, em articulação com os NRES e a SEED, envolvendo organização de encontros periódicos de análise pedagógica dos resultados, definição de rotinas institucionais de leitura e acompanhamento dos dados educacionais, produção de materiais orientadores e sistematização dos encaminhamentos pedagógicos realizados pelas redes municipais. Embora possa ser desenvolvida no âmbito das estruturas de planejamento pedagógico já existentes, a ação requer tempo institucional e articulação contínua entre as equipes envolvidas para consolidação das rotinas de análise dos resultados da avaliação.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

Nota: O quadro apresenta a organização operacional da ação proposta no âmbito do Plano de Ação Educacional.

A institucionalização de ciclos municipais de análise pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais contribui para consolidar rotinas sistemáticas de utilização dos dados educacionais no planejamento das redes municipais, fortalecendo a articulação entre avaliação e tomada de decisão pedagógica no âmbito local. Ao estruturar espaços coletivos e periódicos de leitura, interpretação e acompanhamento dos resultados, inspirados em abordagens que enfatizam o uso organizacional de dados educacionais, como o modelo Data Wise, essa ação amplia as condições para a incorporação dos resultados das avaliações externas às práticas de gestão pedagógica das redes municipais. Nesse sentido, a consolidação dessas rotinas institucionais de análise dos dados educacionais articula-se diretamente à implementação de mecanismos contínuos de monitoramento do uso dos resultados, apresentados na ação seguinte do Plano de Ação Educacional.

4.1.4 Ação 4 – Implementação de mecanismos institucionais de monitoramento contínuo do uso dos resultados da Prova Paraná Mais

A análise dos dados empíricos evidenciou que, embora existam iniciativas de acompanhamento das ações pedagógicas desenvolvidas a partir dos resultados da Prova Paraná Mais, ainda são limitados os mecanismos institucionais sistemáticos voltados ao monitoramento contínuo do uso desses dados pelas redes municipais. Os

questionários aplicados aos técnicos dos Núcleos Regionais de Educação indicam que o acompanhamento ocorre, em grande parte, por meio de reuniões técnicas e análises pontuais de relatórios, sem a presença de instrumentos estruturados de registro, acompanhamento e devolutiva das ações desenvolvidas pelos municípios. Considerando esse contexto, propõe-se a implementação de mecanismos institucionais de monitoramento contínuo do uso dos resultados da Prova Paraná Mais, com a definição de instrumentos orientadores que possibilitem registrar, acompanhar e qualificar as estratégias pedagógicas desenvolvidas pelas redes municipais a partir dos dados educacionais, fortalecendo a cooperação entre a SEED, os NRES e as SMES.

Quadro 10 – Ação 4: Implementação de mecanismos institucionais de monitoramento contínuo do uso dos resultados da Prova Paraná Mais

Elemento	Descrição
What (O que será feito?)	Implementação de mecanismos institucionais de monitoramento contínuo do uso dos resultados da Prova Paraná Mais pelas redes municipais, com definição de fluxos sistemáticos de acompanhamento técnico entre SEED, NRES e SMES.
Why (Por que será feito?)	A pesquisa evidenciou fragilidades na sistematização dos processos de acompanhamento do uso pedagógico dos resultados, indicando a necessidade de instrumentos institucionais que permitam registrar, acompanhar e qualificar as ações desenvolvidas pelas redes municipais a partir da análise dos dados educacionais.
Where (Onde será realizado?)	No âmbito das ações de cooperação entre SEED, NRES e SMES, com acompanhamento das estratégias pedagógicas implementadas pelas redes municipais a partir dos resultados da avaliação.
When (Quando será realizado?)	Semestralmente, em articulação com o ciclo da avaliação e com o planejamento pedagógico das redes municipais, prevendo um momento de acompanhamento posterior à divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais e outro destinado ao monitoramento das estratégias pedagógicas implementadas pelas redes municipais a partir da análise dos dados educacionais.
Who (Quem será responsável?)	SEED/CAV, em articulação com o NCPM e com os técnicos dos NRES responsáveis pela cooperação com os municípios.
How (Como será realizado?)	Implementação do Protocolo de Monitoramento da Apropriação dos Resultados da Prova Paraná Mais pelas Redes Municipais, a ser preenchido semestralmente pelas equipes técnicas das SMES e acompanhado pelos NRES, contemplando registro das estratégias pedagógicas desenvolvidas, dificuldades identificadas e ações de acompanhamento implementadas pelas redes municipais. A ação envolverá, ainda, elaboração de formulário regional de devolutiva pedagógica pelos NRES, organização de reuniões técnicas semestrais entre SEED, NRES e SMES para análise das informações

Elemento	Descrição
	registradas e sistematização de registros institucionais compartilhados para acompanhamento contínuo das ações planejadas a partir dos resultados da avaliação.
How much (Quanto custará?)	A implementação da ação demandará mobilização técnica e organizacional das equipes da SEED, dos NRES e das SMES para elaboração e operacionalização de instrumentos institucionais de monitoramento do uso dos resultados da Prova Paraná Mais, envolvendo construção de protocolos de acompanhamento, sistematização de registros e devolutivas pedagógicas, organização de reuniões periódicas de monitoramento e acompanhamento contínuo das ações desenvolvidas pelas redes municipais. Embora possa ser articulada aos fluxos institucionais já existentes de cooperação entre as instâncias envolvidas, a ação requer definição de rotinas sistemáticas de acompanhamento e consolidação de mecanismos institucionais permanentes de monitoramento.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

Nota: O quadro apresenta a organização operacional da ação proposta no âmbito do Plano de Ação Educacional.

Como estratégia de operacionalização dos mecanismos institucionais de monitoramento contínuo do uso dos resultados da Prova Paraná Mais pelas redes municipais, propõe-se a utilização do Protocolo de Monitoramento da Apropriação dos Resultados da Prova Paraná Mais pelas Redes Municipais, apresentado no Apêndice X desta dissertação. O instrumento tem como objetivo subsidiar o registro sistemático das estratégias pedagógicas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Educação a partir da análise dos dados educacionais, bem como apoiar a atuação dos Núcleos Regionais de Educação no acompanhamento técnico das ações implementadas pelos municípios, favorecendo a organização de fluxos periódicos de devolutiva e monitoramento entre as instâncias envolvidas. Sua elaboração baseou-se nas dimensões analíticas que orientaram a pesquisa, compreensão técnica dos resultados, estratégias de disseminação, processos de apropriação pedagógica e mecanismos de acompanhamento das ações, contribuindo para a institucionalização de rotinas permanentes de utilização dos dados das avaliações externas no planejamento educacional das redes municipais.

A implementação de mecanismos institucionais de monitoramento contínuo do uso dos resultados da Prova Paraná Mais contribui para fortalecer a sustentabilidade das estratégias de utilização pedagógica dos dados educacionais no âmbito das redes municipais, favorecendo a consolidação de rotinas permanentes de acompanhamento das ações desenvolvidas a partir das avaliações externas. Ao estruturar fluxos sistemáticos de registro, devolutiva e acompanhamento entre SEED, NRES e SMES,

essa ação amplia as condições institucionais para a continuidade das práticas de análise e uso dos resultados pelas redes municipais, articulando-se à produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos da avaliação, apresentada na ação seguinte do Plano de Ação Educacional.

4.1.5 Ação 5 – Produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos da Prova Paraná Mais

A análise dos dados empíricos evidenciou que, embora os resultados da Prova Paraná Mais sejam disponibilizados de forma ampla às redes municipais por meio de relatórios pedagógicos e plataformas institucionais, persistem dificuldades relacionadas à tradução dessas informações em estratégias pedagógicas concretas no contexto das escolas. Os questionários aplicados às equipes técnicas das SMES indicam que a interpretação dos descritores e das habilidades avaliadas nem sempre se converte em orientações sistematizadas para o planejamento das ações pedagógicas, evidenciando a necessidade de materiais de apoio que favoreçam a utilização dos resultados da avaliação como instrumento de intervenção pedagógica. Nesse contexto, propõe-se a produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos da Prova Paraná Mais, com o objetivo de apoiar a atuação das equipes técnicas municipais e escolares na definição de estratégias de recomposição e aprofundamento das aprendizagens a partir dos resultados das avaliações externas.

Quadro 11 – Ação 5: Produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos da Prova Paraná Mais

Elemento	Descrição
What (O que será feito?)	Elaboração e disponibilização de materiais pedagógicos orientadores estruturados a partir dos descritores críticos identificados nos resultados da Prova Paraná Mais, destinados ao apoio das equipes técnicas das SMES e das unidades escolares.
Why (Por que será feito?)	A pesquisa evidenciou dificuldades na tradução pedagógica dos resultados da avaliação em estratégias de intervenção no contexto escolar, indicando a necessidade de materiais orientadores que apoiem a utilização dos descritores e das habilidades avaliadas no planejamento pedagógico.
Where (Onde será realizado?)	No âmbito das ações de cooperação entre SEED, NRES e SMES, com utilização dos materiais pelas equipes pedagógicas municipais e escolares das redes participantes da avaliação.

Elemento	Descrição
When (Quando será realizado?)	Após a divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais, com atualização periódica dos materiais conforme novas edições da avaliação e demandas identificadas no acompanhamento das redes municipais.
Who (Quem será responsável?)	SEED/CAV, em articulação com o NCPM e com apoio técnico dos NRES e das equipes pedagógicas municipais.
How (Como será realizado?)	Elaboração, pela SEED/CAV, de cadernos pedagógicos orientadores organizados por componente curricular e habilidades prioritárias da Prova Paraná Mais, com apoio técnico de NCPM/SEED, dos NRES e colaboração das equipes pedagógicas municipais. Os materiais deverão contemplar análise dos descritores críticos, sugestões de estratégias pedagógicas, orientações para planejamento de intervenções didáticas e propostas de acompanhamento das aprendizagens pelas redes municipais e unidades escolares, sendo disponibilizados em formato digital para utilização pelas equipes técnicas e pedagógicas.
How much (Quanto custará?)	A implementação da ação demandará mobilização técnica e pedagógica das equipes da SEED, dos NRES e das SMES para análise dos descritores críticos da avaliação, elaboração de materiais orientadores e sistematização de estratégias pedagógicas voltadas ao apoio das equipes escolares e municipais. A ação envolverá produção, organização e atualização periódica de materiais digitais de apoio à utilização pedagógica dos resultados da Prova Paraná Mais, podendo ser operacionalizada com base na estrutura técnica existente nas instâncias envolvidas, desde que articulada a processos contínuos de planejamento e acompanhamento pedagógico.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

Nota: O quadro apresenta a organização operacional da ação proposta no âmbito do Plano de Ação Educacional.

A produção de materiais pedagógicos orientados por descritores críticos da Prova Paraná Mais contribui para fortalecer a tradução pedagógica dos resultados das avaliações externas no contexto das redes municipais, favorecendo a articulação entre análise dos dados educacionais e definição de estratégias de intervenção nas escolas.

Considerando o relato apresentado durante a entrevista com a chefe do NCPM, na qual ela afirma que parte dos professores apresenta dificuldades em relacionar os dados resultantes das avaliações com situações concretas de sala de aula, ao apoiar a atuação das equipes técnicas municipais e escolares na utilização dos descritores como referência para o planejamento pedagógico, ampliam-se as condições para a consolidação de uma cultura institucional de uso pedagógico dos resultados das avaliações externas, em consonância com os objetivos do Plano de Ação Educacional proposto nesta dissertação.

A proposição do Plano de Ação Educacional apresentada neste capítulo constitui uma resposta às fragilidades identificadas no processo de apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais pelas redes municipais do Paraná, articulando estratégias voltadas ao fortalecimento da compreensão, da mediação regional, da institucionalização de rotinas de análise pedagógica e do monitoramento do uso dos dados educacionais. A partir desses elementos, apresentam-se, a seguir, as considerações finais da dissertação, nas quais são retomados os principais achados do estudo e discutidas suas implicações para o aprimoramento das estratégias de apoio à utilização pedagógica dos resultados das avaliações externas no âmbito da cooperação entre a SEED, os NRES e as SMES.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como ocorre o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) pelas redes municipais de ensino do Estado do Paraná, partindo da seguinte questão de pesquisa: quais ações podem ser realizadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) para apoiar as redes municipais no processo de apropriação dos resultados das avaliações estaduais em larga escala?

Ao longo do estudo, foi possível identificar que, embora o Estado do Paraná tenha ampliado significativamente a abrangência e a institucionalização das avaliações externas nos últimos anos, especialmente por meio da consolidação do SAEP e da Prova Paraná Mais, ainda persistem desafios importantes relacionados à utilização pedagógica dos resultados produzidos. A pesquisa evidenciou que a disponibilização de dados, por si só, não garante sua incorporação às práticas de planejamento e intervenção pedagógica, exigindo processos contínuos de formação, mediação institucional e construção de uma cultura de uso dos dados educacionais.

A análise documental, articulada aos referenciais teóricos e aos dados empíricos produzidos por meio da entrevista realizada com a chefe do Núcleo de Cooperação Pedagógica da SEED e dos questionários aplicados aos profissionais das Secretarias Municipais de Educação, dos Núcleos Regionais de Educação, permitiu ampliar a compreensão acerca das potencialidades e limitações existentes no processo de incorporação dos resultados das avaliações externas às práticas educacionais nas redes municipais paranaenses. Os dados indicaram que muitas redes reconhecem a relevância das avaliações em larga escala para o diagnóstico da aprendizagem e para o acompanhamento dos estudantes, porém ainda enfrentam dificuldades relacionadas à interpretação das escalas de proficiência, ao uso pedagógico dos indicadores e à institucionalização de rotinas sistemáticas de análise dos resultados.

Além disso, a pesquisa evidenciou que as ações desenvolvidas pela SEED ao longo dos últimos anos, como seminários de divulgação dos resultados, formações continuadas, cursos de desenvolvimento profissional e disponibilização de materiais técnicos e pedagógicos, representam avanços importantes no fortalecimento da cultura avaliativa no Estado. Entretanto, os dados também demonstraram que essas

ações ainda ocorrem de forma desigual entre as redes municipais e nem sempre conseguem se consolidar como práticas permanentes de acompanhamento pedagógico e tomada de decisão baseada em evidências.

Nesse sentido, o estudo reforça que a interpretação dos resultados das avaliações externas não pode ser compreendida apenas como um procedimento técnico, mas como uma prática institucional que envolve condições formativas, organização do trabalho pedagógico, mediação das equipes gestoras e construção coletiva de sentidos acerca da avaliação educacional. Tal compreensão dialoga com os referenciais discutidos ao longo da pesquisa, especialmente aqueles que defendem o uso pedagógico dos dados como instrumento de melhoria da aprendizagem e promoção da equidade educacional.

Os resultados da pesquisa ainda permitiram compreender que o fortalecimento da análise sistemática dos dados resultantes das avaliações externas demanda ações articuladas entre diferentes instâncias da gestão educacional. Nesse contexto, evidenciou-se a importância da atuação da SEED enquanto coordenadora das políticas avaliativas estaduais, dos Núcleos Regionais de Educação como mediadores entre a política educacional e os municípios, e das Secretarias Municipais de Educação na organização de práticas pedagógicas orientadas por evidências.

Ao mesmo tempo, os dados revelaram que a utilização pedagógica dos resultados ainda depende, em grande medida, de iniciativas individuais ou de experiências localizadas, o que demonstra a necessidade de institucionalização de processos mais estruturados de formação, acompanhamento e monitoramento do uso dos dados educacionais. Em diferentes respostas obtidas ao longo da pesquisa, observou-se que as dificuldades relacionadas à interpretação das escalas de proficiência, à compreensão dos descritores e à transformação dos resultados em ações pedagógicas concretas permanecem como obstáculos importantes para a consolidação de uma cultura de apropriação dos dados nas redes municipais.

Diante desse cenário, o Plano de Ação Educacional (PAE) proposto nesta pesquisa buscou apresentar estratégias voltadas ao fortalecimento da utilização dos resultados do SAEP pelas redes municipais do Paraná, considerando as fragilidades e necessidades identificadas durante o percurso investigativo. As ações propostas foram organizadas a partir de eixos complementares que envolvem formação continuada, mediação institucional, produção de materiais orientadores,

acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas pelas redes e fortalecimento das rotinas de análise pedagógica dos resultados.

Mais do que apresentar ações pontuais, o PAE foi estruturado na perspectiva de contribuir para a construção de processos permanentes de uso pedagógico dos dados educacionais, buscando aproximar as avaliações externas das práticas cotidianas das redes e das escolas. Sob essa perspectiva, compreende-se que a efetiva integração das evidências ao trabalho pedagógico depende não apenas da disponibilidade das informações, mas da existência de condições institucionais, formativas e organizacionais que favoreçam sua interpretação e utilização no planejamento pedagógico.

Além das contribuições para o campo acadêmico e para a gestão educacional, a realização desta pesquisa provocou importantes reflexões sobre a própria prática profissional da pesquisadora. A experiência de atuação na Coordenação de Avaliação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná possibilitou acompanhar, ao longo dos últimos anos, os avanços na consolidação do SAEP e na ampliação das avaliações externas no Estado, mas também evidenciou os desafios relacionados à transformação dos dados produzidos em ações efetivas de melhoria da aprendizagem.

O desenvolvimento deste estudo permitiu ampliar a compreensão acerca da complexidade envolvida nos processos de divulgação, interpretação e apropriação dos resultados educacionais, reforçando a percepção de que a avaliação externa somente cumpre plenamente sua função quando seus resultados são efetivamente incorporados às práticas pedagógicas e às decisões educacionais. Mais do que instrumentos de monitoramento, as avaliações podem constituir importantes ferramentas de promoção da equidade educacional, desde que utilizadas de forma crítica, contextualizada e articulada às necessidades reais das redes e das escolas.

Entre as limitações encontradas durante a realização da pesquisa, destaca-se a dificuldade de localizar registros institucionais sistematizados sobre as ações de divulgação, interpretação e integração pedagógica dos indicadores produzidos pelas avaliações externas realizadas pela SEED ao longo dos últimos anos. Embora muitas ações tenham sido efetivamente desenvolvidas, como formações, seminários, reuniões técnicas e produção de materiais orientadores, percebeu-se a ausência de mecanismos institucionais mais estruturados de monitoramento, registro e

acompanhamento dessas iniciativas, o que evidencia um dos desafios presentes na consolidação de uma política contínua de apropriação dos resultados.

Outra limitação relevante esteve relacionada à adesão das redes municipais à pesquisa, especialmente no processo de devolutiva dos questionários encaminhados às Secretarias Municipais de Educação. Os primeiros desafios iniciaram já na fase de levantamento dos contatos oficiais com as redes municipais, já que algumas não possuem páginas próprias dentro dos sites institucionais das prefeituras municipais nem endereços eletrônicos próprios, ou ainda estes estavam desatualizados, fato que foi constatado após contato com representantes das secretarias.

A dificuldade de participação de parte dos municípios acabou refletindo, de certa forma, os próprios desafios discutidos ao longo deste estudo no que se refere à centralidade ainda reduzida ocupada pelas avaliações externas em algumas redes de ensino. Por outro lado, destaca-se de maneira bastante positiva a participação dos Núcleos Regionais de Educação, que atingiu 100% de adesão entre os núcleos selecionados para a pesquisa, demonstrando o envolvimento e o interesse desses profissionais na discussão acerca do uso pedagógico dos resultados educacionais.

Os dados produzidos ao longo da investigação ainda permitiram tensionar algumas percepções iniciais da pesquisadora. Embora já houvesse a compreensão de que o uso pedagógico dos resultados das avaliações externas ocorria de maneira pouco sistemática em parte das redes municipais, esperava-se identificar práticas mais consolidadas de utilização dos dados, especialmente em municípios que apresentaram resultados mais elevados de aprendizagem. Entretanto, a pesquisa evidenciou que bons indicadores educacionais nem sempre estão acompanhados de processos institucionalizados de análise e apropriação dos resultados, revelando que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a consolidação de uma cultura avaliativa mais estruturada e permanente nas redes públicas de ensino.

Os resultados da pesquisa reforçam a compreensão de que o Paraná avançou significativamente na implementação e consolidação das avaliações externas em larga escala, ampliando cobertura, participação e capacidade técnica do sistema avaliativo. Contudo, os desafios atuais já não se concentram apenas na aplicação das avaliações, mas principalmente na capacidade das redes de ensino de utilizarem os resultados produzidos de maneira contínua, crítica e articulada ao planejamento

pedagógico, à revisão das práticas educacionais, à formulação de políticas públicas e, inclusive, à reflexão sobre os próprios currículos.

A consolidação de uma cultura avaliativa efetivamente comprometida com a melhoria da aprendizagem exige que os resultados das avaliações externas deixem de ocupar um lugar periférico ou pontual nas redes de ensino e passem a integrar as rotinas institucionais de acompanhamento pedagógico e tomada de decisão. Para isso, torna-se fundamental aprofundar as estratégias de divulgação, formação e utilização pedagógica das informações, garantindo que gestores, técnicos e professores tenham condições de interpretar os dados produzidos e transformá-los em ações concretas voltadas à promoção da aprendizagem e da equidade educacional.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar as discussões sobre o uso pedagógico das avaliações externas no contexto das redes municipais de ensino, fortalecendo a compreensão de que a avaliação educacional somente cumpre plenamente sua função quando seus resultados são apropriados de forma crítica, contextualizada e comprometida com a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Mais do que produzir indicadores, avaliar implica assumir um compromisso permanente com a aprendizagem dos estudantes e com a construção de uma educação pública mais equitativa. Nesse percurso, compreender os limites e as potencialidades das avaliações externas significa reconhecer que os dados somente ganham sentido quando mobilizam reflexões, revisões de práticas e ações concretas capazes de transformar a realidade educacional. Assim, fortalecer os processos de apropriação dos resultados do SAEP pelas redes municipais do Paraná representa não apenas um desafio técnico ou gerencial, mas sobretudo um compromisso coletivo com a garantia do direito à aprendizagem e com a melhoria das oportunidades educacionais oferecidas a todos os estudantes paranaenses.

REFERÊNCIAS

BALENA, E. T. **O Sistema de Avaliação do Estado do Paraná**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

BAUER, A. Uso dos resultados do Saresp e formação de professores: a visão dos níveis centrais. In: BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. (org.). **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2015. p. 381–386.

BONAMINO, A.; ALAVARSE, O. M.; ANDRADE, C. Y. de. Avaliação educacional: política, ética e responsabilidade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 66, p. 309–322, 2010.

BOUDETT, K. P.; CITY, E. A.; MURNANE, R. J. **Data Wise: guia para o uso de evidências na educação**. [S.l.: s.n.], 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, ano 160, n. 110, p. 3, 13 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 249**, de 23 de agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 351, de 4 de agosto de 2023. Estabelece diretrizes e orientações para que os sistemas estaduais de avaliação estejam organizados de forma complementar ao Saeb. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, n. 148, p. 54, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-351-de-4-de-agosto-de-2023-%20501180278>. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. **Resolução n.º 01**, de 24 de julho de 2022. Comissão Intergovernamental do Fundeb.

BROOKE, N. Equidade. In: BROOKE, N. (org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012. p. 395.

BROOKE, N.; CUNHA, M. A. Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. In: BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. (org.). **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2015. p. 359–364.

BROOKE, Nigel; REZENDE, Wagner Silveira. **Avaliação externa: novos sujeitos, novas finalidades**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

BURGOS, Marcelo Tadeu Baumann; BELLATO, Caíque Cunha. **Gerencialismo e pós-gerencialismo: em busca de uma nova imaginação para as políticas educacionais no Brasil**. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 919-943, set./dez. 2019. DOI: 10.1590/2238-38752019v939. Disponível em: SciELO. Acesso em: 2 nov. 2025.

CAED – Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Formação online: Desenvolvimento Profissional – Análise e Apropriação dos Resultados da Prova Paraná Mais 2024**. Juiz de Fora, MG: [s.n.], [s.d.]. Material interno.

CAED – Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Nota Técnica: Índice de Desempenho Escolar do Paraná – IDEPR**. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019. Disponível em: <https://avaliacaoemontoramentoparana.caeddigital.net/resources/arquivos/biblioteca/NOTA%20TECNICA%20IDEPR.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CAED – Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Avaliação e Monitoramento Paraná**. Juiz de Fora: CAEd. Disponível em: <https://avaliacaoemontoramentoparana.caeddigital.net/#!/colecões>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CAED – Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Sumário Executivo do SAEP. **Revista Web do Programa de Avaliação Educacional**, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: https://prototipos.caeddigital.net/arquivos/pr/colecões/2012/revistaweb_pr_saep_sumarioexecutivo_130919.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

CAED – Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Sumário Executivo do SAEP**. Juiz de Fora: CAEd, 2013. Disponível em: <https://prototipos.caeddigital.net/arquivos/pr/colecões/2013/SAEP%20RS%20RE.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CAED – Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Sumário Executivo do SAEP**. Juiz de Fora: CAEd, 2017. Disponível em: <https://prototipos.caeddigital.net/arquivos/pr/colecões/2017/PR%20SAEP%202017%20SE%20C01.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CAED – Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Sumário Executivo do SAEP**. Juiz de Fora: CAEd, 2018. Disponível em:

<https://prototipos.caeddigital.net/arquivos/pr/colecoes/2018/PR%20SAEP%202018%20SE%20WEB.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CALDERÓN, A.; BORGES, R. M. **Avaliação em larga escala na Educação Básica: usos e tensões teórico-metodológicos**. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 28-58, 2020.

CASTRO, M. H. G. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. In: BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. (org.). **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2015.

CASTRO, M. H. G. O Saeb e a agenda de reformas educacionais: 1995 a 2002. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 85–98, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3117>>. Acesso em: 2 maio 2025.

CÁSSIO, F.; GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; OLIVEIRA, R. P. Avaliação e políticas públicas: limites e possibilidades. **Em Aberto**, v. 32, n. 107, p. 25–45, 2019. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3165>. Acesso em: 7 jun. 2025.

FONTANIVE, N. S. A divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 78, p. 331–354, abr./jun. 2013

FORTALEZA, D. C. S. **O processo de apropriação dos resultados do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís por meio do engajamento dos gestores escolares**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2021/12/De%CC%81bora-Fortaleza-revisa%CC%83o-final-30-11.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FOZ DO IGUAÇU. **Alunos do 5.º ano da Rede Municipal participam da Prova Paraná Mais**. Foz do Iguaçu, 2024. Disponível em: <https://www5.pmf.foz.gov.br/noticia.php?id=51040>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GOMES, C. A. O tema da avaliação educacional na Constituinte de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 53-69, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/263>>. Acesso em: 2 maio 2025.

IIJIMA, M. H. W. **A influência do Banco Mundial no Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2021. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5993/5/Mayara_lijima2021.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

LOCATELLI, I. Construção de Instrumentos para a Avaliação de Larga Escala e Indicadores de Rendimento: o modelo SAEB1. In: BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. (org.). **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2015. p. 177–180.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014.

MAIA, Maurício Holanda. Regime de colaboração no PNE: antecedentes, propostas, perspectivas e desafios. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. p. 305-311.

MARQUES, Fernanda Castro. Regime de colaboração na educação. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2021. Disponível em: <https://educacao.novaescola.org.br>. Acesso em: 18 out. 2025.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 1044–1066, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC>. Acesso em: 4 mar. 2025.

MORRETES. **Educação municipal realiza aplicação da Prova Paraná Diagnóstica**. Morretes, 2025. Disponível em: <https://www.morretes.pr.gov.br/noticiasView/1513_escolas-de-morretes-participam-da-primeira-edicao-da-prova-parana-diagnostica-de-2025.html>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MUNIZ, S. M.; MUNIZ, R. F.; BRAGA, A. E. Do Consenso de Washington às avaliações em larga escala no Brasil: trajetória e reflexões. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8496/6848>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MURILLO TORRECILLA, F. Javier. La investigación en eficacia escolar y mejora de la escuela como motor para el incremento de la calidad educativa en Iberoamérica. **REICE: Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, v. 3, n. 2, 2005.

NETO, J. L. H. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 42, p. 13, abr. 2007.

NUNES, C. Apropriação dos resultados da avaliação: desafios à construção de uma cultura de avaliação nas escolas. In: HOFFMANN, J.; DOURADO, L. F. (org.). **Políticas de avaliação educacional e suas interfaces com a gestão pedagógica**. Campinas: Mercado de Letras, 2018. p. 161–176.

OECD. Equity and Quality in Education: Supporting Disadvantaged Students and Schools. Paris: OECD Publishing, 2012.

OLIVEIRA, R. P. de; CÁSSIO, F.; BARRETO, E. S. S. A produção e a apropriação dos resultados das avaliações externas em larga escala. **Em Aberto**, v. 32, n. 107, p. 99–115, 2019. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3169>. Acesso em: 7 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto n.º 2.435, de 7 de junho de 2023. Regulamenta a Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, PR, 7 jun. 2023 Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=297641&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.7.2023.8.2.27.251>. Acesso em: 18 maio 2025.

PARANÁ. Lei n.º 18.492, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Paraná – PEE-PR e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná: seção 1**, Curitiba, PR, 25 jun. 2015. Disponível em: https://www.alep.pr.gov.br/uploads/leis/documento/1466407773_511011922.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

PARANÁ. **Plano Estadual de Educação – PEE/PR: 2015–2025**. Curitiba: SEED, 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Aprova Paraná Universidades**. Curitiba: SEED-PR, 2024a. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/aprova_parana_universidades. Acesso em: 20 abr. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Competências da Secretaria de Estado da Educação**. Curitiba: SEED-PR, 2024b. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/secretaria_educacao. Acesso em: 29 jun. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Formação Continuada**. Curitiba: SEED-PR, 2024c. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/municipios/educa_juntos/formacao_continuada. Acesso em: 29 jun. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Municípios**. Curitiba: SEED-PR, 2024d. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Municipios>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Núcleos Regionais de Educação**. Curitiba, 2024e. Disponível em: <http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=112>. Acesso em: 7 jun. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Prova Paraná Mais**. Curitiba: SEED-PR, 2024f. Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br/programa/prova-parana-mais>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **SAEP – Prova Paraná Mais – 2024: Revista da Rede**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3, 2024g. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2024. Disponível em: https://prototipos.caeddigital.net/arquivos/pr/colecoes/2024/SAEP_2024_RR_Web.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Formadores em Ação Municípios**. Curitiba: SEED-PR, 2025a. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/municipios/educa-juntos/formacao-continuada/formadores-acao-municipios>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PARANÁ. **Estado premiará 300 escolas municipais com os melhores índices de alfabetização**. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 19 mar. 2025b. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Estado-premiara-300-escolas-municipais-com-os-melhores-indices-de-alfabetizacao>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática. **Anais do ENEM 2016: XVII Encontro Nacional de Educação Matemática**. São Paulo: SBEM, 2016. Disponível em: https://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/5297_2751_ID.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

SILVESTRE, M. J.; FIALHO, I.; CID, M. **Efeitos da avaliação externa das escolas nos resultados escolares e na qualidade do serviço educativo prestado**. In: FIALHO, Isabel et al. (org.). *Políticas educativas, eficácia e melhoria das escolas*. Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia – Universidade de Évora (CIEP-UE), 2014.

SOARES, J. F. A avaliação da educação básica no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 88, p. 351–368, jul./set. 2015.

SOARES, S. Avaliação educacional como instrumento pedagógico. In: BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. (org.). **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2015. p. 350–353.

SOUSA, S. M. Z. L. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.264-283.

SOUSA, S. K; OLIVEIRA, R. P. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 793-822, 2010. Biblioteca Digital da Produção Intelectual – BDPI, Universidade de São Paulo.

UMUARAMA. **Secretaria de Educação inicia aplicação da Avaliação de Fluência Leitora**. Umuarama, 2025. Disponível em: <https://umuarama.pr.gov.br/noticias/educacao/secretaria-de-educacao-inicia-aplicacao-da-avaliacao-de-fluencia-leitora>. Acesso em: 26 jun. 2025.

VIANNA, H. **Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas**. São Paulo: FCC, 2003.

VIANNA, H. M. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, nº 18, jul./dez. 2003.

ZÁTTERA, P. O SAEP – Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná: objetivos, metodologia e concepções de linguagem e de leitura. **Revista Práticas de Linguagem**, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/praticasdelinguagem/article/view/28332>. Acesso em: 28 abr. 2024.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA A CHEFE DO NÚCLEO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM OS MUNICÍPIOS (NCPM)

O objetivo principal da entrevista é compreender a visão estratégica e operacional da chefe do NCPM sobre o impacto, monitoramento e apropriação dos resultados das avaliações externas realizadas pelo SAEP, em especial da Prova Paraná Mais, nas redes municipais. As perguntas entre parênteses foram pensadas para a necessidade de obter uma resposta mais completa do entrevistado.

Dimensão 1 – Compreensão e Conhecimento Técnico

1. Como o NCPM organiza e acompanha os processos de formação e orientação técnica destinados aos profissionais do NCPM e dos NREs quanto aos procedimentos e metodologias da Prova Paraná Mais?

(Você pode citar exemplos de formações, encontros técnicos ou materiais utilizados para essa capacitação?)

2. Quais desafios são encontrados na interpretação dos descritores e das escalas de proficiência?

(Como esses desafios são superados na prática?)

3. Como os recursos avaliativos da Prova Paraná Mais (escala de proficiência, relatórios pedagógicos, plataforma digital de monitoramento, materiais de apoio e indicadores de aprendizagem) são apresentados e trabalhados com os profissionais das redes municipais?

(Quais estratégias têm sido mais eficazes para garantir a compreensão e aplicação desses recursos na prática escolar?)

Dimensão 2 – Divulgação e Disseminação dos Resultados

4. Quais são os principais métodos e canais utilizados pelo NCPM para a divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais para as redes municipais?

Considerando que a participação das redes municipais nessas ações é percebida como variável, que estratégias o NCPM adota — ou poderia adotar — para ampliar o engajamento dos municípios?

(Há alguma estratégia que se destaque como mais eficaz?)

5. Como você avalia a clareza e a acessibilidade dos materiais divulgados (relatórios, reuniões, webinars etc.)?

(Quais melhorias poderiam ser implementadas para aprimorar essa divulgação?)

Dimensão 3 – Apropriação dos Resultados pelas Redes Municipais

6. De que maneira o NCPM estimula a incorporação dos dados da Prova Paraná Mais no planejamento pedagógico das escolas?

(Você pode dar exemplos de ações que resultaram em mudanças significativas?)

7. Quais barreiras você identifica que dificultam a apropriação dos resultados por parte dos gestores e professores das redes municipais, especialmente no que se refere à sistematização do uso dos dados no planejamento pedagógico?

(Existem iniciativas em curso para superar essas barreiras?)

Dimensão 4 – Impacto e Monitoramento

8. As redes municipais utilizam os resultados da Prova Paraná Mais para subsidiar a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem?

(Se sim, de que forma esse uso é feito? Você observa impactos tanto na prática pedagógica quanto na gestão educacional dos municípios?)

9. O NCPM acompanha de alguma forma a implementação das ações baseadas nos resultados das avaliações?

De que maneira o NCPM articula o acompanhamento das ações realizadas pelos NRES e pelas redes municipais a partir dos resultados da Prova Paraná Mais?

(Caso positivo, quais indicadores ou ferramentas são utilizados para esse monitoramento? Caso negativo, há alguma estratégia prevista para esse acompanhamento?)

10. Como o feedback dos municípios e escolas é considerado no processo de revisão e aprimoramento das ações do Núcleo?

(Existe um canal formal de comunicação para esse fim? Como ocorre o encaminhamento dessas sugestões?)

Sustentabilidade e Perspectivas Futuras

11. Quais estratégias você sugere para assegurar a continuidade e a sustentabilidade das ações de divulgação e apropriação dos resultados a longo prazo, considerando as diferentes realidades das redes municipais?

(Há propostas de inovação ou ampliação das parcerias entre os órgãos envolvidos?)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA TÉCNICOS PEDAGÓGICOS DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO (NRES)

O objetivo do questionário direcionado aos técnicos dos NRES é coletar informações detalhadas sobre as ações de divulgação e apropriação dos resultados das avaliações externas realizadas pelo SAEP, em especial da Prova Paraná Mais.

Dimensão 1 – Compreensão e Conhecimento Técnico

1. Com que frequência você utiliza os recursos da Prova Paraná Mais em suas atividades?

(Consideram-se recursos a escala de proficiência, os relatórios pedagógicos, a plataforma digital de monitoramento, os materiais de apoio e os indicadores de aprendizagem.)

() Nunca, pois considero que esses recursos não se aplicam diretamente ao meu trabalho.

() Raramente, apenas em ocasiões específicas quando solicitado.

() Algumas vezes, especialmente para auxiliar em análises pontuais.

() Frequentemente, pois são uma parte importante do meu planejamento técnico.

() Sempre, como referência principal para ações pedagógicas e orientações.

2. Quão confiante você se sente ao interpretar os descritores das matrizes de referência da Prova Paraná Mais?

() Tenho pouca familiaridade com os descritores e sinto dificuldades.

() Tenho um conhecimento básico, mas encontro desafios ao aplicá-los.

() Tenho boa compreensão, mas recorro a materiais complementares para apoio.

() Tenho segurança na interpretação e raramente encontro dificuldades.

() Tenho total domínio e uso os descritores frequentemente para orientar práticas.

3. Qual é a principal dificuldade que você enfrenta ao interpretar os resultados das escalas de proficiência?
- () As informações apresentadas são muito técnicas e complexas.
 - () Não há tempo suficiente para estudar e interpretar os dados.
 - () Sinto falta de formações mais práticas e focadas no tema.
 - () Há dificuldade em traduzir os resultados para ações pedagógicas.
 - () Não encontro dificuldades relevantes, pois os resultados são bem apresentados.
4. Como você avalia a qualidade das formações oferecidas pela SEED para a interpretação dos dados das avaliações?
- () Têm pouca utilidade pois os resultados não atendem às necessidades práticas do trabalho.
 - () São superficiais e abordam poucos aspectos técnicos.
 - () Oferecem informações úteis, mas poderiam ser mais aprofundadas.
 - () São bem estruturadas e ajudam a interpretar e aplicar os resultados.
 - () Superam as expectativas, fornecendo todas as ferramentas necessárias.
5. Em que medida os conteúdos das formações técnicas oferecidas são aplicáveis ao seu trabalho?
- () Pouco aplicáveis, pois são genéricos e não atendem às demandas locais.
 - () Aplicáveis apenas em aspectos específicos do trabalho.
 - () Moderadamente aplicáveis, com algumas adaptações necessárias.
 - () Muito aplicáveis, sendo fundamentais para minhas ações.
 - () Totalmente aplicáveis, oferecendo soluções diretas para os desafios.

Dimensão 2 – Divulgação e Disseminação dos Resultados

6. Quão clara você considera a apresentação dos resultados da Prova Paraná Mais?
- () Confusa e difícil de compreender, mesmo com materiais de apoio.
 - () Pouco clara, exigindo bastante esforço para interpretação.
 - () Moderadamente clara, mas requer acompanhamento técnico.
 - () Clara, com informações bem-organizadas e acessíveis.

() Muito clara, facilitando a análise e a comunicação com as redes.

7. Quais meios de divulgação desses resultados são mais utilizados em sua região?

() Apenas relatórios impressos e/ou digitais, enviados diretamente às redes.

() Reuniões técnicas com gestores, sem muita interação.

() Seminários e oficinas práticas, voltadas à aplicação dos dados.

() Cursos online e webinars que complementam os dados apresentados.

() Uma combinação de todos os meios acima, dependendo da necessidade.

8. Como você avalia o impacto das ações de divulgação na compreensão dos dados pelos profissionais das redes municipais?

() Impacto muito baixo, pois os dados ainda não são utilizados na prática.

() Impacto baixo, devido à falta de engajamento dos profissionais.

() Impacto moderado, com algumas ações pontuais sendo realizadas.

() Impacto bom, incentivando o uso dos dados na organização escolar.

() Impacto alto, promovendo mudanças significativas na prática pedagógica.

9. Qual é a maior barreira para a disseminação efetiva dos resultados?

() Falta de interesse e engajamento dos profissionais das redes municipais.

() Falta de infraestrutura para análise e comunicação dos dados.

() Falta de formação continuada voltada à leitura e interpretação dos resultados.

() Falta de tempo pois a sobrecarga de trabalho impede dedicação ao tema.

() Falta de materiais que conectem os dados com práticas pedagógicas.

10. Com que frequência os profissionais das redes municipais participam das ações de divulgação promovidas pelos NRES?

() Raramente, devido à falta de incentivo ou interesse.

() Algumas vezes, dependendo da relevância do tema.

() Frequentemente, especialmente em temas práticos e direcionados.

() Sempre, demonstrando alto interesse nos resultados e formações.

() Atualmente não disponho de informações suficientes para avaliar a frequência.

Dimensão 3 – Apropriação dos Resultados pelas Redes Municipais

11. Como você avalia a utilização dos dados da Prova Paraná Mais no planejamento pedagógico das escolas municipais?

- ☐ () Dados são ignorados no planejamento pedagógico.
- ☐ () Utilizados apenas para cumprir exigências burocráticas.
- ☐ () Aplicados ocasionalmente para revisar práticas pedagógicas.
- ☐ () Utilizados como base para planejamento pedagógico e intervenções.
- ☐ () Totalmente incorporados como ferramenta estratégica nas escolas.

12. Quais ações pedagógicas mais comuns são desenvolvidas a partir dos resultados da Prova Paraná Mais?

- ☐ () Nenhuma ação específica é realizada.
- ☐ () Revisão pontual do currículo com base nos dados apresentados.
- ☐ () Planejamento de reforço escolar para habilidades críticas.
- ☐ () Desenvolvimento de formações continuadas para professores.
- ☐ () Elaboração de estratégias integradas de ensino e aprendizagem.

13. Quais são os principais obstáculos enfrentados na apropriação dos resultados pelos gestores e professores municipais?

- ☐ () Falta de formação técnica para interpretação dos dados.
- ☐ () Resistência à mudança nas práticas pedagógicas.
- ☐ () Sobrecarga de tarefas que impede a análise e aplicação dos dados.
- ☐ () Ausência de apoio contínuo dos NRES.
- ☐ () Dificuldade em relacionar os resultados com o planejamento pedagógico.

14. Em que medida os gestores municipais utilizam os dados das avaliações externas para tomada de decisão?

- ☐ () Nunca utilizam os dados como base para decisões.
- ☐ () Raramente, apenas em situações obrigatórias.
- ☐ () Algumas vezes, dependendo do contexto específico.
- ☐ () Frequentemente, para alinhar ações pedagógicas e administrativas.

() Sempre, como referência principal para decisões estratégicas.

15. Como você avalia o apoio oferecido pelos NRES às redes municipais para a apropriação dos resultados?

() Totalmente insuficiente, sem ações relevantes.

() Insatisfatório, com ações limitadas e pouco direcionadas.

() Moderadamente satisfatório, mas há espaço para melhorias.

() Satisfatório, oferecendo suporte técnico adequado.

() Muito satisfatório, com apoio consistente e bem estruturado.

Dimensão 4 – Impacto e Monitoramento

16. Quais mudanças pedagógicas você observa nas escolas que utilizam os resultados da Prova Paraná Mais?

() Nenhuma mudança perceptível.

() Mudanças pontuais em práticas pedagógicas.

() Adaptação de estratégias de ensino em áreas críticas.

() Implementação consistente de novas práticas baseadas nos dados.

() Transformação ampla do planejamento e práticas pedagógicas.

17. Como você avalia o monitoramento das estratégias desenvolvidas com base nos resultados?

() Inexistente, sem acompanhamento das ações realizadas.

() Insatisfatório, com pouca frequência e profundidade.

() Moderado, mas faltam mecanismos mais consistentes.

() Satisfatório, com ações monitoradas regularmente.

() Muito satisfatório, com acompanhamento constante e bem estruturado.

18. Quais mecanismos de monitoramento são mais efetivos em sua experiência?

() Relatórios periódicos sobre práticas pedagógicas.

() Reuniões técnicas de acompanhamento com gestores.

() Observação de resultados por meio de indicadores escolares.

() Avaliações complementares para verificar avanços.

() Feedback contínuo entre NRES, gestores e professores sobre o andamento das ações.

19. Com que frequência os NRES recebem feedback das redes municipais sobre o uso dos dados da Prova Paraná Mais?

- () Nunca, não há retorno estruturado.
- () Raramente, apenas em ocasiões específicas.
- () Moderadamente, com relatórios ou reuniões pontuais.
- () Frequentemente, com retorno estruturado e contínuo.
- () Sempre, como parte integrante das ações de monitoramento.

20. Quais sugestões você acredita que seriam mais eficazes para fortalecer o impacto da Prova Paraná Mais no ensino e aprendizagem?

- () Ampliar a oferta de formações técnicas.
- () Desenvolver materiais pedagógicos direcionados.
- () Melhorar a comunicação entre SEED, NRES e redes municipais.
- () Aumentar o foco em práticas baseadas em evidências.
- () Intensificar o acompanhamento e o suporte pedagógico às escolas.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA TÉCNICOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (SMES)

Objetivo deste questionário é coletar informações sobre o processo de apropriação, impacto e monitoramento dos resultados das avaliações externas promovidas pelo SAEP, com foco na Prova Paraná Mais. As respostas contribuirão para identificar oportunidades de melhoria e fortalecer o uso dos resultados na prática pedagógica.

Dimensão 1 – Compreensão e Conhecimento Técnico

1. Como os profissionais da SME e das escolas são informados sobre os recursos da Prova Paraná Mais (escala de proficiência, relatórios pedagógicos, plataforma digital de monitoramento, materiais de apoio e indicadores de aprendizagem)?
 - () Por meio de formações presenciais oferecidas pela SEED.
 - () Por meio de materiais e guias disponibilizados digitalmente.
 - () Por meio de reuniões técnicas internas na SME.
 - () Por meio de comunicados oficiais e orientações enviadas pela SEED ou pela SME aos profissionais.

2. Sua equipe recebe treinamento específico para interpretação dos relatórios e escalas de proficiência da Prova Paraná Mais?
 - () Sim, com capacitação frequente e suporte contínuo.
 - () Sim, mas de forma pontual e sem acompanhamento contínuo.
 - () Não, mas há interesse em receber capacitação.
 - () Não, e não identificamos necessidade no momento.

3. Como você avalia o nível de compreensão dos dados apresentados nos relatórios da Prova Paraná Mais?
 - () Alto – os profissionais conseguem interpretar e aplicar os dados sem dificuldades.
 - () Moderado – a maioria compreende, mas há dificuldades pontuais.

- () Baixo – poucos profissionais conseguem interpretar os dados corretamente.
- () Muito baixo – há dificuldades recorrentes e falta de conhecimento técnico.

Dimensão 2 – Divulgação e Disseminação dos Resultados

4. Quais canais são utilizados para divulgar os resultados da Prova Paraná Mais em sua rede?
- () Relatórios enviados diretamente às escolas.
 - () Apresentações presenciais ou reuniões técnicas.
 - () Plataforma digital com acesso aos dados.
 - () Comunicação digital (e-mail, boletins eletrônicos, webinars e vídeos orientativos).
5. Os materiais informativos recebidos sobre a Prova Paraná Mais são claros e acessíveis para os gestores e professores?
- () São bem estruturados, claros e diretamente aplicáveis à prática escolar.
 - () Contêm informações técnicas que demandam explicações complementares.
 - () Apresentam os dados de forma mais objetiva e sintetizada.
 - () Acompanham orientações práticas e exemplos de uso em sala de aula.
6. Que melhorias poderiam facilitar o entendimento e uso dos dados pelos gestores e professores?
- () Materiais mais didáticos e interativos.
 - () Oferta de formações sobre interpretação dos dados com maior frequência.
 - () Relatórios mais detalhados e contextualizados.
 - () Apresentações mais sintéticas e visuais (infográficos, dashboards).

Dimensão 3 – Apropriação dos Resultados pelas Redes Municipais

7. Como os dados da Prova Paraná Mais são utilizados no planejamento pedagógico?
- () Dados registrados e arquivados, sem integração prática ao planejamento pedagógico.
 - () Dados analisados, com incorporação limitada ao planejamento.

- ☐ () Dados utilizados para ajustes pontuais e para orientar ações específicas.
- ☐ () Dados incorporados de forma estruturada ao planejamento pedagógico contínuo.

8. Quais são os principais desafios para a apropriação dos resultados da Prova Paraná Mais pelos gestores e professores?

- ☐ () Falta de tempo para análise dos dados.
- ☐ () Falta de formações para entender os dados.
- ☐ () Dificuldade de relacionar os resultados com o trabalho em sala de aula.
- ☐ () Dificuldade para acessar os relatórios da Prova Paraná Mais.

Dimensão 4 – Impacto e Monitoramento

9. A SME monitora a implementação das ações baseadas nos resultados da Prova Paraná Mais?

- ☐ () Sim, com indicadores e acompanhamento contínuo.
- ☐ () Sim, mas de forma informal e sem um sistema estruturado.
- ☐ () Não há um monitoramento sistemático, mas há intenção de implementá-lo.
- ☐ () Não há monitoramento e não há previsão de implementação.

10. Quais métodos são utilizados para acompanhar a aplicação dos resultados das avaliações?

- ☐ () Feedback direto de professores e gestores.
- ☐ () Relatórios e reuniões periódicas de análise de dados.
- ☐ () Observação direta das práticas pedagógicas nas escolas.

☐ () Acompanhamento esporádico ou realizado sem metodologia formal estruturada.

11. Você percebe impacto na aprendizagem dos estudantes decorrente do uso dos dados da Prova Paraná Mais?

- ☐ () Sim, o uso dos dados tem contribuído para melhorias significativas.
- ☐ () Moderadamente, algumas mudanças foram observadas, mas sem impacto generalizado.
- ☐ () Pouco impacto, pois os dados ainda não são aplicados de forma eficiente.

() Nenhum impacto perceptível até o momento.

Dimensão 5 – Sustentabilidade e Propostas Futuras

12. Como o feedback dos professores e gestores sobre a Prova Paraná Mais é recolhido e utilizado para ajustes nas estratégias da SME?

() Utiliza-se um canal formal e sistemático para coleta e análise do feedback (ex.: formulários, sistema eletrônico).

() Aplica-se instrumentos padronizados com análise periódica (ex.: questionários, painéis).

() Recolhe-se feedback de forma informal (conversas, e-mail, eventos) e considera-se nas decisões.

() Realiza-se coleta esporádica, sem protocolo estruturado para uso consistente nas estratégias.

13. Quais ações poderiam fortalecer a integração dos dados da Prova Paraná Mais no planejamento e na prática pedagógica?

() Maior oferta de formações técnicas.

() Melhor alinhamento dos relatórios às demandas pedagógicas.

() Maior desenvolvimento de materiais instrucionais e aplicáveis.

() Melhor articulação de acompanhamento entre NRES e SMES.

APÊNDICE D - PROTOCOLO DE MONITORAMENTO DO USO DOS RESULTADOS DA PROVA PARANÁ MAIS PELAS REDES MUNICIPAIS

Objetivo do instrumento

Registrar e acompanhar as estratégias pedagógicas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Educação a partir da análise dos resultados da Prova Paraná Mais, subsidiando o acompanhamento técnico realizado pelos Núcleos Regionais de Educação e pela SEED.

Bloco 1 – Identificação da rede municipal

Município:

NRE de vinculação:

Responsável pelo preenchimento:

Função:

Data do registro:

Etapas da análise dos resultados:

- ☐ () Após divulgação dos resultados
- ☐ () Durante planejamento pedagógico
- ☐ () Durante acompanhamento das ações
- ☐ () Outro momento

Bloco 2 – Apropriação inicial dos resultados

A Secretaria Municipal realizou análise dos resultados da Prova Paraná Mais?

- ☐ () Sim
- ☐ () Parcialmente
- ☐ () Não

A análise contemplou:

- ☐ () Proficiência média por etapa
- ☐ () Padrões de desempenho
- ☐ () Descritores com maior percentual de erro
- ☐ () Comparação entre escolas
- ☐ () Comparação com edições anteriores
- ☐ () Outros: _____

Bloco 3 – Estratégias pedagógicas definidas a partir dos resultados

Foram definidas ações pedagógicas com base na análise dos resultados?

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

Caso afirmativo, indicar:

☐ Reorganização do planejamento pedagógico

☐ Formação de professores

☐ Acompanhamento pedagógico às escolas

☐ Intervenções por habilidade/descritor

☐ Recomposição das aprendizagens

☐ Outras: _____

Descrever brevemente:

Bloco 4 – Envolvimento das escolas no processo de análise

As escolas participaram da análise dos resultados?

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

Foram realizadas:

☐ reuniões com diretores

☐ reuniões com coordenadores pedagógicos

☐ reuniões com professores

☐ estudos por componente curricular

☐ definição de metas pedagógicas

Bloco 5 – Acompanhamento das ações implementadas

As ações definidas estão sendo acompanhadas pela Secretaria Municipal?

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

Formas de acompanhamento:

☐ reuniões técnicas periódicas

☐ visitas às escolas

- ☐ monitoramento por relatórios pedagógicos
- ☐ acompanhamento por indicadores de aprendizagem
- ☐ outras: _____

Bloco 6 – Apoio do NRE no processo de apropriação dos resultados

O município recebeu apoio técnico do NRE?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não

Tipo de apoio:

- ☐ reunião técnica de análise dos resultados
- ☐ orientação pedagógica
- ☐ acompanhamento das ações municipais
- ☐ formação continuada
- ☐ devolutiva regional dos resultados

Bloco 7 – Principais dificuldades identificadas

Indique os principais desafios enfrentados pela rede municipal:

- ☐ compreensão das escalas de proficiência
- ☐ interpretação dos descritores
- ☐ uso pedagógico dos resultados
- ☐ mobilização das escolas
- ☐ acompanhamento das ações planejadas
- ☐ outros: _____

Bloco 8 – Encaminhamentos previstos

A Secretaria Municipal prevê novas ações a partir dos resultados?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Quais:

ANEXO A - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA A CHEFE DO NÚCLEO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM OS MUNICÍPIOS (NCPM)

Entrevistada: Chefe do Núcleo de Cooperação Pedagógica com os Municípios (NCPM)

Objetivo: Compreender a visão estratégica e operacional do NCPM sobre o impacto, monitoramento e apropriação dos resultados das avaliações externas do SAEP, especialmente da Prova Paraná Mais, nas redes municipais.

Dimensão 1 – Compreensão e Conhecimento Técnico

Pergunta 1 - Como o NCPM organiza e acompanha os processos de formação e orientação técnica destinados aos profissionais do NCPM e dos NRES quanto aos procedimentos e metodologias da Prova Paraná Mais?

Resposta:

Antes da aplicação das avaliações o NCPM organiza formações a nível de estado (através de seminários que envolvem as equipes das regionais e das secretarias municipais de educação) que explanem e exemplifiquem os procedimentos e metodologias das avaliações tanto diagnósticas quanto as censitárias e a importância do uso dos resultados no processo educativo. Neste momento as regionais e pessoas estratégicas das redes municipais recebem as informações e atuam posteriormente como multiplicadores em seus municípios.

O NCPM também atua junto aos professores ofertando formação continuada de forma síncrona onde exemplifica na prática o alinhamento das matrizes utilizadas nas avaliações com os documentos orientadores do estado bem como o resultado das avaliações pode orientar a ação docente.

Seminário de cooperação com os municípios. Formadores em Ação Municípios. Encontros formativos com as regionais via Google Meet. Lives com a temática avaliações externas e o processo de aprendizagem.

Pergunta 2 - Quais desafios são encontrados na interpretação dos descritores e das escalas de proficiência?

Resposta:

O principal desafio na interpretação dos descritores e das escalas de proficiência é a compreensão técnica da linguagem utilizada. Os professores têm dificuldade de entender o que é uma matriz, o que é um descritor e de onde eles saem. Depois, apresentam dificuldade de relacioná-los com situações concretas de sala de aula; não conseguem olhar para os descritores e relacionar com situações concretas. Há também dificuldade de interpretação dos níveis de proficiência e de entender ainda as habilidades como algo fragmentado. Esses seriam um dos principais pontos de atenção.

Para superar esses desafios, a gente trabalha com formação continuada desde a gestão, incluindo secretaria e regionais, gestão de escola e professores, posteriormente na interpretação de como é construída uma matriz de referência e de onde saem os descritores, sempre fazendo relação com os documentos normativos da rede. Então a gente pega lá, coloca aqui: a matriz é um conjunto de habilidades que estão descritas na BNCC, que também estão postas no nosso referencial como objetivo de aprendizagem, e aí a gente faz todo esse desenho até chegar no item das provas, desde a construção da matriz relacionando ela com todo processo educativo e depois fazendo o uso dos resultados. Então a gente supera esses desafios através de formação continuada.

Nós avançamos bastante. Hoje já há uma compreensão por uma grande parte dos professores do processo avaliativo, de como ele se constitui, mas ainda assim enfrentamos algumas resistências por haver uma concepção ainda muito enraizada de avaliação como algo punitivo.

Pergunta 3 - Como os recursos avaliativos da Prova Paraná Mais são apresentados e trabalhados com os profissionais das redes municipais? Para quais profissionais eles são apresentados?

Resposta:

Os resultados e os recursos avaliativos da Prova Paraná Mais são apresentados tanto para as regionais quanto para as secretarias municipais de educação, secretário municipal, coordenadores pedagógicos, quanto para os professores. Obviamente que cada um desses recursos avaliativos é apresentado e aprofundado dependendo da atuação do profissional da educação.

Quando nós apresentamos esses resultados para a regional, a finalidade é dar um panorama geral do estado quanto aos resultados e à proficiência, familiarizar o

técnico pedagógico que vai ajudar a secretaria na sua análise a fazer a utilização desses recursos, a interpretação da escala de proficiência, análise dos relatórios pedagógicos, utilização da plataforma de monitoramento e uso dos materiais.

O segundo passo é o técnico da regional sentar junto com a Secretaria Municipal de Educação, secretário, coordenadores, e analisar os resultados do município a partir desses recursos avaliativos. Então o técnico faz essa ponte, fomenta, capacita e apoia os municípios na utilização desses recursos avaliativos.

O terceiro trabalho executado pelo NCPM é trazer para as formações continuadas dos professores esses recursos avaliativos para apoio à prática pedagógica docente. Obviamente que, nas formações ofertadas em nível de estado e não especificamente a nível de município, a gente apresenta resultados do estado, mas conduzindo o professor a buscar os resultados do seu município, da sua escola, da sua turma, para olhar para esses resultados não como ponto final, como chegada, mas para orientar o processo de ensino.

Dimensão 2 – Divulgação e Disseminação dos Resultados

Pergunta 4 - Quais são os principais métodos e canais utilizados pelo NCPM para a divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais para as redes municipais?

Resposta:

Os nossos principais métodos e canais utilizados para divulgação dos resultados da Prova Paraná Mais para as redes municipais se dão primeiro através dos recursos da plataforma de monitoramento de resultados. Outra forma de divulgação é no Seminário de Cooperação Pedagógica com os Municípios, onde socializamos o resultado do estado, o resultado das regionais e os resultados dos municípios a partir de um relatório que é entregue individualmente para cada rede sobre os seus resultados.

Todos os métodos de divulgação dos resultados são padronizados. É indiferente se é para uma secretaria municipal pequena ou para uma secretaria municipal com grande número de matrículas. Os meios para divulgação são sempre os mesmos.

Pergunta 5 - Como você avalia a clareza e a acessibilidade dos materiais usados na divulgação?

Resposta:

Avaliamos positivamente a forma como os materiais utilizados tanto na divulgação como nas formações são disponibilizados, sempre de forma acessível através de diferentes canais de comunicação.

Como melhorias, realizar campanhas de divulgação durante todo ano letivo como parte da proposta de organização pedagógica.

Dimensão 3 – Apropriação dos Resultados pelas Redes Municipais

Pergunta 6 - De que maneira o NCPM estimula a incorporação dos dados da Prova Paraná Mais no planejamento pedagógico das escolas?

Resposta:

O NCPM faz uso dos dados da Prova Paraná nas propostas de formação dos dias de estudo e planejamento, durante os acompanhamentos pedagógicos nas secretarias municipais de educação e nas escolas, sempre partindo dos mesmos para proposição de ações de planejamento, recomposição das aprendizagens.

Pergunta 7 - Quais barreiras dificultam a apropriação dos resultados pelas redes municipais?

Resposta:

A maior barreira encontrada é na autonomia para estudo, análise e tomada de decisões de forma autônoma.

Boa parte olha ainda para resultado como dado e não como ponto de partida para novas ações.

Outro ponto de atenção é a dificuldade de trabalharem os dados com o coletivo da escola, socializando e principalmente pensando em ações estratégicas a partir deles; ainda ao olharem os dados ficam buscando justificativa para eles, buscando culpados e não vendo como possibilidade de mudança.

Dimensão 4 – Impacto e Monitoramento

Pergunta 8 - As redes municipais utilizam os resultados para melhoria da aprendizagem?

Resposta:

A cultura de utilização dos resultados para subsidiar a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem tem se ampliado significativamente no estado.

Um exemplo é a rede municipal de Atalaia que consegue mostrar sua evolução a partir de dados bem como pontuar ações realizadas a partir das análises e que contribuíram com a evolução da aprendizagem.

Pergunta 9 - O NCPM acompanha a implementação das ações baseadas nos resultados?

Resposta:

Sim o NCPM acompanha através dos técnicos dos Núcleos Regionais de Educação que estão em ações constantes com os municípios tanto presencialmente quanto de forma remota.

Como ferramentas para acompanharmos utilizamos roteiros de acompanhamento pedagógico, BI, boletins.

Pergunta 10 - Como o feedback dos municípios é considerado no aprimoramento das ações do Núcleo?

Resposta:

A partir dos feedbacks que o NCPM recebe tanto das regionais quanto dos municípios organizamos materiais e formações com vistas a atender as especificidades dos municípios.

Os canais de comunicação são via grupos de reuniões mensais, WhatsApp, e-mail institucional e através dos articuladores municipais.

Sustentabilidade e Perspectivas Futuras

Pergunta 11 - Quais estratégias asseguram a continuidade das ações?

Resposta:

Continuaremos com as ações já implementadas e fortaleceremos o acompanhamento pedagógico com foco em resultados de aprendizagem tendo como ponto de partida o uso dos resultados ao longo do processo.